

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO REDE NORDESTE DE ENSINO
DOUTORADO EM ENSINO

LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ

**A OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” E SEU
POTENCIAL PARA UM ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTA**

MACEIÓ

2026

LEILA KELY DOS SANTOS DA PAZ

**A OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” E SEU
POTENCIAL PARA UM ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTA**

Tese apresentado ao Programa de Pós-graduação da Rede Nordeste de Ensino, polo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Ivanderson Pereira da Silva.

MACEIÓ
2026

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Myrtes Vieira do Nascimento CRB4/1680

- P348o Paz, Leila Kely dos Santos da.
A obra "quarto de despejo: diário de uma favelada" e seu potencial para um ensino de ciências da natureza antirracista / Leila Kely dos Santos da Paz. – 2026.
139 f. : il. Color.
Orientação: Ivanderson Pereira da Silva.
Tese (Doutorado em Ensino) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação da Rede Nordeste de Ensino. Maceió, 2026.
Referências: f. 134-139.
Apêndice: f. 140-146.
Anexos: f. 147- 146.
1. Antirracismo. 2. Ecologia. 3. Ensino. I. Jesus, Carolina Maria de. II. Título.
CDU: 37:5(81)-054.57

FOLHA DE APROVAÇÃO

LEILA KELY DOS SANTOS DA PAZ

A OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” E O SEU POTENCIAL PARA UM ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTA

Tese submetido à banca examinadora do
Programa de Pós-graduação da Rede Nordeste
de Ensino, polo da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 17 de março de 2026.

Orientador – Dr. Ivanderson Pereira da Silva (Universidade Federal de Alagoas)

Banca examinadora:

Examinador Interno – Dr. Jenner Barretto Bastos Filho (Universidade Federal de Alagoas)

Examinador Interno – Dr. Elton Casado Fireman (Universidade Federal de Alagoas)

Examinadora Externa – Dra. Flávia Colen Meniconi, Faculdade de Letras, Universidade
Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL)

Examinadora Externa – Dra. Elaine Cristina dos Santos Lima, Instituto Federal de Educação,
Ciências e Tecnologia, Campus Maceió (IFAL-Maceió)

Examinador Externo – Dr. Silvio Nunes Júnior, Campus Garanhuns, Universidade Estadual de
Pernambuco (Profletras/UPE)

Dedico esta pesquisa à minha amada mãe e à
Nossa Senhora Aparecida que, por meio da fé,
sustentou o meu caminhar nesta jornada

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus e à Nossa Senhora Aparecida, pelas bênçãos em minha vida.

À minha mãe, Gedalva Leobino dos Santos, por todo amor, dedicação e paciência nos momentos de mais desespero e inquietações durante o curso; pelo apoio incondicional mesmo nas suas dúvidas sobre o caminho que escolhi seguir.

À Universidade Estadual de Alagoas e ao curso de Pedagogia, por fornecerem um ensino público de qualidade e ter sido o primeiro local da minha formação em nível superior.

Ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM), por proporcionar um curso de mestrado de qualidade e gratuito oportunizando que tivesse condições de concorrer a seleção de doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), na qual tive a oportunidade de ser bolsista de Doutorado, assim, ajudando para que tivesse condições financeiras de permanência e continuidade na pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ivanderson Pereira da Silva, pelas indagações, reflexões e problematizações em todos os nossos encontros de orientação, que possibilitaram a construção contínua do pensamento reflexivo sobre situações que antes eram indiferentes ao meu discurso. Obrigada por toda paciência e responsabilidade na construção desta pesquisa!

Aos professores do curso de Doutorado em Ensino: Elton Casado Fireman Hilda Helena Sovierzoski; Ivanderson Pereira da Silva; Jenner Barretto Bastos Filhos; Carloney Alves de Oliveira, pelos diálogos durante as aulas.

A todas/os as/os companheiras/os da turma do doutorado da Rede Nordeste de Ensino, por compartilharem experiências e diálogos sobre a educação. De modo especial, agradeço aos meus amigos Joanayres Raio, Bernadete, Antônio, Suzy, Luciana, Saulo e Renan.

Agradeço às/os companheiras/os do Grupo de Pesquisa Educação em Ciências e Tecnologias Afro-Latino-Americanas (GP-ECITALAS): Suzi Alves, Viviane Araújo, Sthefany, Luana, Marcelo, Raimundo, Angeli, Ana Paula e a Elisa que semanalmente nos reunimos para dialogar sobre as questões de gênero, raça e classe.

Ao meu querido amigo, Sílvio Júnior, meus sinceros agradecimentos por todo o incentivo. A Gisele Rose a quem conheci pelas redes sociais e os laços afetivos durante a realização de cursos e mentorias nas quais ajudaram a refletir sobre a minha espiritualidade.

Agradeço também a todos que fazem parte da Escola Estadual Odete Bonfim e, em especial aos colegas da Escola Municipal Pedro Rodrigues Gaia, por permitir que a pesquisa fosse realizada na instituição.

De modo geral, extendo minha gratidão ao ensino público, pois toda minha trajetória se deu nesses espaços e, hoje como funcionário pública concursada, compreendo a importância de desenvolver um trabalho com respeito aos meus alunos para que possam ter uma formação de crítica.

Ainda, agradeço à banca examinadora desta tese em nome dos professores Dr. Silvio Nunes Júnior; Dr. Jenner Barretto Bastos Filho; Dr. Elton Casado Fireman; Profa. Dra. Flávia Colen Meniconi; Profa. Dra. Elaine Cristina dos Santos, por terem aceitado o convite de fazer parte deste momento de diálogos e reflexões que findam o meu caminhar dentro do Programa de Pós-Graduação da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN/UFAL).

“Se dissermos não à violência, se dissermos não à violência racista, temos que dizer não à violência contra mulheres. Isso significa que nossa ideia do que é considerado político também precisa mudar” (Davis, 2022, p. 28).

RESUMO

A escolha da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020), de Carolina Maria de Jesus, foi escolhida como norte para este estudo a partir da compreensão de que suas relações se sentido, numa perspectiva inter/transdisciplinar, podem favorecer abordagens contextualizadas e antirracistas no Ensino de Ciências da Natureza. Este estudo buscou responder a seguinte questão: quais as possíveis contribuições da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus para um Ensino de Ciências da Natureza antirracista? Teve por objetivo geral investigar as possíveis contribuições da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” para um Ensino de Ciência da Natureza antirracista com educandas/os do Ensino Fundamental I. A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativo a partir da pesquisa-ação e da análise da informação imagética, visto que se utilizou da aplicação de uma sequência didática intitulada “Semana de conscientização da Educação Ambiental” com crianças do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A aplicação da sequência didática envolveu aulas dialógicas a partir da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” relacionando temáticas sobre a Educação Ambiental, bem como aulas de campo, oficinas de produção jogos, brinquedos e representação de uma favela por meio de materiais recicláveis, como também apresentação das crianças no projeto de rede desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEDE) do município de Palmeira dos Índios-AL. Além da culminância do projeto com a presença das crianças, pais e/ou responsáveis, direção, coordenadores e toda comunidade acadêmica, com o intuito de socializar as produções construídas pelas educandas/os participantes desta pesquisa, tendo como resultados a produção de desenhos pelas crianças que oportunizou estabelecer três (03) categorias de análise que são as seguintes: A) O passado; B) O futuro; C) O presente. Como resultado investigativo, sustento a tese de que a obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” poderá ser utilizada como mobilizadora de temáticas relacionados ao Ensino de Ciências da Natureza, como potencializadores para o debate de uma consciência ambiental e antirracista.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Ensino Antirracista. Ensino de Ciências da Natureza.

ABSTRACT

The literary work "Quarto de despejo: diário de uma favelada" (2020), by Carolina Maria de Jesus, was chosen as the guiding principle for this study, based on the understanding that its relationships of meaning, from an inter/transdisciplinary perspective, can favor contextualized and anti-racist approaches in the teaching of Natural Sciences. This study sought to answer the following question: what are the possible contributions of the work "Quarto de despejo: diário de uma favelada" by Carolina Maria de Jesus to an anti-racist teaching of Natural Sciences? Its general objective was to investigate the possible contributions of the work "Quarto de despejo: diário de uma favelada" to an anti-racist teaching of Natural Sciences with students in the first years of elementary school. The research methodology was qualitative, based on action research and the analysis of image information, since it used the application of a didactic sequence entitled "Environmental Education Awareness Week" with children in the first year of elementary school. The application of the didactic sequence involved dialogic classes based on the literary work "Quarto de despejo: diário de uma favelada" (Room of Discard: Diary of a Slum Dweller), relating themes on Environmental Education, as well as field classes, workshops on the production of games, toys, and the representation of a slum using recyclable materials, as well as the presentation of the children in the network project developed by the Municipal Department of Education (SEMEDE) of the municipality of Palmeira dos Índios-AL. In addition to the culmination of the project with the presence of the children, parents and/or guardians, school administration, coordinators, and the entire academic community, with the aim of sharing the productions created by the students participating in this research, the results of which were the children's drawings, allowed for the establishment of three (03) categories of analysis: A) The past; B) The future; C) The present. As a result of my research, I support the thesis that the literary work "Quarto de despejo: diário de uma favelada" (Room of Discard: Diary of a Slum Dweller) can be used to mobilize themes related to the teaching of Natural Sciences, as a potential catalyst for debate on environmental and anti-racist awareness.

Keywords: Carolina Maria de Jesus. Anti-racist Education. Teaching Natural Sciences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Livros utilizados para a contação de história sobre a escritora Carolina Maria de Jesus.	81
Figura 2: Roda de contação de história sobre a escritora Carolina Maria de Jesus.	82
Figura 3: Apresentação dos documentários e entrevistas.	89
Figura 4: Atividade de ciências sobre meio ambiente.	91
Figura 5: Atividade de ciências sobre o meio ambiente.	92
Figura 6: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.	93
Figura 7: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.	94
Figura 8: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.	94
Figura 9: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.	95
Figura 10: Conhecendo as lixeiras de coleta seletiva e suas funcionalidades.	96
Figura 11: Atividade impressa realizada pelas crianças.	97
Figura 12: Aula de campo com as crianças.	98
Figura 13: Aula de campo com as crianças.	99
Figura 14: Aula de campo com as crianças.	100
Figura 15: Aula de campo com as crianças.	101
Figura 16: Oficina com materiais recicláveis para construção de jogos e brinquedos.	102
Figura 17: Oficina com materiais para confecção de jogos e brinquedos.	102
Figura 18: Oficina para confecção da maquete representativa de uma favela.	103
Figura 19: Participação na Semana de Educação Ambiental da SEMED.	104
Figura 20: Participação na Semana da Educação Ambiental da SEMED.	105
Figura 21: Participação na Semana de Educação Ambiental da SEMED.	105
Figura 22: Culminância das produções desenvolvidas pelas crianças.	106
Figura 23: Culminância das produções desenvolvidas pelas crianças.	107
Figura 24: A obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e a Educação Ambiental.	Error! Bookmark not defined.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Proposta de sequência didática “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”	84
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFAL	Universidade Federal de Alagoas
CEDU	Centro de Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IES	Instituição Ensino Superior
SD	Sequência Didática
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa a Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 CORPOS DE MULHERES NEGRAS COMO OBJETOS DO COLONIALISMO E DA COLONIALIDADE	29
3 POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UM ENSINO DE CIÊNCIAS ANTIRRACISTA	55
3.1 AS OBRAS LITERÁRIAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS A PARTIR DE ABORDAGENS NO CAMPO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTAS.....	55
3.2 DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORAS/ES ANTIRRACISTAS	62
4 EXPLORANDO O QUARTO DE DESPEJO COM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	73
4.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM CAMPO.....	73
4.2 PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DA OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” DE CAROLINA MARIA DE JESUS E O ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTA.....	76
4.3 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA APLICADA COM AS/OS EDUCANDAS/OS DO 1º ANO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	88
4.4 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO IMAGÉTICA.....	108
4.5 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO IMAGÉTICA ADAPTADA PARA OS DESENHOS CONSTRUÍDOS PELAS CRIANÇAS.....	110
4.6 CATEGORIAS DE ANÁLISE SOBRE AS PRODUÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	134
APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTAMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	138

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	147
ANEXO B – ARTIGOS APROVADOS E PUBLICADOS	153

1 INTRODUÇÃO

Jovens amigas e amigos, lembrem-se de que vocês não devem apenas imaginar e sonhar com seus objetivos futuros – bem como com o futuro do mundo –, mas devem se levantar, unir-se e lutar pela paz, por emprego, pela igualdade e pela liberdade!
(Davis, A. 2017, p. 150)

Início este diálogo com a concepção de que a mudança só poderá acontecer a partir de atos coletivos de luta, assim como na busca por uma sociedade igualitária. Tal luta que deverá ser construída também nos espaços educacionais a partir de um pensamento descolonizador sobre os moldes curriculares estabelecidos pelo eurocentrismo.

Por isso, acredito que as obras literárias de uma mulher negra, mãe solo, catadora de materiais recicláveis, residente de uma favela, apaixonada pela leitura e escrita, como Carolina Maria de Jesus, possam inspirar práticas de ensino que tensionem a colonialidade do currículo. Enquanto mulher, filha, ex-empregada doméstica, marginalizada e pesquisadora, busquei questionar a urgência de incluir as obras de Carolina Maria de Jesus nos espaços acadêmicos, bem como práticas antirracistas de ensino no campo de Ciências da Natureza.

Nesse sentido, entendo como o pacto da branquitude¹ operou, e opera, para desqualificar as produções intelectuais produzidas, principalmente pelos grupos compreendidos à margem da sociedade, como por exemplo, os povos afro-brasileiros, indígenas e latinos; o que possibilita pensar sobre a importância de uma luta conjunta entre esses sujeitos e com isso tentar romper com os estigmas da colonialidade (Bento, 2022).

O processo de colonização está relacionado aos aspectos geográficos e/ou territoriais de dominação de um povo sobre o outro. O colonialismo estaria alinhado a uma concepção de poder/controle da metrópole (o colonizador) sobre o território colonizado. A partir da colonização e do colonialismo surge a colonialidade que perpassa o período colonial e escravagista até os dias atuais, que impôs a estas sociedades a sua cultura, religião, história, ciência e política a partir de processos intersubjetivos e por meio de estratégias de apagamento, negação, epistemicídio e o encobrimento do outro (Menezes *et al.*, 2019).

¹ Para conceituar o que seria pacto da branquitude, utiliza-se a perspectiva de Bento (2022, p. 17-18), na qual alerta que: vem sendo construída a história de instituições e da sociedade onde a presença e a contribuição negras se tornam invisibilizadas. As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só a processos, ferramentas, sistemas de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios.

Durante minha vivência acadêmica, a educação pública foi o meu alicerce central, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, porém, algumas questões relacionadas à interseccionalidade, e um ensino antirracista, só foram despertadas em 2013 quando iniciei a graduação de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), no campus de Palmeira dos Índios – AL. O período de bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) propuseram pensar, a partir de problematizações, sobre o ensino e aprendizagem nas escolas públicas.

A proposta do PIBID estava centralizada na interdisciplinaridade dos cursos de Pedagogia e Matemática com intervenções nas escolas públicas do município de Palmeira dos Índios – AL, no campo da Educação Matemática, com a temática “Prática reflexiva do professor de matemática das séries iniciais do Ensino Fundamental: atitudes investigativas em sala de aula. Já no PIBIC, os diálogos permearam pensar as questões culturais e territoriais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

À luz dessas experiências, ao concluir a graduação, optei pelo curso de Mestrado Profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM), pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com os estudos voltados a dialogar sobre o ensino de Geometria e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) a partir de uma perspectiva de ensino crítico (Paz, 2021).

Ainda no período como mestranda, outras leituras, estudos e problematizações foram surgindo de acordo com as discussões estabelecidas no Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências e Tecnologias Afro-Latino-Americanas (GP-ECITALA/UFAL/CNPq). Dentre os estudos, buscamos pensar sobre questões de raça, gênero e classe, a descolonização do currículo e o ensino de ciências antirracista a partir de autoras/es que dialogam nesse campo.

Durante a minha trajetória acadêmica, discuti questões referentes às Tecnologias da Informação e Comunicação para o ensino de matemática e a partir da participação no Grupo de Pesquisa ECITALA/UFAL, outras leituras foram se fazendo presentes, bem como diálogos sobre raça, gênero e classe. O nosso grupo é um coletivo de sujeitas e sujeitos que buscam um ensino igualitário, ou seja, em que todas/os possam ser vistos e terem sua ancestralidade, ciência, tecnologia, cultura e religião presentes no campo de discussão do currículo oficial. Os encontros do Grupo de Pesquisa ECITALA/UFAL acontecem semanalmente, no qual cada participante fica responsável pela condução de seminários.

Em um dos seminários ministrados pelo líder, Prof. Dr. Ivanderson Pereira da Silva, foi apresentado ao grupo a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina

Maria de Jesus. A partir daí, tive um contato inicial com a autora e suas produções. No decorrer dos seminários sobre o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, foi possível fazer uma reflexão sobre a realidade atual e a partir de obras como “Mulheres, raça e classe” (Davis, 2016); “A liberdade é uma luta constante” (Davis, 2018) e “Mulheres, cultura e política” (Davis, 2017), “Necropolítica” (Mbembe, 2018) e “Crítica da Razão Negra” (Mbembe, 2018), assim, foi possível realizar uma análise crítica perante os preceitos de um ensino antirracista.

Diante disso, o Prof. Dr. Ivanderson Pereira da Silva – meu orientador – questionou a possibilidade de trabalhar os diários de Carolina Maria de Jesus na tese e, mediante o questionamento, iniciei a pesquisa e leitura das demais obras publicadas: “Casa de Alvenaria, volume I: Osasco”; “Casa de Alvenaria, volume II: Santana” e “Diário de Bitita”, buscando nessas obras excertos que guardassem o potencial de mobilizar debates sobre temas de Ciências da Natureza. Dessa forma, se vislumbrou a possibilidade de trabalhar temas mobilizadores sobre sexualidade a partir de trechos das obras literárias de Carolina Maria de Jesus, o que permitiu a construção do texto e a qualificação da tese em fevereiro de 2024.

Com a qualificação da Tese, as indagações e sugestões realizadas pela banca de qualificação, houve um redirecionamento da pesquisa. A partir das deliberações da banca de qualificação, o objeto de pesquisa foi deslocado e fizemos a opção pelo estudo da Educação Ambiental. Nessa perspectiva, a pesquisa realizou uma análise das obras literárias de Carolina Maria de Jesus, com foco no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020) para pensar práticas didáticas antirracistas a partir de temas mobilizadores no campo do Ensino de Ciências da Natureza, com particularidade a proposta de uma sequência didática sobre a conscientização para Educação Ambiental.

As questões sobre práticas didáticas antirracistas no Ensino de Ciências da Natureza é o alicerce desta pesquisa, pois compreende-se que o currículo tal como é exposto não permite que haja igualdade social. Nesse sentido, os estudos estão alinhados a pensar novas possibilidades de ensino que almejem a superação daquelas/es que foram/são marginalizados por uma política sistemática de negação desses sujeitos em espaços como a escola. Bento (2022) nos alertava sobre a possibilidade da escola, por vezes, se construir como um lugar de opressão para pessoas negras, uma vez que a história contada sobre a história do povo afro-brasileiro os desqualifica e é omissa em relação às contribuições desse povo para a construção desta sociedade.

Urge a necessidade de (des)construir estereótipos e narrativas que condicionam as pessoas africanas, afro-brasileiras e indígenas como seres subdesenvolvidos e com uma história estruturada sob aspectos de escravidão e servidão. O Ocidente se coloca como o centro do

mundo e da humanidade, mas essa visão está sendo desmistificada a partir de intelectuais negras/os, latinas/os, indígenas e entre outros que buscam em suas pesquisas evidenciar que o “mundo” e as invenções não foram construções exclusivas da Europa.

Para isso, se faz necessário realizar leituras de potências como Bárbara Carine Soares Pinheiro; Cida Bento; Ângela Davis; Sueli Carneiro; Conceição Evaristo; Lélia Gonzalez; Silvio de Almeida; Abdias do Nascimento; Achille Mbembe, entre outros, no sentido de pensar a formação da sociedade sobre uma nova perspectiva que permita questionar as estruturas estabelecidas que negligenciam as minorias.

É potente trazer à tona o continente africano a partir de uma visão construída e produzida dentro de suas sociedades para centralidade de estudos no campo das ciências naturais. Diante disso, não é mais permissível que continuemos a reproduzir os conhecimentos eurocêntricos como únicos e intransponíveis, mas sim que ajamos juntas/os para a promoção de um currículo que inclua os saberes das demais sociedades que compõem o mundo.

Para Simas e Rufino (2018, p. 11), “a agenda colonial produz a descridibilidade de inúmeras formas de existência e de saber, como também produz a morte, seja ela física, através do extermínio, ou simbólica, através do desvio existencial”. Os autores nos atentam sobre como o processo colonial utilizou-se de políticas de extermínio para operar de maneira violenta contra determinadas sociedades lhes atribuindo a percepção de (in)produtivos e (des)providos de intelectualidade.

Munanga (2020, p. 31) nos diz que “o colonizador legitima seu privilégio pelo trabalho e justifica a nulidade do colonizado pelo ócio”. O colonizador europeu utilizou-se de mecanismos próprios para difundir a ideia de que os povos africanos e indígenas seriam seres promíscuo, (in)produtivos, selvagens e (des)providos de intelectualidade para amparar as situações de desumanização às quais foram submetidos.

Por certo que “o mito do negro preguiçoso não é real, como demonstra a expressão trabalhar como um negro”, usado pelo próprio branco quando trabalhava muito e duro” (Munanga, 2020, p. 31). A lógica das pessoas não-brancas como preguiçosas/os, lascivos, malandros, bêbados, dentre outros adjetivos pejorativos foi introduzida em nossa sociedade, a fim de desqualificar esses sujeitos quanto à sua capacidade intelectual e moral.

Moreira (2019) nos alerta sobre a hipersexualização de corpos de mulheres/homens negras/os tendo os homens suas genitálias comparadas com a de animais, já as mulheres são estigmatizadas como promíscuas e uma mercadoria a ser consumida pelo homem branco, cisgênero e heterossexual. Outra face da destituição da humanidade das pessoas racializadas se expressa por meio do Racismo Recreativo, esse que é reproduzido em programas de televisão,

rádio, teatro e entre outros, produz entre nós a capacidade de nos fazer rir diante da ridicularização, humilhação e desqualificação de pessoas negras.

Para Moreira (2019, p. 30), “sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante, suas formas de legitimação precisam também se modificar, pois suas práticas excludentes são sempre questionadas”. Dessa forma, os grupos hegemônicos usufruem de conceitos como liberdade de expressão para manifestar suas práticas racistas a partir de piadas. Romper com essa lógica desumanizante é uma atividade árdua entre as/os pesquisadoras/es que se dispõem a denunciar as estruturas racistas, em que nossa sociedade é alicerçada, assim se entende que a luta não pode ser segmentada, mas sim unificada com todas as categorias para tentar mudar as situações de opressão, em que as pessoas vistas à margem da sociedade são colocadas, assim já nos orientava Ângela Davis (2017).

Dentre as alternativas possíveis ao enfrentamento do racismo, a obra de Carolina Maria de Jesus se apresenta como recurso à reflexão sobre a potência do povo negro. Carolina nasceu no dia 14 de março de 1914 na cidade de Sacramento em Minas Gerais, filha de João Cândido² e Maria Carolina de Jesus. Carolina menina negra, extremamente pobre, com sérios problemas de saúde vivendo em uma cidade submersa nas heranças do sistema escravagista (Farias, 2017). Carolina só estudou por dois anos na escola e se apaixonou pelos livros. Seus pensamentos floresceram para escrita de poemas, músicas, romances, peças de teatro e de diários que contavam sua realidade. A sua obra mais famosa é “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicado pela primeira vez em 1960, sob articulação do jornalista Audálio Dantas.

Carolina escreveu o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, quando ainda residia na extinta favela do Canindé, na cidade de São Paulo às margens do rio Tietê. Nessa obra, Carolina descreve a sua rotina diária e das pessoas que residem no local, bem como a negligência do Estado para com as pessoas que vivem em situação de miséria. Temáticas como violência doméstica, alcoolismo, doenças (tuberculose, esquistossomose, gripes), prostituição, violência e/ou abuso sexual, falta e/ou inexistência de saneamento básico, mortalidade infantil, poluição do solo e água, segurança/insegurança alimentar, reciclagem e reaproveitamento, corpo humano, racismo, sexismo, dentre tantas outras questões se fazem presentes em seus diários.

Na obra “Casa de Alvenaria, volume 1: Osasco” (2021), os relatos já não estão mais direcionados aos pobres favelados. Casa de Alvenaria vai retratar a sala de visita, ou seja, suas experiências com a burguesia brasileira e os anseios e frustrações que rodeiam o mundo de quem

² Carolina nunca chegou a conhecer seu genitor, pois o mesmo abandonou sua mãe quando estava grávida (Farias, 2017).

possui o poder. O desconforto em escrever outro diário, a pedido de Audálio Dantas, era constante em seus relatos, além de que tinha receio do que pudesse acontecer com ela relatando os infortúnios da classe média de São Paulo.

A obra “Casa de Alvenaria, volume 2: Santana” (2021) apresenta uma Carolina cansada e revoltada com a vida que estava levando, não tinha o sossego que sonhava para ler e escrever, sua vida foi ficando mais atribulada e a fome volta a realidade da família. O sonho da casa própria se tornou um pesadelo em sua vida, pois a residência estava habitada por retirantes do Nordeste que demoraram a desocupar o local. Além de que os pedidos por empréstimos e associações em empresas eram constantes – geralmente eram golpes – em frente à sua casa, que desencadeou problemas com os vizinhos que não toleravam mais a família. Assim, Carolina e seus filhos deixam a residência em Santana para morar num sítio em Parelheiros-SP. É nesse lugar que a escritora vai residir até o final da sua vida.

A obra “Diário de Bitita” (2007) é uma autobiografia composta das memórias da autora sobre sua infância e adolescência na cidade de Sacramento-MG. A escritora transcreve passagens importantes de sua vida e das pessoas que fizeram parte dela direta e indiretamente. A leitura nos convida a viajar no tempo e observar as diversas maneiras de opressão imposta a autora, aos seus familiares e as demais pessoas que eram compreendidas à margem da sociedade. Carolina descreve situações de preconceito e violência que passou quando trabalhava como doméstica, situações de estupro contra meninas negras que trabalhavam na casa de patrões brancos, a violência cometida contra ela e sua mãe quando foram presas – Carolina é presa acusada de bruxaria por acharem que ela estava lendo o “livro de São Cipriano” –, os insultos constantes por ser quem ela é; dentre outras violações que sofreu em sua vida.

Carolina Maria de Jesus, mãe solo de dois filhos e uma filha (João José, José Carlos e Vera Eunice), catadora de materiais recicláveis, escritora, poetisa, compositora e residente na extinta favela do Canindé, na cidade de São Paulo, que teve sua vida modificada nos anos de 1960, com a publicação da sua primeira obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. Todavia, se faz necessário pontuar que diante de sua grande potencialidade como escritora literária, suas obras nunca se fizeram presentes no currículo oficial brasileiro.

Urge a necessidade de pensar na descolonização do currículo de Ciências da Natureza para construção de um ensino antirracista. Para Pires, Silva e Souto (2018, p. 47), “a descolonização didática é, portanto, uma das alternativas que contribuem junto à descolonização epistemológica e curricular em prol da democratização do ensino de diferentes saberes em meio à diversidade”.

A educação brasileira foi/é pautada na concepção do colonizador, ou seja, na visão

eurocêntrica que impôs os seus saberes para os demais grupos, tendo estes saberes como verdades absolutas e inquestionáveis. O Ocidente se impôs ao mundo como o centro da racionalidade. Compreendemos a partir de análises históricas que saberes produzidos por culturas que não são europeias, ou sofreram pilhagem epistêmica, ou epistemicídio.

Dessa forma, entende-se por pilhagem epistêmica a “tomada de assalto dos conhecimentos de outros povos e a apropriação destes como se fossem seus. É uma espécie de sequestro de propriedades intelectuais” (Pinheiro, 2021, p. 54). As populações africana e afro-brasileira não foram apenas sequestradas para uso de seus corpos mais também sua intelectualidade e o conhecimento em diversas áreas. Essa espoliação subjetiva se deu não apenas no campo epistêmico, mas também no campo da cultura. Para autores como Velanga, Bosquê Junior e Moreira (2022, p. 744), “a cultura do colonizador foi disseminada como superior e a cultura dos colonizados foi disseminada como inferior e atrasada”.

A concepção colonialista teve/tem como “o seu objetivo final a conquista das culturas e mentes dos colonizados, preenchendo as suas referências com propostas eurocêntricas” (Meneses, 2019, p. 23). É imprescindível a descolonização do currículo, ainda mais quando partimos dos pressupostos de um Ensino de Ciências da Natureza que dialogue para a ruptura de um sistema educacional que historicamente invisibilizou determinados conteúdos a favor do interesse da burguesia.

Ao longo da história, o colonialismo tentou e tenta negar as pessoas negras, limitando-lhes às percepções de inferioridade, subalternidade, marginalidade e “ignorância”. Como diz Ângela Davis (2016, p. 23), “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade” e, nesta visão foi se construindo uma sociedade estruturada no racismo que desumaniza e classifica as pessoas de acordo com a sua raça, gênero e classe.

Silvio Almeida (2021, p. 193) reforça o ideário de que “o racismo não é um mero reflexo de estruturas arcaicas que poderiam ser superadas com a modernização, pois a **modernização é racista**” (grifos do autor). O conceito de modernidade difundido pelo Ocidente foi/é a base para as repressões e invisibilidades dos demais seres marginalizados como sujeitos sem humanidade o que presumiria o poder de dominar, catequisar e normatizar o outro. Silvio Almeida (2021, p. 103) apresenta uma concepção de modernidade pertinente, quando descreve que:

Assim, o que chamamos de modernidade não se esgota na racionalidade iluminista europeia, no Estado impessoal e nas trocas de mercantis; a modernidade é composta pelo tráfico, pela escravidão, pelo colonialismo, pelas ideias racistas, mas também pelas práticas de resistência e pelas ideias antirracistas formuladas por intelectuais negros e indígenas (Almeida, 2021, p. 103).

A modernidade idealizada pelo Ocidente promoveu rupturas sociais, culturais e históricas contra determinados povos, mas também a partir da lógica da modernidade movimentos de resistência coletiva foram surgindo com o intuito de enfrentar o preconceito e o racismo difundido por ideologias excludentes. Assim, dialogar sobre a descolonização do currículo de Ciências da Natureza é uma construção moderna que visa a busca por ensino igualitário que atenda aos interesses daquelas/es que tem suas identidades negadas e desvalorizadas.

Segundo Achille Mbembe (2018), o processo de modernidade fez mais do que expandir o comércio de produtos, ele deu conta de explorar corpos negros e, nesse processo desumanizá-los e animalizá-los, tornando-os uma mercadoria. A população negra sequestrada das diversas partes do continente africano se tornou objeto de enriquecimento europeu, não apenas com a venda de seus corpos, mas também de suas riquezas e cultura.

Ainda para Achille Mbembe (2018, p. 18), “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado.” O biopoder em detrimento do capitalismo tem a função de disciplinar e construir dispositivos de controle para legitimar a morte daquelas/es que estão à margem da sociedade. Aimé Césaire (2010) nos chama a refletir que:

Racismo e colonização eram binômios inseparáveis e, também, **sistemas relacionais** destinados à exploração e à negação sistemática do ser racialmente oprimido. “O racismo e o colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele”. Trata-se de um monstro de sete cabeças que requer uma teoria específica e uma práxis radical – que não dispensa nem mesmo a possibilidade da violência – para ser combatido. Aquela “Negritude” estéril e escapista, centrada exclusivamente no literário, na estética e no folclórico, ao tempo que fechava os olhos à dominação imperialista do mundo contemporâneo, era um beco sem saída. “Não quero cantar meu passado às custas do meu presente e futuro”, sentenciou Fanon (Césaire, 2010, p. 25, grifo do autor).

O racismo e a colonização deram conta de propagar o sistema de biopoder que opera a política de morte sobre as pessoas que foram/são submetidas ao sistema de escravidão no modelo antigo e atual, ou seja, o Estado é que impõe os lugares mais insalubres que as pessoas negras, indígenas, latinas e pobres devem ocupar. Nessa perspectiva, Achille Mbembe (2018) afirma que:

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O curso violento da vida de escravo se manifesta pela disposição de seu capataz em se comportar de forma cruel e

descontrolada ou no espetáculo de sofrimentos impostos ao corpo do escravo (Mbembe, 2018, p. 28).

A maneira como o sistema escravocrata se manifestou na sociedade nos ajuda a dialogar sobre a possibilidade de descolonização do currículo de ciências para um ensino antirracista, visto que “o racismo é reproduzido em diversos segmentos sociais, nas produções acadêmicas e culturais” (Alvino *et al.*, 2022, p. 599). Pereira, C., Pereira, M. e Bianco (2022) discorrem sobre o papel das escolas em preservar e valorizar a cultura e os saberes eurocêntricos e desqualificar os que provêm das demais sociedades que não pertencem ao Ocidente:

A escola brasileira de valores dominantes e eurocêntrica desconsidera a importante diversidade étnica-cultural e científica da humanidade produzidos pelo continente africano, bem como todos os conhecimentos produzidos e acumulados pelas civilizações anteriores, caracterizando a hipervalorização e colonialidade da episteme da matriz branca e invisibilizando a epistemologia africana nos documentos curriculares escolares (Pereira, C.; Pereira, M.; Bianco, 2022, p. 3).

Para os autores anteriores, o currículo reflete o eurocentrismo que busca embranquecer e invisibilizar os saberes e a cultura dos povos afro-brasileiros. Na perspectiva de contribuir para descolonização do currículo de Ciências da Natureza é que se busca nos excertos dos diários de Carolina Maria de Jesus um possível diálogo que transcenda a ótica eurocêntrica vigente sobre o Ensino de Ciências numa turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir de práticas Antirracistas.

Além de que, é preciso trazer para espaços como Universidades, Faculdades, Institutos Federais e Escolas Públicas de todo o país literaturas de mulheres negras potentes como os escritos de Carolina Maria de Jesus. A ideia de uma mulher como Carolina ocupar o mesmo espaço literário da elite branca nunca foi bem requisitado na psique da academia. Enquanto escritora Carolina foi vista como algo exótico e sua escrita gerava inúmeras especulações sobre sua capacidade intelectual.

Em 19 de outubro de 1960, na obra literária “Casa de Alvenaria, volume 1: Osasco” a escritora relata que “alguns críticos dizem que sou pernostica quando escrevo – os filhos abluíram-se – sera que o preconceito existe até na literatura? O negro não tem o direito de pronunciar o clássico?” (Jesus, 2021, p. 69). Nesse contexto, é possível pensar nas/os diversas/os Carolinas/os que também tiveram/têm suas produções negadas devido à sua condição de raça, gênero e classe determinadas por uma sociedade capitalista.

Costa, Camargo e Sánchez (2019, p. 81) defendem que “diálogos entre diferentes perspectivas epistemológicas assumem não somente uma concepção democrática de produção de conhecimento, como também possibilita uma aproximação entre diferentes formas” de

compreender a realidade, assim, instigando uma articulação entre os diferentes saberes.

Em face desse cenário, o que se pretende nesta pesquisa é dialogar sobre um ensino de ciências que não negue o saber do outro (Dussel, 1993), ou seja, que os múltiplos saberes e fazeres sejam visibilizados e inseridos no processo de ensino. Carolina Maria de Jesus é uma potencializadora de saberes, pois seus escritos literários vão além do que se visualiza da personificação do ser escritora/or, quando ela capta e descreve a realidade cotidiana de sua vivência e experiência na favela, bem como de suas/seus vizinhas/os da favela residentes do Canindé – na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

O Ocidente, por meio do sistema colonial, utilizou-se da opressão para sequestrar corpos, riquezas, saberes, tecnologias e negar a cultura e religião do outro. Segundo Pinheiro (2021, p. 52), “o Ocidente tem suas bases nas civilizações greco-romanas e coloca sobre elas o acento ontológico de todas as coisas. Ele se auto circunscreve, estabelece a noção do outro (o Oriente) e impõe o seu desconhecimento”.

Nesse contexto, o ideário do Ocidente esteve pautado no conceito de modernidade, civilidade, intelectualidade estabelecido para fundamentar a ideologia de raça superior e inferior, visto que “a ideia de modernidade foi considerada no mundo capitalista como a única racionalidade válida” (Dutra; Castro; Monteiro, 2019, p. 3).

Dialogar sobre a descolonização do currículo hegemônico usado a serviço de reproduzir discriminações aos povos subtendidos como marginalizados e subalternizados é, buscar promover uma educação que esteja alinhada a superar sistemas hierárquicos de exclusão, por uma educação igualitária e antirracista. Na concepção de Araya e Fonseca (2019, p. 143), “o conjunto de práticas e saberes hegemônicos do currículo escolar naturaliza as desigualdades e sustenta uma dimensão ideológica de educação única, autoritária e eurocêntrica, considerando os elementos de outras culturas como algo exótico”.

A idealização dos povos colonizados pelos colonizadores e seus descendentes – europeus – deram conta de decalcá-los como seres animalizados, bestiais, ferozes e desprovidos de intelectualidade, civilidade e tecnologia. Logo, negam e invisibilizam esses corpos ao mundo subjugando suas capacidades e inserindo ao local da marginalidade e subalternidade, na medida que, utilizam-se de seus corpos e intelectualidade para exercer o poder sobre vidas e culturas.

Dessa forma, esta pesquisa buscou indagar sobre quais as possíveis contribuições da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus para um Ensino de Ciência da Natureza antirracista? Teve por objetivo geral investigar as possíveis contribuições da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus para um Ensino de Ciência da Natureza antirracista.

Os objetivos específicos foram os seguintes: I - identificar os conceitos de Ensino de Ciências Naturais a partir de cenas da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada”; II- Identificar os conceitos de Ensino de Ciências da Natureza a partir de cenas da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”; III- avaliar possíveis temas mobilizadores de Ciências Naturais a partir da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” para construção de propostas didáticas a serem utilizadas por educadoras/es; IV- analisar a construção e aplicação de uma proposta de sequência didática a partir de cenas retiradas da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” com vistas a promoção de um ensino de ciências antirracista

O percurso metodológico buscou evidenciar a potencialidade da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020) de Carolina Maria de Jesus, a partir de uma abordagem qualitativa e aplicação da proposta de sequência didática “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”. A escolha da temática sobre Educação Ambiental sucedeu diante da realização da leitura e fichamento de trechos retirados da literatura de estudo.

Após o fichamento da obra, foi realizada uma pesquisa biográfica sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, em paralelo com a pesquisa bibliográfica para seleção das/os autoras/es que compuseram o arcabouço teórico desta pesquisa. Vale ressaltar, que se buscou na metodologia de pesquisa-ação um caminho a ser seguido, visto que a pesquisadora em questão atua como docente na turma selecionada para pesquisa.

Em continuidade, foi construída e aplicada uma proposta de sequência didática sobre a temática “Semana de conscientização da Educação Ambiental”, com etapas definidas para serem cumpridas pela pesquisadora e os participantes da pesquisa. A coleta de dados partiu das produções realizadas pelas crianças. Tendo em vista que se tratavam de crianças que ainda estavam em processo de desenvolvimento da leitura e da escrita, optamos pela produção de desenhos, e assim foi utilizado a análise da informação imagética (Maimone; Tálamo, 2009) que permite a caracterização e discriminação dos elementos contidos nos desenhos.

Após a caracterização, utilizando a análise da informação imagética que permite separar os elementos presentes nas obras/desenhos dos participantes da pesquisa foi realizada a interpretação descritiva das informações contidas em suas produções. Em decorrência da análise da informação imagética e das interpretações foi possível estabelecer três (03) categorias de análise alinhadas ao Ensino de Ciências da Natureza que são: A) O passado; B) O futuro; C) O presente. Os resultados desse percurso metodológico estão dispostos ao longo das próximas seções desta tese.

A segunda seção deste trabalho dialoga sobre os corpos de mulheres negras como

objetos do processo de colonialismo e da colonialidade que se apropria de uma ideologia de superioridade e poder sobre estas mulheres destituindo-lhes de sua condição humana. Nesta seção, buscou-se conversar com obras como as de Ângela Davis, Juliana Texeira, Cida Bento, Bárbara Carine Soares Pinheiro e Carolina Maria de Jesus. Na construção de um diálogo reflexivo sobre as violências físicas, mentais, materiais e espirituais que as mulheres foram/são submetidas ao longo de sua existência e o quanto a identidade ancestral ajuda a compreender e lutar contra as amarras impostas por uma sociedade capitalista.

A terceira seção apresenta reflexões teórico-bibliográficas sobre um ensino de ciências antirracista a partir a defesa de um currículo descolonizador, ou seja, um currículo contra-hegemônico, que se disponha a pensar os processos formativos das/os educandas/os no campo das Ciências da Natureza. Tais reflexões foram tecidas partir de trechos retirados das obras literárias de Carolina Maria de Jesus.

Na quarta seção apresenta-se o campo metodológico da pesquisa de campo, ou seja, é descrito o tipo de metodologia utilizada com as/os sujeitas/os da pesquisa, o(s) instrumento(s) de coleta e análise dos dados. Nesse sentido, a aplicação de uma proposta de sequência didática com educandas/os do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir de cenas retiradas do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” que forneceu subsídios para pensar a sua potencialidade no campo de um Ensino de Ciências Antirracista.

Na última seção são apresentadas as considerações finais nas quais compartilho as perspectivas alcançadas na pesquisa, bem como a intencionalidade de futuras produções científicas que envolvem as concepções de raça, gênero e classe no âmbito do Ensino de Ciências. As referências listam somente as obras citadas para compor a pesquisa em ordem, para que, sirva as/os demais sujeitas e sujeitos que se interessem em pesquisar e estudar as obras e artigos que foram usados nesta pesquisa.

Por tudo isso, convido a todas/os a leitura desta tese, para que possamos juntos/as pensar a possibilidade de um ensino descolonizador, que inclua em suas práticas e planejamentos a ciência, a cultura, a história e a tecnologia de pessoas negras, indígenas, quilombolas e latinas, assim, não se limitando aos saberes eurocêntricos, mas sim os demais saberes produzidos por aquelas/es que foram/são invisibilizados nesta sociedade capitalista. Em suma, os diálogos seguintes convidam a pensar um Ensino de Ciências antirracista em que nós educadoras/es, possamos coletivamente compreender a relevância de abordar tais questões.

2 CORPOS DE MULHERES NEGRAS COMO OBJETOS DO COLONIALISMO E DA COLONIALIDADE

O papel da branquitude na luta antirracista é o papel de quem criou o racismo, então compreendo que pessoas brancas críticas terão que construir por si sós esses caminhos, até porque essa atuação está no campo existencial da branquitude [...]

(Pinheiro, 2023, p. 61)

Começo com Bárbara Carine Pinheiro, pedindo licença a todas as outras que vieram antes dessa mulher potente, como Dandara, Carolina Maria de Jesus, Anna Benite, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Nilma Lino Gomes e tantas outras existências potencias para luta antirracista: nesta seção, contextualizamos a existência de Carolina a partir de sua trajetória física e intelectual, bem como refletindo sobre as demais Carolinas que têm suas falas sucumbidas por um projeto articulado de subjugação de sua humanidade.

Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, em Minas Gerais. Ela era filha de João Cândido Veloso e Maria Carolina de Jesus (Cota). O avô Benedito José da Silva, nasceu em 1852 – segundo os registros adquiridos no cartório da cidade de Sacramento (Farias, 2017). Ele era descendente direto de africanos escravizados e traficados para o Brasil, ou seja, Carolina era neta de um ex-escravizado. No ano em que Bitita nasceu, fazia 26 anos da publicação da carta da Lei Áurea (Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888), assinada pela Princesa Imperial Regente Isabel.

O período em que Carolina nasceu e cresceu vivenciava fortemente os resquícios do período escravagista. As questões racistas, sexistas e machistas dominavam a cidade de Sacramento, bem como todo o país. A sociedade comungava/comunga dos ideais elitistas de subjugação do povo negro. Na época, a mãe de Carolina trabalhava como arrumadeira na casa das pessoas de posse para sustentar a si própria e os dois filhos.

Segundo Ângela Davis (2016, p. 17), “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero”. Nessa perspectiva, o conceito de gênero feminino como delicado e frágil não era aplicado às mulheres negras escravizadas, pois trabalhavam igual aos homens e sofriam os mesmos castigos e até mais fortes, além de estupros que as condicionavam como parideiras de um produto lucrativo para os proprietários.

As mulheres negras sofreram/sofrem com o processo de colonialidade, tendo seus corpos hipersexualizados como local de dominação e desejo do homem branco cisgênero. Nos diálogos de Carolina, em seus diários, ela apresenta situações suas, bem como de outras mulheres tendo seus corpos objetificados para o prazer do Outro. Na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, a autora descreve inúmeras situações que envolve a violência contra as mulheres negras, dentre elas, a de uma mulher negra que ao ir comprar pedaços de carne de porco sofre violações. O vendedor – um homem branco cisgênero e de nacionalidade portuguesa – a importunava sexualmente tendo-a como um corpo a ser consumido. O senhor lhe oferece o produto “gratuito” em contrapartida exige relações sexuais da mulher (Jesus, 2020).

Os assédios e as violências que as mulheres sofreram/sofrem foram/são estabelecidas pelos moldes de dominação difundidos pelo sistema neoliberal e capitalista que impôs ideologias como formas padronizadas a ser seguidas pelas demais sociedades. Nessa perspectiva, o estupro foi/é uma violência para dominação de mulheres cisgêneras, homens e mulheres trans, gays e lésbicas no ideário de controlar entres sujeitos a fim de moldar os padrões heteronormativos. Ângela Davis (2016, p. 36) discorre sobre a visão errônea que se tinha/tem do estupro, afirmando que:

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituídos durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (Davis, 2016, p. 36).

Na obra “Diário de Bitita” (2007), a autora descreve a situação das meninas negras que trabalhavam nas casas das pessoas abastadas financeiramente, nas quais eram estupradas pelos filhos dos patrões, homens brancos cis que incitavam a prática de violência cometida pelos seus filhos. Assim, muitas meninas ficavam grávidas e eram expulsas do trabalho tendo que dar conta de uma gravidez indesejada, provida de uma violência e com ameaças constantes de morte se tentassem expor a situação. As mulheres de maneira geral e, em especial as negras e latinas, são constantemente agredidas/os/es e violentadas/os/es por um sistema que tenta lhes diminuir da sua condição humana.

Dessa forma, é preciso articular em todos os espaços sobre como o Estado opera para impor e controlar a vida das pessoas, principalmente, das camadas marginalizadas. María Lugones (2019) apresenta algumas reflexões sobre como o processo de colonização e, por

consequência a colonialidade opera para desqualificar as mulheres e principalmente a negra de sua condição humana, afirmando que:

A “missão civilizatória” colonial foi a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável, violenta violação sexual, controle de reprodução e um horror sistemático (ao dar pessoas vivas para cachorros comerem e ao fazer bolsas e chapéus com as vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas, por exemplo). A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica dos gêneros como uma forma de julgamento, apesar da realização dos gêneros dicotômicos pelos colonizados não ser relevante para esse julgamento normativo – transformar os colonizados em seres humanos não era o objetivo dos colonizadores. A dificuldade de imaginar esse objetivo pode ser facilmente percebida, quando vemos que tal transformação, dos colonizados em homens e mulheres, não seria uma transformação identitária, mas uma mudança da natureza. Mas virar os colonizados uns contra os outros fazia parte do repertório de justificativas para os abusos que aconteciam. A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como má – fêmeas colonizadas eram relacionadas ao diabo (Lugones, 2019, p. 360).

A dominação sexual imposta às mulheres resulta de modelos de negação e invisibilidade perante os aspectos políticos, num ato constante de silenciamento de suas vozes e os seus direitos. Para Ângela Davis (2017, p. 133), “a opressão sexual imposta a tantas mulheres resulta, por exemplo, na proibição de sua participação nas atividades políticas”, vejamos isso, na Câmara dos Deputados Federais do Brasil, em que, as/os deputadas/os trans e gays de partidos de esquerda são hostilizadas/os tendo suas falas e pautas desacreditados por homens e mulheres brancos/as cisgêneros que destilam palavras e ações de ódio contra essas pessoas.

Entretanto, essas/es lutam constantemente para serem ouvidos e vistos, bem como trazendo para o debate pautas pela luta da igualdade das minorias, na qual são constituídas por conhecimentos teóricos-científicos em suas falas e projetos de lei que de fato atenda às necessidades da classe trabalhadora. Sobre as problematizações que envolvem raça, classe, gênero e sexualidade se pode refletir a fala do prefeito da cidade de Barra do Piraí, interior do Rio de Janeiro, em que professou o seguinte discurso: segundo a repórter da Agência Brasil³ Ana Cristiana Campos publicado em 18/09/2023:

O que não falta em Barra do Piraí é criança. Cadê o Dione (Caruzo, secretário de Saúde)? Tem que começar a castrar essas meninas. Controlar essa população. É muito filho, cara! É no máximo dois. Fazer uma lei lá na Câmara. É no máximo dois, porque haja creche pra ser ‘construída’ nos próximos anos.

³ MPRJ vai apurar discurso do prefeito que defendeu castração de meninas. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-09/mprij-vai-apurar-discurso-do-prefeito-que-defendeu-castracao-de-meninas>. Acessado em: 12 nov. 2023.

O discurso proferido pelo prefeito está orientado por uma concepção de política de morte (Mbembe, 2018), delimita e controla o processo de natalidade entre a classe trabalhadora. O conceito de biopoder e biopolítica de Michel Foucault (2002) dialoga sobre como o Estado opera para dominar e controlar a natalidade e mortalidade, de acordo com os interesses do capitalismo. No período escravagista, por exemplo, as mulheres negras eram estupradas pelos seus senhores e capitães do mato, tendo como uma das finalidades a reprodução, ou seja, com a proibição da compra regular de pessoas escravizadas, começou um novo modelo de produção.

As crianças que nasciam era mão de obra de trabalho, não pertencia as suas genitoras, eram assim separadas e comercializadas. As mulheres negras quanto mais parideiras mais valiosas eram, isso no sentido de produção, não que elas tivessem algum benefício e/ou humanidade, sendo reduzidas a reprodutoras de um produto extremamente lucrativo (Davis, 2016). No período escravagista, a procriação por pessoas negras era vantajosa e encorajada (principalmente pelo estupro) e atualmente a fala do prefeito citado anteriormente, por exemplo, é uma estratégia por meio da qual o Estado opera para controlar a natalidade e mortalidade de crianças vindas da classe trabalhadora.

É necessário dialogar com Ângela Davis (2022) sobre mecanismos de controle da reprodução de pessoas pobres que condicionam o discurso do aumento da marginalidade ao nascimento de crianças periféricas. Assim, antes mesmo do nascimento esses sujeitos são estereotipados como perigosos e que devem ser controlados e dominados por uma ideologia excludente. As mulheres negras são oprimidas e condicionadas há reproduzirem ou não a partir da ótica do capitalismo. Carolina, enquanto mulher negra e mãe solo de dois filhos e uma filha (de pais diferentes), sofreu com o preconceito por não ter um homem ao seu lado, a sociedade lhe exigia o casamento como forma de impor as concepções machistas, em que uma mulher necessita de um homem para sua subsistência e submissão.

Ângela Davis (2022, p. 26-27) complementa que:

Os homens negros continuam sendo evocados como “uma espécie em extinção”, enquanto as mulheres negras são vistas como responsáveis pela reprodução de famílias sem a presença do pai, afetadas pela pobreza e cujos filhos estão destinados a se tornar estatística prisionais. As mulheres negras que ousem pensar que podem construir famílias sem homens são representadas como destruidoras de comunidade. Nesse quadro de misoginia ideológica, as mulheres negras são percebidas como reprodutoras de homens negros violentos. Nos debates sobre afro-estadunidenses no ensino superior, a porcentagem crescente de mulheres negras que obtêm doutorado é muitas vezes vista como patológica. É como se nossos problemas pudessem ser magicamente resolvidos se as mulheres negras ao menos reconhecessem seu lugar tradicional e concordassem em apoiar seus homens (**grifos nossos**).

A partir do diálogo anterior se entende que a sociedade se consolidou pelos preceitos do Ocidente, que impõe normas padronizadas do que seria a instituição familiar, está formada por sujeitos binários (homem x mulher) que estejam convivendo no mesmo espaço. Todas as manifestações que não se enquadrem no padrão heteronormativo são desqualificadas e, caracterizadas, com uma anormalidade que produz e reproduz a desorganização e destruição de uma sociedade. Nessa perspectiva, é pertinente refletir sobre como as diversas Carolinas são vistas/percebidas e/ou invisibilizadas na sociedade.

Pensar como a mulher negra era vista no período escravista possibilita refletir sobre as diferentes formas de violência que elas foram/são submetidas perante uma sociedade desigual e racista. A compreensão de inferioridade contida quanto à desumanização do corpo feminino negro perdura até os dias atuais, assim durante a existência física de Carolina sua vida foi movida por situações que a desqualificava enquanto pessoa, mulher, mãe solo e escritora.

Silvio de Almeida (2021, p. 204) discorre que “a desigualdade é um dado permanente do capitalismo, que pode ser, a depender das circunstâncias históricas e arranjos políticos específicos, no máximo, maior e menor”. A cidade de Sacramento possuía heranças profundas do período escravista. As/os mulheres/homens conviviam com as ameaças e violências frequentes da polícia militar – composta por pessoas negras em sua maioria – que iam de espancamentos até violências sexuais (Farias, 2017). Carolina sofria os horrores e julgamentos devido sua cor, aparência física e a comorbidade que tinha nas pernas (feridas).

Dona Cota, mesmo com todo o sofrimento relacionado com sua labuta diária, conseguia ir aos bailes que era comum aos finais de semana, em busca de se divertir e amenizar as dores do cotidiano. Nos locais de baile conheceu seu primeiro marido, Osório Pereira. O senhor Osório Pereira casa-se com Maria Carolina de Jesus para fugir da tutela de Miguel Alvin seu “pai adotivo”⁴. Nessa época, era comum as famílias ricas acolherem crianças negras para prestar os mais diversos serviços que iam desde os afazeres domésticos até a limpeza de chiqueiros. As crianças eram mantidas em condições análogas à escravidão, pois lhes negavam o direito à dignidade e de exercer a infância.

Na tentativa de fugir da tutela da família, Osório Pereira resolveu se casar com Maria Carolina de Jesus (Dona Cota). Como presente de casamento, ganhou calças usadas e sapatos, ambos que não lhes serviam. Dessa união, nasceu Jerônimo Pereira. O casamento não durou

⁴ Não eram bem pais adotivos havia uma criação baseada numa mão de obra barata para subsidiar o enriquecimento da elite. As crianças eram tidas para realizar os mais diversos serviços domésticos, criação e cuidado com porcos, galinhas e na lavoura, sem nenhum tipo de afeto.

muito; logo, Osório deixou Dona Cota por outra mulher de idade mais avançada, branca e que lhe dava conforto financeiro (Farias, 2017).

O senhor João Cândido foi o segundo esposo de Dona Cota. Eles se conheceram nos bailes aos sábados. Nesse período, Cota ainda estava casada com Osório. Da relação entre João Cândido e Dona Cota nasceu Carolina Maria de Jesus, entretanto, assim que a menina nasceu, o pai abandonou a família. Bitita nunca chegou a conhecer o pai; a inexistência do mesmo em sua vida à deixava pensativa quanto à figura paterna.

Carolina Maria de Jesus (2007, p. 8) achava bonito quando ouvia a mãe dizer “papai” e o pai responder: “o que é minha filha?”. A menina sentia falta desse afeto paternal e de conhecer suas origens, porém nunca conseguiu indagar a mãe sobre o paradeiro de seu pai, pois acreditava que o assunto era incomodo para a mãe. Na obra “Diário de Bitita”, Carolina (2007) relata que tinha escutado a seguinte narrativa da mãe

Um dia, ouvi de minha mãe que meu pai era de Araxá, e seu nome era João Cândido Veloso. E o nome de minha avó era Joana Veloso. Que meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que ele tinha 56 e um terno de roupas. Quando ela lavava sua roupa, ele ficava deitado nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair. Cheguei à conclusão de que não necessitamos perguntar nada a ninguém. Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo (Jesus, 2007, p. 8).

Por certo que João Cândido Veloso era um boêmio, gostava das noites, de tocar violão, passear pelas ruas e bares, sempre galanteador. Então, com o abandono do segundo companheiro, Dona Cota assumiu a responsabilidade de cuidar dos filhos como mãe solo. Nessa perspectiva, a figura paterna é transferida para o avô, visto que durante o dia a menina ficava na casa dele, enquanto a mãe trabalhava.

Carolina apresenta um fato relevante na obra “Diário de Bitita” (2007) sobre a aquisição de um terreno pelo avô comprado de um professor, que era proprietário de uma escola particular. O terreno foi negociado pelo valor de cinquenta mil-réis. Um valor bem significativo para uma família de agricultores humildes. Ainda acrescentando que:

Nossa casinha era coberta de sapé, as paredes eram de adobe. Todos os anos tínhamos que trocar o capim, porque ele apodrecia, e tínhamos que trocá-lo antes das chuvas. Minha mãe pagava dez mil-réis por uma carroça de capim. O chão não era soalhado, era de terra dura, condensada de tanto pisar (Jesus, 2007, p. 7).

Os esforços para obter a casa própria com um pedaço de terra era o desejo do senhor Benedito, para que, a família não ficasse desamparada quando chegasse o momento de sua morte. O senhor Benedito José da Silva faleceu no dia 13 de agosto de 1924, aos 62 anos de idade, às 16h na cidade de Sacramento. As condições de trabalho diante do avanço do

capitalismo não permitem que as pessoas ascendam e consigam superar as relações de desigualdade nesta sociedade. Para conseguir adquirir bens materiais como carro, casa e smartphones são submetidas a comprometer sua renda e adquirir dívidas que chegam a perdurar por toda sua existência. Assim, também era o sonho de Carolina Maria de Jesus quando residia na extinta favela do Canindé, em adquirir sua casa de alvenaria.

A conquista da casa própria era entendida como um sinônimo de dignidade para Carolina. Porém, já em sua vida adulta residindo em São Paulo e já tendo o seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” publicado e ganhado o mundo após sua publicação em 1961, a aquisição de sua casa de alvenaria em Osasco/SP, lhe traz inúmeros sofrimentos e lamentações, chegando ela a amaldiçoar o lugar (Jesus, 2020).

No período em que Bitita ficava aos cuidados do avô e de sua esposa, chorava ininterruptamente. O comportamento da menina irritava os vizinhos e a esposa do avô, chegando a lhe dar cachaça para adormecer e assim abrandar o choro. No retorno para casa, dona Cota fica apreensiva quanto ao silêncio e depara-se com sua filha desacordado, levando-a ao desespero. Então, recorreu ao consultório do Dr. Eurípedes, conhecido na cidade como médium e que ajudava as pessoas pobres com remédios e consultas gratuitas (Farias, 2017).

Ao examiná-la, o médium diagnostica que se tratava apenas de um estado de alcoolismo. Com sua experiência o médium preparou uma solução de remédios, para que a menina vomitasse e voltasse ao normal. Após o susto e a melhora da filha, dona Cota aproveita para falar com o médico sobre os choros de Bitita por dia e noite. O médium, ao examinar a criança, aponta que o choro era devido as fortes dores de cabeça, como a menina não sabia se expressar verbalmente chorava – dizeres do médico à Dona Cota.

Em outra passagem, Tom Farias (2017, p. 41) descreveu que:

Esta consulta com Dr. Eurípedes Barsanulfo foi reveladora, tanto para a filha, como se revelaria mais tarde, quanto para mãe. Carolina Maria de Jesus conta em seu livro de memórias que o médico teria dito para sua mãe que o crânio dela “não tinha espaço suficiente para alojar os seus miolos, que ficavam comprimidos”, por isso as fortes dores, por isso, claro, o choro. Na mesma ocasião da consulta, o “médico” explicou para Cota que Carolina vivera “até aos vinte e um anos...como se estivesse sonhando”, que a sua vida “ia ser atabalhoada” (Farias, 2017, p. 41).

Sem entender a fala do médium, ambas retornam para casa. Já em um de seus empregos, Cota é instruída a matricular sua filha em um colégio, com o objetivo de que a criança não atrapalhe a conclusão dos serviços domésticos. Posteriormente ao período escravocrata, as mulheres negras são direcionadas a realização de serviços domésticos e de babás na casa das famílias brancas. Segundo Ângela Davis (2016, 46), “durante o período pós-escravidão, a

maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos”.

A partir da imposição de sua patroa, Cota matricula a menina no colégio. O Colégio Allan Kardec era misto, ou seja, para meninas e meninos negros/os e brancos/os. O espaço tinha um salão amplo que acomodava todas as crianças e a divisão de turmas acontecia por períodos de ensino. A partir de suas memórias, Carolina Maria de Jesus (2007, p. 149) relata que:

Minha mãe foi lavar roupa na residência do senhor José Saturnino, e sua esposa dona Mariquinha disse para minha mãe me pôr na escola. Minha mãe foi falar com a professora. Eu a acompanhei. Quando entramos na escola, fiquei com medo. Nas paredes havia uns quadros do esqueleto humano. O salão era amplo, e as classes eram nos cantos. O período matinal era destinado ao quarto ano. O professor era o senhor Homilton Wilson, irmão do fundador do Colégio Allan Kardec. Quem fundou o colégio foi o senhor Eurípedes Barsanulfo. O segundo período era para o primeiro, o segundo e o terceiro ano (Jesus, 2007, p. 149).

O Colégio Allan Kardec, fundado pelo Dr. Eurípedes Barsanulfo, pertencia a doutrina difundida pelo francês Hippoly Léon Denizard Rivail, pedagogo, filósofo e tradutor que se utilizou do pseudônimo, Allan Kardec para fundamentar os preceitos do espiritismo. Sobre a metodologia desenvolvida no Colégio Allan Kardec, Tom Farias (2017, p. 47) apresenta as seguintes informações:

A escola praticava uma metodologia muito diferente das outras escolas existentes, até mesmo no Brasil. A começar por misturar meninos e meninas, pobres e ricos, pretos e brancos, crianças e adolescentes. Como já disse, só havia uma única sala de aula, na verdade um imenso salão. As turmas separadas no mesmo ambiente por núcleos de aprendizagens, que eram elementar, médio e superior. Na época de Dr. Eurípedes Barsanulfo, eram fornecidas apostilas sobre questões de Língua Portuguesa, Astrologia e Fundamentos da Doutrina Espírita, entre outras disciplinas, e muitas aulas eram coletivas, com todos os alunos juntos (Farias, 2007, p. 47).

Bitita, inicialmente, não gosta de estar naquele espaço, prefere acompanhar a mãe no trabalho, além de que, o seu desmame não tinha acontecido por completo. Então suas idas à escola foram acompanhadas de choro e revolta. Os quadros e os materiais de ciências sobre o corpo humano assustavam a menina, afirmando que não precisava aprender a ler, além dos problemas com os colegas de turma que riam de sua aparência. Carolina Maria de Jesus (2007, p. 149) diz que “quando eu olhava os quadros dos esqueletos, meu coração acelerava-se. Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. E que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei: - Que negrinha feia! Ninguém quer ser feio”.

Para Bitita, a escola era um lugar opressor, pois os colegas e a exposição da professora sobre sua condição de ainda mamar lhe trazia desconforto e vergonha. Silva (2018) dialoga que a escola é um ambiente que normaliza a cultura, ou seja, um espaço que reafirma as normativas

culturais que precede a visão eurocêntrica. Todavia, buscamos dialogar sobre a escola nos preceitos de desconstruir a lógica elitista para fortalecer as identidades que são negadas nesses espaços formadores de aprendizagem e saberes (Pires; Silva; Souto, 2018).

Com o passar do tempo e as estratégias utilizadas pela professora a menina começa a pegar gosto pela leitura e escrita. A professora que cativou Carolina Maria de Jesus chamava-se Lonita Solvina, após os seus conselhos a menina deixou de mamar – para alívio de Cota, que já não sabia mais o que fazer. Carolina durante sua existência sempre mencionava a professora e o respeito que tinha pela mesma, bem como a gratidão por ter ensinado a ler e escrever.

A menina só conseguiu estudar dois anos no colégio. Contudo, o encantamento pela leitura perpetuou por toda sua vida. O primeiro livro de literatura brasileira lido pela jovem foi a obra “A escrava Isaura”. A partir dessa leitura, foram fazendo parte do acervo de Carolina Maria de Jesus, como a Bíblia Sagrada, Gramáticas e tudo que pudesse encontrar (Farias, 2017).

Em 1923, Carolina deixa o Colégio Allan Kardec após 2 (dois) anos de estudo, com 9 (nove) anos de idade. A saída da escola foi diante das dificuldades de sobrevivência na cidade e a falta de emprego. A família pensava em buscar trabalho nas fazendas no plantio e cultivo das lavouras. Nesse período, Cota conhece o seu terceiro companheiro, José Romualdo, homem negro que acaba de chegar à cidade a procura de uma mulher honesta e trabalhadeira (Farias, 2017).

Assim, a família se muda para a cidade de Uberaba, no interior de Minas Gerais, para trabalhar em uma fazenda. No início, Carolina não gosta da ideia de deixar a sua cidade e a escola, mas logo a mãe conforta a filha sobre a necessidade da mudança. A família passa 4 (quatro) anos na fazenda do senhor Olímpio Rodrigues de Araújo. Durante esse período, Carolina começa a gostar da vida no campo, do trabalho na lavoura, da criação de animais, da colheita e venda dos produtos na cidade. Outra atividade desenvolvida por Carolina na fazenda estava em prestar serviços na casa grande, cuidando dos filhos dos patrões em troca de promessas como alisamento do cabelo, embranquecimento da pele e afinação do nariz a partir de produtos de beleza (Farias, 2017).

O fenótipo de Carolina não coincidia com o aspecto de belo imposto pelo homem branco europeu, pois “as pessoas negras nunca foram vistas como belas” (Pinheiro; Rosa; Conceição, 2019, p. 8). Diante de uma sociedade racista na qual ser negra/o é ser o outro, ou seja, a/o feio, a/o improdutivo/a intelectualmente, a/o marginal o embranquecimento se torna uma maneira de fuga as opressões proferidas as pessoas racializadas. Pinheiro, Rosa e Conceição (2019, p. 8) dizem que “o corpo negro é um corpo contestado. São sinais e marcas desses corpos que os distingue de corpos de outros grupos étnico-raciais, como o nariz, a boca, a cor de pele e o tipo

de cabelo”, assim a racialização e discriminação no Brasil se dá a partir do fenótipo de uma pessoa. De acordo com as concepções de Nilma Gomes (2002):

O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo, o corpo negro, podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos (Gomes, 2002, p. 2).

Uma questão importante está na promessa de um embranquecimento com a idealização de produtos cosméticos que se remete ao ideal de beleza eurocêntrico. A luta deve estar em desconstruir a ideia de beleza ideal ou padrão para oportunizar a valorização da identidade de mulheres negras não apenas na questão estética, mas como uma manifestação política. Assis (2018, p. 99) discorre que:

O processo de empoderamento e valorização da mulher negra ocorrem não somente em relação a sua estética tendo um dos pontos mais relevantes nessa relação os cabelos, ele ocorre também a partir da construção da sua identidade e posicionamento político. Falar sobre cabelo crespo das mulheres é, com certeza, passar por aspectos sociais, culturais e políticos da história do povo negro (Assis, 2018, p. 99).

Por certo que oferecer produtos cosméticos em troca de prestações de serviços domésticos era uma prática corriqueira pelas senhoras brancas para as suas mucamas/escravas/domésticas. A busca pelo embranquecimento pela população negra/preta/parda está vinculada a um esforço para não serem racializadas e discriminadas, pois a questão do racismo no país não está direcionada ao campo biológico em si, mas pelos seus traços fenotípicos que as localizam como sendo o outro – negra/o, indígena e latina/o. Nessa perspectiva, Osório (2004) acrescenta que:

[...] estabelecer com precisão um tipo “biológico”, mas se aproximar de uma caracterização sociocultural local. O que interessa, onde vige o preconceito de marca, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminação (Osório, 2004, p. 114-115).

A partir da concepção fenotípica é que os grupos étnico-raciais são construídos e os modelos de opressão disseminados e, mediante isso, é que Carolina e sua família são expulsos e colocados como marginais, sujeitos dos quais não se pode confiar. Sendo assim, o período de estadia e trabalho na fazenda durou quatro anos e, logo, a família foi despejada sem nenhuma reparação e indenização por parte dos proprietários da fazenda. A família, ao ser expulsa da fazenda, coloca os poucos móveis que tinham em um caminhão e volta a peregrinar pelas

fazendas circunvizinhas em busca de trabalho e moradia. Logo, conseguem se instalar em outro emprego, porém, em condições análogas à escravidão fazendo com que Dona Cota fugisse com sua filha para Sacramento e seu companheiro para outro destino, assim se separando (Farias, 2017).

Após o retorno, Carolina começa uma peregrinação por cidades de Minas Gerais, em busca de tratamento para a enfermidade das suas pernas. As andanças de Carolina à procura de tratamento duram dez anos. Durante esse processo, sofre inúmeras opressões e humilhações. Alencar (2010) complementa que:

Carolina inicia suas deambulações que vão durar cerca de dez anos. Ao longo deste período, ela passa por várias cidades mineiras, sempre caminhando a pé. Também se trata de uma fase em que ela apresentará sérios problemas de feridas nas 2 pernas, o que a levou a buscar tratamento em várias Santas Casas. Numa delas, acaba trabalhando como cozinheira para poder garantir o seu tratamento médico. Após ter melhorado das pernas, ela volta para Sacramento, onde começa a trabalhar como doméstica na residência de uma família de posses. Nesta casa, sofre uma acusação de roubo e vai parar na delegacia, onde é insultada e humilhada. Mais tarde, descobre-se que tudo não passou de um mal-entendido, mas ninguém lhe pediu perdão e tampouco a polícia foi informada deste engano (Alencar, 2010, p. 11-12).

Carolina não conseguia fixar em nenhum trabalho, sempre saía sobre os fortes rumores de ladra e tantos outros xingamentos proferidos pelas patroas. Não recebia pelos dias trabalhados e sua vida era uma lamúria sem fim. A relação conturbada de Carolina com o trabalho doméstico se perdura desde Sacramento até São Paulo; ela não se identificava com o trabalho, sua vontade era ler e escrever, pois acreditava ser um desperdício se dedicar à rotina prisional dos serviços domésticos. Sobre esse aspecto, Teixeira (2021) discorre como as empregadas domésticas foram/são percebidas na sociedade e dos discursos proferidos pelas/os patroas/ões como sendo quase da família, pois o “quase” reforça que elas não são, ou seja, seu papel está restrito a servir os patrões.

O que provoca a refletir que Carolina viveu em uma sociedade pós-escravocrata, em que as mulheres negras foram sequestradas do continente africano para as colônias como trabalhadoras da lavoura e domésticas. A primeira, para exercer o trabalho na lavoura e submeter as demais violências; e segunda, serem amas de leite, ou seja, amamentando os filhos dos senhores e também sofrendo violência sexuais, pois ao terem que dormir na casa ficavam mais suscetíveis a esse tipo de violência (Teixeira, 2021).

Ainda segundo Teixeira (2021), era comum os filhos dos patrões que estavam acometidos por sífilis violentarem meninas negras virgens com a falácia de cura de suas enfermidades. O corpo dessas meninas era objetificado a partir da necessidade daqueles/as que tinham o poder de decidir a sua existência. Nesse contexto, Ângela Davis (2016, p. 105)

descreve que “as pessoas que trabalham como serviçais geralmente são vistas como menos humanas do que seres humanos”.

À luz do colonialismo, da colonialidade e da escravidão as mulheres negras são destituídas de humanidade se tornando um animal a ser dominado, na medida em que, são entregues a homens brancos cisgêneros na sua infância para serem violentadas a fim de que, estes sejam “libertos” de doenças como a sífilis. Ou ainda, quando tem seus/suas filhos/as mortos/as por patroas que os abandonam em elevadores de seus prédios para morte, enquanto sua mãe está passeando com o cachorro da patroa. O caso do menino Miguel, filho de Mirtes, que foi deixado para morrer pela ex-primeira-dama de Tamandaré Sari Corte Real, tomou repercussão nacional e causa indignação da população que foram as ruas pedir justiça pela morte da criança. Segundo a reportagem do G1 PE⁵ (2023), “no dia 2 de junho de 2020, Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, caiu do 9º andar” de um imóvel de luxo, no qual residia Sari Corte Real que tinha ficado responsável por olhar a criança, enquanto sua funcionária Mirtes Santana ia passear com a cadela da família.

Entretanto, Sari Corte Real deixou o menino Miguel em um elevador sozinho que acarretou em sua morte. Ainda segundo o G1 PE (2023), a ré Sari Corte Real foi condenada a 8 anos e 6 meses, mas aguarda recurso, em liberdade e, atualmente é estudante do curso de medicina. Nessa perspectiva, podemos pensar como o racismo opera dentro da sociedade e os corpos são negligenciados por esse sistema que desumaniza as pessoas negras, indígenas, quilombolas e latinas, tendo suas vidas desprezadas.

Os estereótipos⁶ de promiscuidade e hipersexualização do corpo negro feminino também foram pautados no período escravocrata e na pós-escravidão, visto que elas eram violentadas e importunadas sexualmente por seus patrões ao serem compreendidas como propriedades. Seus corpos não lhes pertenciam. Achille Mbembe, na “Necropolítica”, discute esse estranhamento. O negro não tinha condição ontológica porque perdia a propriedade de seu corpo, de seus pensamentos, como descrito a seguir:

[...] Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro lugar, no

⁵ Matéria publicada em 16 de junho de 2023 pelo Portal G1 de Pernambuco. (<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/06/16/caso-miguel-condenada-por-morte-de-menino-sari-corte-real-e-aprovada-em-medicina-em-faculdade-particular.ghtml>)

⁶ Segundo Débora Ribeiro, do Dicionário Online (<https://www.dicio.com.br/estereotipo/>), “A palavra estereótipo origina da junção de estereo-, do grego "stereós", com o sentido de sólido, + týpos, com o sentido de modelo, fôrma; pelo francês "stéréotype".

contexto da *plantation*, a humanidade do escravo aparece como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um 'lar', perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade). Enquanto estrutura político-jurídica, a *plantation* é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor. Não é uma comunidade porque, por definição, a comunidade implica o exercício do poder de fala e de pensamento (Mbembe, 2021, p. 27).

Ao comparar a realidade do trabalho doméstico com a *plantation*, ou a situação das mulheres negras com a *plantation*, de fato, essas mulheres estão alienadas do governo de seus corpos e seus pensamentos. As empregadas que dormiam/dormem no serviço ficavam/ficam mais vulneráveis há tais violências, pois “os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período da escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação” (Davis, 2016, p. 97). Ângela Davis está se referindo ao período pós-abolicionista estadunidense, em que as mulheres negras libertas das senzalas migram para as cidades. Para sobreviver, essas mulheres passam a trabalhar como empregadas domésticas e também nesta condição foram submetidas a violência sexual por seus patrões, principalmente as que dormiam no emprego.

Em um dos períodos de andança em busca de tratamento para suas pernas e trabalho, Carolina Maria de Jesus retorna à cidade de Sacramento. Numa das poucas casas que lhe acolheram bem e pagaram por seus serviços, Carolina volta para a cidade com presentes para os familiares, os quais tinha adquirido em seu último emprego, que por sinal era tratada com dignidade e respeito, algo raro na jornada dessa escritora. Carolina começou a desenvolver o hábito de sentar na praça todas as manhãs para ler o “Dicionário Prosódico do Brazil e Portugal”. O hábito rotineiro de Carolina começou a chamar atenção dos moradores da cidade, que começaram a observar que o livro tinha uma capa e logo começaram a associar com o “livro de São Cipriano” (Farias, 2017).

O “livro de São Cipriano” é associado à ideia de feitiçaria, um livro pagão que faz referência a pactos e manifestações demoníacas. A partir dos rumores que tomavam conta da cidade e outros problemas, Carolina é presa e passa dias sobre torturas e maus tratos. Na tentativa de interceder pela filha, dona Cota, vai até a delegacia, contudo, também foi humilhada e obrigada junto à filha a realizarem trabalhos como capinar mato sob fortes insultos. As violências físicas eram diárias e na tentativa de ajudar a filha, dona Cota foi espancada tendo o braço quebrado, chegando a desmaiar com a dor forte.

O desmaio e a tentativa da filha em interceder pela mãe não tiveram nenhum resultado. Os castigos e agressões continuaram ainda mais fortes junto com xingamentos. Farias (2017) complementa que:

Durante dois dias, ficaram sem sequer comer. No terceiro dia, ainda sem se alimentarem, o sargento as obrigou a capinar (Carolina gosta de escrever “carpir”, que é certo) a frente da cadeia. Enquanto elas trabalhavam, de forma humilhante, muitas pessoas passavam pela rua sem notarem nelas ou no motivo pelo qual elas faziam tudo aquilo. Cena banal, para o cotidiano da cidade, ainda mais em se tratando de mulheres negras e pobres, como elas duas (Farias, 2017, p. 95).

Sobre a violência sofrida na cela da delegacia, após mais um dos interrogatórios, em que o delegado insistia que ela confessasse o crime, Tom Farias (2017, p. 96) afirma que:

A partir daí, o caldo realmente acabou de derramar para as duas mulheres. O sargento, muito irritado, mandou um soldado, que era preto, espancá-las fortemente, com um cacete de borracha. Ordem dada; ordem cumprida. O desespero foi enorme. As pancadas eram direcionadas para cima de Carolina. Cota, querendo proteger a filha, passou a colocar o braço na frente das pancadas. Dada a grande violência das mesmas, o braço de Cota se quebrou, e ela, em função da dor, caiu desmaiada. Carolina foi tentar socorrer a mãe, estirada no chão, mas o soldado, sem qualquer culpa, continuou batendo muito forte nela. Além de tudo, elas ainda por cima, se encontram enfraquecidas, pois há cinco dias estavam na prisão, e o pior, sem se alimentarem direito (Farias 2017, p. 96).

Carolina Maria de Jesus, junto com Cota, passou dias de horrores que terminaram com a ajuda de um primo, que sabendo o que aconteceu pagou a fiança, para que ambas fossem libertas daquele lugar de horror e tortura. Com os últimos acontecimentos, as duas sabiam que não poderiam mais ficar naquela cidade. Assim, iniciando outra jornada chegando até a cidade de Franca. Dona Cota começa sua labuta na casa da família Ignácio Calheiros, já Carolina não consegue se firmar em nenhum emprego devido à sua indisciplina com os serviços domésticos e o desejo pela leitura (Farias, 2017).

Em 1937, Carolina Maria de Jesus conseguiu se deslocar para a cidade de São Paulo como empregada na casa de dona Romélia e do Dr. Luiz (dentista), que estavam de mudança a cidade de São Paulo. Ao chegar na rodoviária e na Estação da Luz, Carolina ficou admirada com a movimentação da cidade e das pessoas a partir de suas vestes e do comportamento diferente daquelas/es que residiam nas cidades interioranas que passou, em busca de emprego e tratamento para suas pernas.

Carolina chega à cidade de São Paulo aos 22 anos de idade, junto com seus patrões, entretanto, passa pouco tempo trabalhando na residência. No início de 1940, ainda residindo em São Paulo, começou a trabalhar numa fábrica. A sua ida para cidade paulista continha o desejo de construir sua carreira como poetisa e escritora nos jornais e rádios. Na busca por fortalecer laços e conhecimentos no mundo jornalístico, no rádio e nas editoras, a jovem vai para a cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1940, atrás do sonho de fazer parte desses espaços.

O período de transição de Carolina, entre a cidade interiorana de Sacramento e a grande capital metropolitana de São Paulo, o país era governado por Getúlio Vargas entre os anos de 1930 e 1945. Getúlio passou 15 anos no poder, com ideias alinhadas à modernidade e crescimento da industrialização nos centros urbanos, além de criar os Ministérios da Educação e Cultura e criação de leis trabalhistas que, até então, não estavam alinhadas para a classe trabalhadora.

Carolina nutria profunda admiração por alguns políticos, entre eles estava Getúlio Vargas, sobre o qual escrevia versos e poemas que eram publicados nos jornais. Mas não deixava de apresentar algumas críticas relacionadas como a política e os políticos viam as pessoas pobres relatando o desprezo e o abandono que os mais necessitados eram/são submetidos pelas falsas promessas no período eleitoral. Ela chega a descrever que:

Os políticos antes das eleições prometem que vae expulsar a fome do país. Depois de elêitos dão amplos poderes a fome, não congelam os preços dos generos alimentícios. Quando dêito fico pensando nos brasileiros que estão dormindo com fome. Pra mim os políticos são médicos antes das eleições prometem que curam o mal do Brasil. Depôis de elêito dizem:
- Eu não conheço esta doença (Jesus, 2021, p. 146).

Em outra passagem, afirma que “[...] o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (Jesus, 2020, p. 35). A visão de Carolina sobre a política ia da ingenuidade até uma visão crítica, visto que sua relação com alguns políticos era usada para campanhas eleitorais e ao mesmo tempo compartilhava em seus diários o desprezo que os políticos tinham com pessoas pobres.

Nessa perspectiva, podemos dialogar sobre o projeto de governo getuliano que estava alinhado a concepção de modernidade para transformar os campos da economia, política, cultura e sociedade que envolvem o país (Alves, 2014). O conceito de Modernidade foi idealizado pelo Ocidente que tinha como objetivo conceituar a lógica do binarismo no mundo, determinando o que seria civilizado x selvagem e, assim podendo catequizar as nações e povos compreendidos como irracionais, ou seja, as denominadas periferias do sul (Dussel, 1993).

Silvio Almeida (2021, p. 26-27) dialoga sobre questões filosóficas que envolvem a concepção Iluminista de modernidade:

As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da **civilização**. Essa mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os **primitivos**, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse

movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da **razão** e a que denominou **colonialismo** (Almeida, 2021, p. 26-27).

A partir da denominada Modernidade é que as barbaridades foram e são concebidas até os dias atuais, como o assassinato, sequestro, estupro, negligência e a invisibilidade dos sujeitos que sofreram/sofrem o processo de colonialismo. Para Losurdo (2020, p. 33), “o colonialismo é sinônimo de pilhagem e de exploração; e implicou guerra, agressão e imposição, em larga escala, de formas de trabalho forçado em detrimento das populações coloniais”.

Segundo Menezes *et al.* (2019), o colonialismo se dá devido à relação de poder da metrópole que tem como objetivo o controle e dependência das suas colônias, assim mantendo o monopólio e controle para concretude da colonialidade. O que se pode entender como “um processo intersubjetivo, de introjeção dos costumes e modos de ser e viver do colonizador nos povos colonizados, através do apagamento e da negação das identidades e culturas originárias” (Menezes *et al.*, 2019, p. 65).

Carolina era uma mulher à frente do seu tempo, pois tinha habilidade em dialogar sobre os mais diversos assuntos, à medida em que se fazia presente em locais que circulava políticos e pessoas do alto escalão. Após um (01) ano de sua chegada à cidade de São Paulo, Carolina decide ir ao Rio de Janeiro em busca de construir relações e apresentar seu trabalho nas rádios da cidade. No Rio de Janeiro, entre o trabalho paralelo de cozinheira e escritora, já começa a ter acesso ao jornal “A Noite”, no qual o redator a denomina como uma pessoa “bastante falante, sem pudor, mas ao mesmo tempo ainda “amargurada” com os percalços da sua vida” (Farias, 2017, p. 115).

Nesse contexto, Tom Farias (2017, p. 116) discorre que:

Na Capital Federal, ⁷se emprega como cozinheira na casa das famílias cariocas. É um trabalho que não a satisfaz. Está sempre fora da sintonia das patroas que a empregam. Chega a dizer que é uma pessoa infeliz. O repórter, que não se identificou na matéria, descreve a futura escritora nesse período, que assinava apenas com o nome de Carolina Maria, sem o “Jesus”, herdado da mãe, como sendo uma mulher “alta, esguia, cor de peixe” e que mostrava “ao sorrir uma fila de dentes sólidos e alvos”. Mas ela também era vista como uma espécie de “cartão de visita verbal” e era tratada como uma “estranha criatura” (Farias, 2017, p. 116).

⁷ É importante contextualizar que o Rio de Janeiro se tornou a capital do país em 1763 – que até então era a cidade de Salvador – a partir da imposição do Marquês de Pombal, visto que era interessante ter a capital próximo as terras de minas, em que ocorria a exploração de ouro e pedras preciosas para coroa Portuguesa. Sendo assim, o território mais próximo da região de Minas Gerais era a cidade do Rio de Janeiro. Em 1960 é que a capital do Brasil é transferida para a cidade de Brasília no Distrito Federal.

Apesar de possuir inúmeros versos escritos e publicados, a escritora – Carolina Maria de Jesus – foi invisibilizada e questionada sobre sua capacidade de escrita e reflexão. Em meados de 1942, Carolina voltou para a cidade de São Paulo, já sendo bastante conhecida, tanto que no dia 05 de fevereiro o jornal “Folha da manhã”, publica uma nota sobre a escritora, retratando-a como um caso exótico. A denominação “poetisa preta” foi estampada nos jornais, visto que não era comum uma mulher negra, pobre e semianalfabeta ser-poetisa (Farias, 2017).

Segundo Miguel (2014, p. 27),

a objetificação da mulher, a negação de seu potencial da transcendência e sua fixação perene no mundo da natureza (a ser contida pela cultura), bem como o fato de que ela é permanentemente levada a se ver pelos olhos dos homens, são as constatações que orientam a crítica feminista à submissão das mulheres nas sociedades ocidentais (Miguel, 2014, p. 27).

Os discursos sempre operavam para negar a intelectualidade de Carolina Maria de Jesus, e transformá-la em algo exótico e animalista. Ela, enquanto mulher negra, pobre e favelada sofria as consequências de uma sociedade alicerçada pelo racismo que aprofunda as desigualdades e nega sua humanidade. Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 61),

a verdade é que o racismo, o imperialismo e o etnonacionalismo são escores fundamentais para a misoginia generalizada e o controle dos corpos de todas as mulheres. Como o seu funcionamento fere a todas nós, todas nós precisamos combatê-lo com unhas e dentes (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 61).

O controle dos corpos de mulheres negras é vivenciado por Carolina. Durante sua ascensão como escritora, sua vida pessoal e pública era controlada por terceiros. A necessidade de referenciar Carolina Maria de Jesus como uma escritora favelada era ponto fundamental do *marketing*, as fotos eram tiradas na favela e com ela vestida na simplicidade.

Os jornais e programas televisivos apresentavam matérias sensacionalista sobre sua condição financeira após a publicação da sua primeira obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. As matérias a referenciavam como a nova milionária chegando apresentar valores que não condiziam com a verdade e aumentando os problemas de Carolina com os pedidos de dinheiro, empréstimos e sociedades fraudulentas (Jesus, 2020).

Os diálogos sobre uma poetisa preta e o seu enriquecimento tomavam conta das principais páginas dos jornais brasileiros e programas de televisão e rádio, bem como, a desconfiança sobre sua capacidade de escrita intelectual. As mulheres e principalmente as negras tem a sua capacidade questionada e subjugada diante de uma sociedade racista e sexista. Nesse campo de discussão, Djamila Ribeiro (2019, p. 21) nos provoca a pensar quando relata que:

Pessoas brancas não costumam pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre focado na negritude. A ausência ou a baixa incidência de pessoas negras em espaços de poder não costuma causar incômodo ou surpresa em pessoas brancas. Para desnaturalizar isso, **todos** devem questionar a ausência de pessoas negras em posições de gerência, autores negros em antologias, pensadores negros na bibliografia de cursos universitários, protagonistas negros no audiovisual. E, para além disso, é preciso pensar em ações que mudem essa realidade (Ribeiro, 2019, p. 21).

O que Djamila Ribeiro nos provoca é, enquanto pessoas brancas e privilegiadas a partir de uma conscientização sobre ausência de pessoas negras em locais de poder, que em sua maioria é ocupado por sujeitos brancos, bem como enquanto educadoras/es inserir em nosso planejamento autoras/es negras/os, ou seja, buscar um fazer antirracista. De acordo com Silvio Almeida (2021, p. 51),

o que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (Almeida, 2021, p. 51).

As desigualdades sociais foram/são construídas a partir da exploração de sujeitos que estão à margem da sociedade como mulheres negras, indígenas e latinas. Carolina é o exemplo da exploração do capitalismo e da opressão, a sua voz e vontade foram desacreditadas por aqueles que se denominava como autoridade de sua existência enquanto escritora. A insatisfação de escrever novos diários e a rotina de viagens e entrevistas eram expressas continuamente em seus escritos, após a primeira obra publicada o seu desejo estava em poder ler e escrever romances, canções, peças teatrais e novelas.

Todavia, o monopólio capitalista queria explorar sua figura e ditar os seus desejos, dentre eles a escrita de novos diários que a deixavam incomodada e receosa, visto que, com a publicação da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, os seus antigos vizinhos a expulsaram com pedradas e ameaças. Carolina agora temia o que lhe podia acontecer relatando a vida na sala de visita, pois eram pessoas poderosas que pertenciam a elite paulistana (Jesus, 2020).

Carolina chega na cidade paulista em sua plena juventude e, com isso, gosta de passear e ir as festas da época. Logo engravida, mas concebe um feto natimorto. O genitor desse feto era estrangeiro. Tempos depois, engravida novamente, agora de um menino, João José. O pai

do seu primeiro filho – vivo – é Fábio Gonzaga Cintra, de nacionalidade portuguesa (Farias, 2017).

Quando Carolina aparece grávida, é mandada embora do serviço, pois não era mais interessante há tê-la como empregada doméstica, na medida em que, não poderia exercer as tarefas com o mesmo afinco de antes e, assim foi dispensada do serviço. O trabalho como empregada doméstica lhe permitia dormir no serviço e, quando é mandada embora fica sem moradia, com isso, tendo que procurar abrigo em alojamentos, cortiços e albergues.

Entre os anos de 1947 e 1948, ela residiu num terreno na Rua Antônio de Barros na cidade de São Paulo, entretanto, no final do ano de 1948 o proprietário do terreno pede a desocupação com intervenção da polícia. As famílias que residiam no local são expulsas e remanejadas para outros locais. Carolina ainda continua no local por um tempo e depois se muda para a extinta favela do Canindé às margens do Rio Tietê. É na favela do Canindé que nasce o seu filho João José e o desenrolar de sua trajetória como escritora e catadora de reciclados (Farias, 2017).

Carolina engravida do seu segundo filho José Carlos, em 1950, tendo como pai outro imigrante, agora de nacionalidade espanhola. Em 1953, nasce a sua filha Vera Eunice, cujo pai é outro espanhol – Antônio Montes Vicente – que também não ajuda na criação da filha (Farias, 2017), tendo ela que procurar na reciclagem o meio de sobrevivência através do que encontrava no lixo e do dinheiro que conseguia catando materiais recicláveis. Quando conseguia encontrar os materiais e vender, o dinheiro que recebia mal permitia comprar o mínimo para o sustento do dia, por vezes, esse valor era insuficiente.

Em sua vinda para a cidade de São Paulo, Carolina buscou, de início, construir laços com redatores e reportes de jornais, bem como apresentadores de rádios, assim se dirigia a esses locais e mostrava suas produções como poemas, versos e artigos direcionados aos políticos da época. Nesse contexto, é possível entender que, ela, já era conhecida na cidade, e despertava a curiosidade das pessoas devido sua condição de mulher negra, pobre e com apenas dois anos de escolaridade.

O acervo da escritora é extenso com inúmeros diários publicados em vida e pós-morte, como por exemplo, composições musicais, cartas, peças de teatro e telenovelas. Quando Carolina falece, a sua filha Vera Eunice consegue guardar parte do seu acervo, esse que ainda está sendo explorado e catalogado junto com a Companhia das Letras de São Paulo e a escritora Conceição Evaristo. Carolina morre no município de Parelheiros-SP, no sítio que conseguiu adquirir com a publicação de seu primeiro livro. Durante o tempo em que residiu no local, ela

escrevia muito e todo o material que foi encontrado, atualmente, vem sendo analisado pela Companhia das Letras.

Segundo Vera Eunice, em uma entrevista para o canal Guia Negro⁸, em 2022, o quantitativo de escritos durante o período que sua mãe viveu na favela daria para publicar mais cinco obras de “Quarto de despejo”. Ainda reforçando que a mãe deixou um grande acervo a ser analisado e catalogado para construção de novas produções, como biografias, filmes, livros e peças de teatro.

A produção que foi analisada nesta pesquisa é a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 2020) que teve sua primeira publicação em 1960, tendo um reconhecimento nacional e mundial, em virtude do seu caráter exótico aos olhos da elite. As percepções estão em identificar e analisar cenas do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 2020) que poderão ser mobilizadoras de temáticas no âmbito do ensino de Ciências da Natureza. É pensar a inserção dessa obra como potencializadora de problematizações no campo do Ensino de Ciências da Natureza Antirracista a partir da aplicação de propostas de sequência didática com crianças do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Na intencionalidade de desconstruir uma visão eurocêntrica e normativa do Ensino de Ciências, bem como questionar a ausência das produções de Carolina Maria de Jesus em espaços de ensino superior, por exemplo, visando com a sua inserção contribuir para a construção de um currículo antirracista.

O primeiro diário “Quarto de despejo: diário de uma favelada” retrata a vida das pessoas que residiam na extinta favela do Canindé, dentre as narrativas diárias estavam temas como sexualidade, violência contra mulheres, violência e/ou abuso sexual, prostituição, fome, miséria, alcoolismo, inexistência de saneamento básico, mortalidade infantil, doenças virais, doenças psíquicas, tabagismo e dentre outras temáticas. A partir dessas narrações, contidas na primeira obra publicada, os leitores e críticos se sentiram instigados a conhecer a obra e a vida daqueles sujeitos que estava à margem da sociedade.

Em “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, Carolina já apresenta questionamentos sobre sua condição de mãe solo e como era vista pelas demais pessoas. Todavia, reforça sua posição de preferir a vida solo do que com um marido que a maltratasse e não compreendesse o seu amor pela leitura e escrita. A escritora não cedeu à pressão da sociedade para constituir um casamento. Ela tinha seus namoros e desejos, porém, entendia que o casamento poderia aprisioná-la. Carolina Maria de Jesus (2021, p. 95) descreve que “alguns perguntam se tenho

⁸ Guia Negro. “Quero Carolina Maria de Jesus como literata”. *Youtube*, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-hs5HUYdwQ>

esposo. Eu vêjo mulheres que tem espôsos e sofre tanto. A pior coisa do mundo é suportar um marido indiferente”.

Uma questão importante era como se dava alguns de seus relacionamentos, que em sua maioria estavam condicionados a exploração de seu corpo em troca de alguma quantia em dinheiro e/ou alimentos. Na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicado em 1961, ela chega a citar algumas vezes sua relação com o senhor Manuel, dando a entender que a relação entre eles é conduzida por ajuda financeira. Carolina era uma mulher apaixonada e apaixonante. Durante sua existência, colecionou inúmeros amores, todavia, nenhuma relação conseguiu ser estendida devido a conflitos perante sua liberdade e o interesse financeiro de alguns.

O senhor David Saint-Clair se tornou um amigo e um possível amor. Nas obras “Casa de Alvenaria”, volume I e volume II (2021), ela explana seu desejo e fascinação pelo então jornalista estadunidense. A relação entre ambos era conturbada, pois existia a reprovação de Audálio Dantas, que acreditava numa aproximação por interesse, o que gerou inúmeras discussões entre a escritora e o jornalista brasileiro. Em relatos sobre o senhor David Saint-Clair, Carolina manifesta que: “Eu estou com saudades d’ele” (Jesus, 2021, p. 97).

Carolina Maria de Jesus (2021, p. 116), ainda acrescenta que:

- Eu quiz casar com você! Você não quis. Hoje...eu estaria bem. Mas se eu me casasse, eu não conseguiria nada na vida porque eu gósto de ler. Passo noites e noites escrevendo. O livro é tudo para mim. Os homens que passaram na minha vida não toléraram o meu amôr aos livros. Os hómens abandonou-me. Mas, os livros não. Eu olho um livro com simpatia porque eu sei que o livro é um amigo, que nos instrue (Jesus, 2021, p. 116).

Um dos ex-moradores da favela do Canindé ao reencontrar Carolina, após sua fama, declara vontade de casar-se com ela, diante de sua nova condição financeira, o que a deixa revoltada. Em resposta, Carolina é enfática sobre sua relação com os homens, os livros e a escrita a partir da sua percepção crítica e condição que as mulheres eram/são submetidas perante a instituição casamento. Os homens que passaram em sua vida só lhe trouxeram desgostos e desilusões, não se responsabilizando diante da paternidade e lhe abandonaram nos momentos mais difíceis (Jesus, 2020).

Carolina enfrentou a fome todos os dias de sua existência e com mais fervor na cidade de São Paulo; foi invisibilizada enquanto mulher, mãe, negra e pobre, tendo que recorrer ao lixo como meio de sobrevivência. Chegou a afirmar que a fome deixava tudo amarelo e feio (Jesus, 2020). Com os papelões, ferros, plásticos, metais, latas de lixo e restos de alimentos encontrados nas ruas sustentou seus filhos e a si própria. Nesse mesmo lixo, obteve os meios

de sustento de outro alimento para o seu intelecto, ou seja, os cadernos e livros, em que descrevia a sua vida e a de seus vizinhos da favela e, assim, retratando o descaso dos governantes e da sociedade.

A partir dos escritos contidos em seus diários foi que sua vida modificou. Em 19 de agosto de 1961, tem a sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” publicada por intermédio do jornalista Audálio Dantas, que em suas idas à favela em busca de matérias encontra-se com a escritora e tem acesso aos diários escritos por ela. Ao se deparar com tais materiais, o jornalista vê a potencialidade do material, assim levando-os e prometendo a Carolina publicar um livro. Audálio Dantas ficou conhecido como descobridor da escritora favelada, entretanto pode-se questionar tal *status*, visto que já no ano de 1942, quando Carolina foi a cidade do Rio de Janeiro os jornalistas já a titulavam como a poetisa preta.

Nesse sentido, já foi explanado que Carolina circulava pelas redações de jornais e rádios mostrando suas produções e tendo algumas publicadas nesses locais. A cidade de São Paulo já sabia de sua existência quanto escritora, porém só com a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é que ela vai ter uma mudança de fato. Todavia, é importante salientar que até a publicação dessa obra, ela ficou ainda residindo na favela junto com seus filhos e, sofrendo privações e violências, pois o incômodo entre os moradores era enorme. A vida na favela, a cada dia, ia ficando mais insuportável diante dos constantes ataques sofridos pelos demais moradores contra seus filhos e ela.

Com o lançamento do livro fica inviável sua continuidade na favela, sendo acolhida por Antônio Soeiro Cabral que disponibilizou um local aos fundos de sua casa em Osasco para a família morar. Sem outra alternativa, Carolina aceita a hospedagem e deixa a favela sobre fortes ataques como xingamentos e pedradas. A mídia paulistana estava toda presente, pois Carolina tinha se tornado um assunto que vendia e, por consequência, era sinônimo de lucro para os jornais, programas de Tv e rádio (Farias, 2017).

As notas nos jornais e entrevistas era que Carolina estava rica/milionária, o que foi um infortúnio em sua vida. As pessoas a procuravam para fazer as mais diversas propostas relacionadas a lhe retirar dinheiro, seja com empréstimos ou participação em negócios fraudulentos. Os problemas só aumentavam, pois não tinha mais paz com o número de pessoas atrás de benefícios, estes que ela nunca teve. Os jornais divulgavam que ela estava rica, milionária fazendo com que mais pessoas a procurassem desejando algum benefício. Carolina Maria de Jesus (2021, p. 41) relata que quando os jornais divulgam que uma pessoa enriqueceu “pronto. Adeus tranquilidade! É um pede, pede diário, cada um quer algo diferente”.

Os pedidos só aumentavam de acordo com as notas que saíam. As pessoas a abordavam como uma obrigação dela ajudar seja financeiramente ou arrumando emprego. A vida começou a ficar conturbada, pois no momento que obteve dinheiro não teve mais sossego, além das atribulações diante dos compromissos e viagens tinha de lidar com pessoas em sua porta lhe pedindo e fazendo ameaças diversas.

O nome de Carolina era lucrativo e todos queriam estar perto para usar sua imagem. A visão da sociedade sobre a escritora estava direcionada a perspectiva exótica, ou seja, algo incomum para os espaços literários, visto que se tratava de uma mulher negra, pobre e semianalfabeta, escrevendo sobre o contexto de uma favela e seus residentes. Histórias atípicas da sociedade burguesa paulistana. Os relatos contidos na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” instigavam a curiosidade, fazendo do livro um *best seller* de vendas no Brasil e no mundo.

Sobre o movimento capitalista que envolvia a obra, bem como a autora, se faz necessário pensar como o sistema capitalista se perpetua sobre os corpos negros marginalizados para o enriquecimento da elite. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 78) dialogam que:

O capitalismo produz tais crises periodicamente – e por motivos que não são acidentais. O sistema não apenas vive da exploração do trabalho assalariado; ele também vive à custa da natureza, dos bens públicos e do trabalho não remunerado que reproduz os seres humanos e as comunidades.

O sistema capitalista opera nos mais diversos espaços explorando corpos marginalizados e subalternizados pelo sistema colonialista que operou para negligenciar determinados sujeitos e suas culturas. Carolina se tornou um objeto dentro do aspecto lucrativo visualizado pelos que detinham o poder na época, como os donos de editoras, programas televisivos, políticos, repórteres, jornalistas e a sociedade burguesa em geral. A cada nova remessa de seu livro, surgiam publicações sensacionalistas reforçando o estereótipo de “a nova milionária”.

Silvio Almeida (2021, p. 172) reflete que “a superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista”, ou seja, o Brasil como ex-colônia europeia herdou os laços de opressão diante dos horrores cometidos pelo ideário de modernidade e conquista. Sendo um dos locais que mais recebeu pessoas sequestradas da África.

O corpo negro é visualmente identificado como meio de comercialização devido os ideários providos pelo Ocidente, assim Carolina como um corpo negro era também compreendido sobre o mesmo aspecto de lucro. Sendo a exploração midiática um meio difusor

dessa prática orquestrada por quem possuía a máquina reprodutora das formas de opressão da época – televisão, rádio, jornais – que utiliza matérias sensacionalista para vender um enriquecimento inverídico de Carolina, colocando-a em situações constrangedoras e perigosos, pois a partir desses anúncios era perseguida na rua, e em sua casa, por pessoas atrás de empréstimos e ajuda financeira. Segundo Achille Mbembe (2018):

A partir de 1960, impunha-se a questão de saber como pôr para trabalhar uma grande quantidade de mão de obra, a fim de viabilizar uma produção comercializada ao longo de enormes distâncias. A invenção do negro constituiu a resposta a essa questão. O negro foi de fato o elemento central que, ao permitir a criação, por meio da *plantation*, de uma das formas mais eficazes de acumulação de riqueza na época, acelerou a integração do capitalismo mercantil, da mecanização e do controle do trabalho subordinado [...] A invenção do negro também abriu caminho para inovações cruciais nas áreas do transporte, da produção, da comercialização e dos seguros (Mbembe, 2018, p. 45-46).

Nessa perspectiva, o negro é constituído a partir de um projeto que operava na produção de mão de obra barata e escrava para o enriquecimento do homem branco. No caso de Carolina Maria de Jesus, sua capacidade de produção intelectual era contestada pelos críticos literários, a todo momento colocavam à prova sua capacidade de produção ao mesmo tempo que lucravam com ela. A exploração de sua imagem era contínua entre os anos de 1960 a 1961 não tendo descanso para se dedicar ao que mais gostava de fazer – escrever e ler.

Em seus relatos, em “Casa de Alvenaria, volume I: Osasco”, descreve sua insatisfação em escrever mais um diário a pedido de Audálio Dantas. O seu desejo era se dedicar aos poemas e peças de teatro e radionovela e a composição de canções, mas tinha que obedecer às ordens de seu “descobridor”, se tornando um flagelo em sua vida. Relata o medo em escrever sobre a “sala de visita”, pois ali se encontravam pessoas poderosas.

A obra “Casa de Alvenaria, volume I: Osasco” não tem o mesmo sucesso que a obra anterior. Nesse livro, ela conta sua vida na sala de visita e das pessoas que pertencem a este espaço e isso não era atraente, pois agora não se tratava dos favelados/exóticos, mas sim da elite que não deseja estar exposta num livro que destrinchava a realidade da burguesia. O livro não retratava a vida exótica de pessoas faveladas, mas sim o dia a dia de uma ascendente a sala de visita que contava agora suas viagens e infortúnios da relação entre os ricos.

A “sala de visita” não havia com bons olhos o “quarto de despejo” não mais a queria, então o que seria dela? A vontade dela por ter sua própria casa de alvenaria era contínuo, a convivência com os moradores de Osasco já chegava ao seu limite, assim, pedindo ao Audálio que lhe providencia-se logo aquilo que era seu objeto de desejo. A casa de alvenaria se concretiza, mas não como sonhava.

Carolina começa a nutrir magoas profundas por Audálio Dantas e o corretor que lhe vende o imóvel. A casa foi adquirida pelo valor de 1.391.500 cruzeiros. O seu desgosto pela casa é apresentado inúmeras vezes na obra “Casa de Alvenaria, volume II: Santana” (2021). A vida com os retirantes era impossível, os xingamentos e a falta de privacidade angustiam a escritora. Ela não conseguia fazer o que mais gostava, ler e escrever, em virtude do barulho e da falta de higiene na casa, o seu colchão estava infestado de pulgas e o mal cheiro era o seu dilema diário.

A nova casa foi martírio pois teve que ficar alojada na sala, parecia que ela era a invasora. Não conseguia escrever e cuidar da sua casa. Foram dias de tormenta e revolta. Nesse período, as viagens ainda eram constantes, tanto pelo Brasil como para fora, lhe acarretando gastos que, acumulados, iriam impactar severamente em sua vida.

Ainda no ano de 1961, após o lançamento da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960) e “Casa de Alvenaria, volume I: Osasco” (1961), também lança um LP pela RCA Victor contendo 12 faixas, todas de autoria própria e gravadas com sua própria voz. O disco com as 12 faixas é de músicas carnavalescas (marchinhas) as composições acompanharam os arranjos do Maestro Francisco Moraes e a direção artística de Júlio Nagib, é possível ter acesso a esse produto na plataforma YouTube no canal de Janos6675⁹ (<https://www.youtube.com/watch?v=t3dzlAr4euo&t=161s>). No período de lançamento do LP, também não houve a repercussão desejada por Carolina, bem como o livro “Casa de Alvenaria, volume I: Osasco”.

A obra “Casa de Alvenaria, volume II: Santana” (2021) não retratava a vida exótica de pessoas residentes da favela, mas sim, dos tormentos em sua tão sonhada casa de alvenaria. O livro “Casa de alvenaria, volume II: Santana” (2021), publicado pela Companhia das Letras, apresenta as lamurias de quem sai do lixo para a sala de visita e lá era rejeitada mais uma vez. O livro retrata as críticas que a autora estava sofrendo e a colocando na condição de fome novamente. O dinheiro já não entrava como antes. As brigas com a editora e Audálio se intensificavam chegando ao ponto de Carolina deixar Santana e se refugiar em um sítio em Parelheiros-SP. A mídia não mais divulga seu nome. Carolina ia caindo no esquecimento e na solidão.

Os escritos contidos na obra “Casa de alvenaria, volume II: Santana” (2021), deixado pela escritora Carolina Maria de Jesus, retrata os infortúnios na aquisição da casa própria, bem como, as lamurias da vida em não poder fazer o que desejava. A sua insatisfação com as

⁹ Janos6675. Carolina Maria de Jesus – Quarto de Despejo (1961) álbum completo. *Youtube*, 30 set. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t3dzlAr4euo&t=161s>

constantes viagens, os vizinhos que não desejam a família no local, os pedidos de dinheiro e os constantes assédios estavam deixando a escritora triste e cansada. Com os rendimentos da primeira obra baixos e o fracasso do segundo, a renda de Carolina começou a cair e a fome a “bater sua porta” novamente, chegando a ir para ruas catar papel e pedir nas casas, porém, a rua também a expulsava (Farias, 2017).

Carolina já não mais pertencia às ruas e muito menos a sala de visitas, se sentia desconexa com o mundo e lamentando os acontecidos em sua vida, assim, tomando a decisão de residir no sítio, o local ainda sem estrutura (luz e água) foi o seu refúgio. No sítio, escrevia embaixo das árvores, plantava e criava animais. Uma vida sem *glamour* e holofotes e, assim, caindo no esquecimento.

Ainda tentou publicar a obra “Felizarda”, que recebeu o nome “Pedaços da fome” em 1963 – título que ela reprovou – com o pouco dinheiro que lhe sobrou. A obra “Pedaços da fome” foi idealizada por Eduardo de Oliveira (Farias 2017). O livro também não fez sucesso. A obra “Diário de Bitita” é publicada em 1986, é a sua autobiografia a partir de cadernos que ela entrega a jornalista Clélia Pisa. O livro é lançado primeiro na França em 1982, e só em 1986 é que chega ao Brasil.

A autora não chegou a ver a publicação da obra “Diário de Bitita”, pois faleceu no ano de 1977, em decorrência de problemas respiratórios. Carolina Maria de Jesus e suas obras acabaram no esquecimento e, quando aparece lhe resume a uma só obra o que se compreende como um processo de apagamento. Todavia, vale destacar o empenho da escritora Conceição Evaristo e de Vera Eunice (filha de Carolina) junto com a Companhia das Letras para (re)publicação de suas obras e dos acervos que Carolina deixou, para que assim, as pessoas consigam ter acesso ao legado primoroso deixado por esta mulher potente que tinha uma visão para além do seu tempo.

À luz da importância da autora, e de suas obras, é que se dispõe a refletir sobre a potencialidade de propostas de sequências didáticas que através de cenas narradas de suas obras possam promover a formação de educandas/os antirracista no ensino de Ciências da Natureza. Nesse sentido, a próxima seção buscou pensar as possibilidades teórico-metodológicas para um Ensino de Ciências Antirracista.

3 POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UM ENSINO DE CIÊNCIAS ANTIRRACISTA

Na atual era do capitalismo global, a resistência ao racismo só pode ser eficaz se estiver ancorada em comunidades globais de luta.
(Davis A., 2022, p. 66)

Com a voz de Ângela Davis, por entender que nenhuma mudança social é possível sem luta, pois é a partir da união de todas e todos que foram/são negligenciados por uma política de extermínio, que a revolução poderá acontecer. Assim, busco na discussão sobre um Ensino de Ciências Antirracista lutar sobre as formas de opressões impostas por um currículo eurocêntrico.

Nesse sentido, busca-se pensar práticas pedagógicas para o Ensino de Ciências de Natureza Antirracista a partir da visão de pesquisadoras/cientistas negras. Na perspectiva de evidenciar os seus saberes e fazeres articulados com a ciência e tecnologia desenvolvidas pelos povos que foram/são racializados diante do processo colonial. Por certo, o sistema colonial utilizou-se de ideias expansionistas que sucatearam e se apropriaram do Outro, não só de seus corpos, mas também de sua ciência, tecnologia e cultura (Pinheiro; Rosa, 2018).

Diante disso, esta seção irá discutir a importância de um Ensino de Ciências da Natureza Antirracista a fim de oportunizar as/os educandas/os uma educação igualitária que poderá ajudar na formação de uma sociedade que entenda a relevância de todas/os, bem como suas lutas para a construção de políticas educacionais justas. Ao decorrer desta seção, iremos trazer à baila reflexões norteadoras quanto ao potencial de construir pesquisas em ensino que incluam as perspectivas de autoras/es negras/os. Sendo assim, há a necessidade de iniciar os diálogos a partir do entendimento sobre a educação antirracista e suas funcionalidades para pensar um ensino que seja transformador e questionador do modelo eurocêntrico que marginaliza a identidade e ancestralidade dos povos compreendidos como sendo o outro.

3.1 AS OBRAS LITERÁRIAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS A PARTIR DE ABORDAGENS NO CAMPO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTAS

Pensar nas obras literárias publicadas pela escritora Carolina Maria de Jesus, para discutir abordagens no campo do Ensino de Ciências da Natureza, é permitir reflexões sobre uma concepção antirracista. Nessa perspectiva, se realizou uma análise da obra “Quarto de

despejo: diário de uma favelada” (2020) a fim de construir problematizações sobre as potencialidades de seus escritos no currículo e na formação de educandas/os antirracistas.

Ao analisar as obras publicadas de Carolina Maria de Jesus, é possível identificar inúmeros excertos que são mobilizadores no campo do Ensino de Ciências da Natureza. Segundo Silva, Bastos Filho e Paz (2024, p. 14), “a problematização desses temas, pode favorecer a emergência de projetos didáticos ou a elaboração de problemas que podem ser investigados em contexto de ensino formal, não-formal ou informal”.

Na obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, nos deparamos com uma Carolina que vivia no “quarto de despejo” como um objeto velho e sem utilidade, não só ela mais também todas pessoas que moravam na favela. A luta de Carolina estava em superar a fome e as adversidades constantes de quem residia em um local abandonado pelo poder público tendo que sofrer com a falta de saneamento básico, infestação de insetos, falta de água, esquistossomose, tuberculose e mortalidade infantil, por exemplo.

Nessa concepção, Silva, Bastos Filho e Paz (2024) apresentam estudos sobre como é possível utilizar-se dos trechos da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, para construção de práticas didáticas decoloniais no campo das ciências naturais, destacando que:

Para evidenciar esse potencial didático, apresentamos alguns temas de Ciências da Natureza, contidos e abordados na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus (Jesus, 2014), que podem contribuir para o desenvolvimento de projetos decoloniais de Ensino de Ciências da Natureza: poluição fluvial do Rio Tietê; a fome, a origem do fenótipo negro; raça enquanto conceito biológico; condições sanitárias; sexualidade na infância, na adolescência e na fase adulta; doenças mais concentradas nas populações pobres; isolamento acústico; pressão e objetos perfurocortantes; gravidez na infância e na adolescência; química dos cosméticos; princípios físicos do funcionamento do Rádio; efeitos do consumo abusivo de álcool no corpo; dependência química; fortificação de construções e alvenaria; envenenamento; salivação; a importância da higiene; o acesso à saúde no Brasil; coleta seletiva; medicina alternativa, automedicação; coloração e descoloração de roupas; consequências da (não)higienização dos alimentos; felicidade e as sinapses cerebrais; consumo de produtos enlatados, prazo de validade, latas amassadas ou estufadas; inversão térmica; reações físicas do corpo humano ao frio; Esquistossomose; Tuberculose; [...] (Silva; Bastos Filho; Paz, 2024, p. 14-15).

Os descritos colocam em evidência como os trechos retirados dos diários publicados de Carolina poderão ser utilizados nas aulas de ciências. Além disso, a identificação desse potencial na obra de Carolina de Jesus sinaliza para a possibilidade de inclusão no currículo de obras literárias produzidas por uma mulher negra e pobre que durante sua existência sofreu os percalços de uma sociedade racista, machista e capitalista. Sousa *et al.* (2022, p. 3) orientam que “tecer conceitos sobre Educação Antirracista não é uma tarefa fácil, mas podemos defini-

la como um modelo de educação em que se tem um compromisso real de estabelecer ações políticas de mobilização e conscientização de práticas antirracistas no contexto escolar”.

A obra literária “Casa de Alvenaria, volume 1: Osasco” (2021) é escrita em um momento de transição da saída da escritora e de sua família da favela para residir de favor nos fundos de uma casa em Osasco. O livro não obteve o sucesso do primeiro, pois neste ela retrata a vida e rotina daquelas/es que residem nas “salas de visitas” e não mais dos favelados e suas histórias de miséria. Carolina narra algumas situações que nos chama atenção quanto às situações impostas a determinadas pessoas, como essas:

5 de novembro – Estou cansada. Fiz arroz e carne de porco. A carne de porco está mais barata. A tarde fui comprar limões para levar ao Rio de Janeiro. A noite fiz um vestido para leva-lo ao Rio. Os meus filhos estão resfriados dei-lhes chá de canela com Melhoral [...] (Jesus, 2021, p. 111).

Nesse trecho, é possível identificar temas mobilizadores a serem trabalhados nas aulas de ciências. O primeiro está quando a autora narra a opção pela carne de porco e especifica sua preferência devido o valor da mesma ser mais barato. O que nos leva a questionar por que a carne suína é considerada um alimento de baixo custo de aquisição; bem como o seu valor nutricional. Questionar as/os educandas/os sobre a ancestralidade da espécie e a chegada do mesmo em nosso país são maneiras de proporcionar uma aprendizagem crítica. Simões (2004), em seus estudos, apresenta a concepção do corpo num aspecto sociocultural, informando que:

Supõe-se que o javali seja o antepassado remoto do porco, embora aquele apresente caracteres anatómicos diferentes. É opinião generalizada de que abandonando o porco a uma vida selvagem, este depressa se comportará como o javali. Muitos autores admitem, no entanto, ter sido num passado mais próximo que, do cruzamento do porco selvagem da Europa (*Sus scrofa ferus*) com exemplares oriundos da China (estes mais domesticáveis), resultaram dois tipos diferentes de suínos: o *Sus mediterraneus* e o *Sus vittatus*, dos quais, por sua vez, terão derivado as mais célebres raças da actualidade (Simões, 2004, p. 45).

Na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, a escritora narra uma situação de criação de porco de meia – quando se divide a compra e criação de uma animal com outra pessoa – aos fundos de seu barracão e o processo de sacrifício do animal, descrevendo que “[...]Fiquei pensando: quanto tempo que eu não como carne de porco. Fui ver se o senhor Manoel estava em casa para matar o porco. Não estava. Fiquei nervosa. [...] Chegou o irmão do senhor Manoel, dono do porco. Vinha buscar sua parte. Eu engordei o porco de meia [...]” (Jesus, 2020, p. 150).

Ainda retrata que “o José Carlos perguntava se o nosso corpo é igual o corpo do porco. Afirmar que o interior do porco é igual ao do homem” (Jesus, 2020, p. 151), tais indagações

sobre anatomia do corpo humano e suíno é possível de ser construída a partir de problematizações que direcionem pensar sobre este animal num campo amplo de discussão. Com os avanços da medicina foi possível realizar transplante de coração suíno em ser humano. Segundo o Instituto do Coração – InCor (2022),¹⁰ um coração suíno foi implantado em um homem de 57 anos diagnosticado com uma doença cardíaca em fase terminal.

Outra questão a ser desenvolvida poderá estar relacionada ao valor nutricional da carne de porco para o ser humano. Resende e Campos (2015, p. 4458) indicam que “a carne suína, além de ser muito saborosa, é rica em nutrientes e oferece benefícios para a saúde humana”. Trazer essas referências para o ensino de ciências permite que educadoras/os e educandas/os possam construir questionamentos para além do que é proposto no currículo. Tanto no aspecto de quem são os sujeitos que consomem tal alimento, seus benefícios e/ou malefícios e as possíveis semelhanças com o corpo humano.

O segundo momento contextualiza a questão de plantas e ervas medicinais para tratamento e cura de determinadas enfermidades. Já que Carolina se utiliza de chá de canela para ajudar no processo de tratamento do resfriado do filho. Para Pinheiro (2019, p. 193), “os discursos colonizadores frequentemente destacam as diferenças e as utilizam para certificar a inferioridade do colonizado”, como, por exemplo, a questão dos saberes medicinais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas sobre o potencial das plantas e ervas para cura física e espiritual que por muito tempo foi questionada pela ciência eurocêntrica. Ainda Pinheiro (2019) expõe que:

Uma tendência recorrente é basear-se em oposições binárias de identidade e cultura, como científico/popular, por exemplo, determinando, assim, os termos como ao segundo existir. O pós-colonialismo busca expor e desestabilizar tais binários na busca de novas representações decorrentes da globalização. Nos processos de descolonização, uma tendência é a exposição histórica do outro, de modo a reinscrevê-lo de maneira adequada/correta e a sua posição de subjugação desde o período colonial. O outro é então recuperado reclamando seu direito de existir e manifestar suas próprias representações e processos de significação. Todavia, as abordagens históricas também podem expressar visões unitárias e estáticas de cultura por manter um vínculo com o passado (Pinheiro, 2019, p. 193).

O colonizador se utilizou de estratégias binárias para difundir ideologias como o que seria ciência de fato e saberes do senso comum, tais ideias descredibilizam e colocam o conhecimento do outro num lugar de subalternidade lhes negando a sua relevância no tratamento e construção de conhecimento. A partir de pesquisadoras/es negras/os, indígenas e

¹⁰ O Instituto do Coração – InCor é um hospital público especializado em cardiologia, pneumologia e cirurgias cardíaca e torácica. Cf. (https://www.incor.usp.br/sites/incor2013/docs/2022_Janeiro_Xenotransplante.pdf)

pessoas brancas alinhadas ao pensamento decolonial se vem apresentando uma ciência concebida por muito tempo como inadequada a partir de um resgate coletivo da ancestralidade e todos os saberes difundidos por estas sociedades.

Segundo Ferreira *et al.* (2021, p. 2), “a utilização de plantas como medicamentos é uma prática milenar e, possivelmente, tão antiga quanto à própria humanidade, confundindo-se com a história da vida”. Ainda para a utilização de plantas e ervas no Brasil é disseminada pela fusão dos conhecimentos dos povos indígenas e dos povos africanos sequestrados e trazidos para o país. Ambos os povos usam de seus conhecimentos ancestrais para o tratamento de doenças físicas e espirituais, principalmente os povos africanos e afro-brasileiros nas religiões da Umbanda e Candomblé.

A inserção desses conhecimentos nas aulas de ciência pode favorecer uma aprendizagem que descentralize os conteúdos eurocêntricos, assim, sendo possível crenças racistas serem (des)construídas. Corroboro com o pensamento de Pinheiro (2023, p. 89), quando compreende “como práticas antirracistas aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição”.

Na obra literária “Casa de Alvenaria, volume 2: Santana” (2021), a autora descreve algumas situações que vivenciou na sua casa de alvenaria, ela saiu de um lugar de extrema pobreza e abandono – que era a favela – e passa a viver em sua casa própria, porém as dificuldades acompanharam sua família, como podemos perceber no excerto a seguir:

24 de dezembro – Que inferno! Minhas pernas ficaram pretas de pulgas. Resolvi desinfetar o quarto com lisofarm¹¹ bruto. O Gil disse-me que aquela água parada ia dar febre nos filhos. Que os meus filhos não iam extranhar aquela água, porque fôram de favela...Não apreciei a ironia! (Jesus, 2021, p. 32)

É perceptível identificar a partir do trecho anterior conceitos que a serem mobilizados no campo de ciências como a infestação de isentos e a proliferação de mosquitos transmissores de doenças devido água parada. O nosso país sofre as mazelas do *Aedes aegypti* transmissor da dengue – e suas formas mais graves – e da febre amarela urbana por meio da reprodução de seus ovos em água parada.

Dessa forma, é possível nós educadoras/es problematizarmos com nossas/os educandas/os quais locais e regiões do país têm o maior índice de casos da doença. Além disso, identificar junto aos educandos os sintomas e a forma de tratamento adequado nas aulas de ciências, enfatizando, sobre os riscos relacionados à automedicação e à importância de procurar

¹¹ Lysoform é um desinfetante a base de aerossol utilizado para eliminar germes, bactérias e fungos.

uma Unidade de Saúde Básica (UBS) mais próxima da sua residência para evitar uma evolução da doença.

Tal cenário sugere pensar nas famílias que residem em locais onde há ausência de saneamento básico. Pensar, por exemplo, sobre por que o poder público negligenciou o saneamento básico a essas famílias? Pensar quais são as ameaças à saúde dessas pessoas por viverem em ambientes nos quais o saneamento básico lhes é negado? Trazer tais provocações é reivindicar os direitos daquelas/es que sofrem como o processo de marginalização de seus corpos, à luz de um Estado comprometido com políticas de morte contra a população pobre e preta de nosso país (Mbembe, 2018).

Na ideia de (des)valorização da vida daquelas/es que a partir de um processo violento de sequestro foram retirados de suas famílias e país de maneira brutal para outros continentes e que até os dias atuais sofrem com a violência, a negligência e falta de políticas públicas. Nesta perspectiva, é possível dialogar com Achille Mbembe (2017) em “Políticas da Inimizade”, quando afirma que:

A produção dos “seres de raça prossegue, certamente, mas sob novas modalidades. O negro, hoje em dia, não é apenas a pessoa de origem africana, marcada pelo sol da sua cor (o negro de superfície). O “negro de fundo” dos dias de hoje é uma categoria subalterna da humanidade, um gênero de humanidade subalterna, a parte supérflua e excedente, que nada serve ao capital, e que parece ser destinada ao confinamento e à expulsão (Mbembe, 2017, p. 236).

Tais atitudes estimulam indagar sobre como sistemas neocoloniais e capitalista operam a partir das potências empresariais e industriais para acumulação de riquezas e ampliação das desigualdades sociais. O trecho que será exposto a seguir evidencia mais uma vez como o processo escravagista e capitalista disseminou ideologias e comportamentos para animalizar e bestializar determinados povos.

[...] Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogaram umas latas. É linguiça enlatada. Penso: é assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados. Não houve briga. Eu até estou achando isto aqui monótono. Vejo as crianças abrir as latas de linguiça e exclamar satisfeitas:
- Hum! Tá gostosa!
A Dona Alice deu-me uma para experimentar. Mas a lata está estufada. Já está podre. (Jesus, 2020, p. 38).

A situação narrada pela escritora na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” faz referência a situação da fome mais também do descaso daquelas/es que detém o poder ao descartar de maneira ilegal alimentos impróprios para o consumo. É possível discutir a partir

do trecho as seguintes questões: os perigos de consumir enlatados amassados, estufados e apodrecidos.

As pessoas que estão à margem da sociedade são negligenciadas pelo Estado colonizador que não prioriza a vida, mas sim a morte daquelas/es considerados como objetos em desuso (Jesus, 2020), o que podemos perceber com os corpos de mulheres e homens negros/os que foram/são violentados e estuprados por uma lógica mercadológica de poder.

Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizados pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram do além-mar (Jesus, 2007, p. 40).

A situação narrada pela escritora na obra “Diário de Bitita” percorre as questões da hipersexualização do corpo negro; violência e/ou abuso sexual são abordagens temáticas a serem problematizadas a partir deste trecho. Abdias do Nascimento (1978, p. 61) descreve que “o costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas”. É preciso refletir como o processo escravagista e, posteriormente, o capitalismo em nosso país utilizou-se dos corpos de meninas e mulheres para promoção de violências.

As meninas/mulheres eram estupradas como mecanismo de dominação e imposição de poder tendo suas vidas dilaceradas pela brutalidade constante. O colonizador (abusador) utilizava-se de seus corpos como objeto de prazer e lucro, pois os bebês gestados a partir dos estupros se tornava mão de obra barata. Devulsky (2021, p. 147) reforça que “a mulher negra já nasce sob o signo de desposseção – da animalização de seus traços e seus trejeitos, da ausência da “*ratio*” imanente ao pensamento, constituidora do discurso”.

A mulher negra sempre esteve condicionada a estereótipos de hipersexualização dos seus corpos como aquelas a serem usadas para o sexo, mas não para o casamento. Trazer questões como essa para os processos de aprendizagem pode possibilitar pensar sobre a condição da mulher negra em nossa sociedade. E nesse sentido também sinalizar para possibilidade de romper com esses estigmas impostos por uma sociedade excludente.

Os trechos anteriores trazem narrativas complexas de uma realidade vivida por inúmeras pessoas diante de uma sociedade capitalista que se nutre de uma política de extermínio do povo negro e periférico como também daquelas/es que sofrem com o processo de marginalização e invisibilidade de seus corpos. Já dizia Ângela Davis (2022, p. 66), “na atual era do capitalismo global, a resistência ao racismo só pode ser eficaz se estiver ancorada em comunidades globais de luta”. Nesse sentido, a unificação entre todos os segmentos que sofrem com o processo de

marginalização pode ser um caminho para lutar contra as injustiças sociais que atingem as populações em condições de vulnerabilidade.

Dessa forma, a partir do que foi exposto percebemos as potencialidades presentes nos excertos da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 2020) para pensar temas mobilizadores para o Ensino de Ciências da Natureza. Tal percepção nos orienta a olhar para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) perante trechos retirados do livro da escritora Carolina Maria de Jesus, para uma educação antirracista, cuja a sua centralidade de debate está relacionada aos estudos do Ensino de Ciências da Natureza.

3.2 DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORAS/ES ANTIRRACISTAS

A descolonização do currículo de Ciências da Natureza se faz necessário para a construção de um ensino que considere as produções científico-tecnológicas produzidas pelos povos africanos e afro-brasileiros para uma educação antirracista. Para isso, é pertinente que nós educadoras/es num ato coletivo possamos transformar nossa prática didática ao incorporar em nossas leituras e planejamentos autoras/es negras/os.

O ensino foi/é pautado sob os preceitos do eurocentrismo e romper com estes estigmas é o nosso objetivo enquanto educadoras/es que compreendem a importância de uma educação que inclua todas/os/es dentro da história como protagonistas. Segundo Pinheiro (2023, p. 59), “acreditamos que crianças que estão sendo formadas precisam se nutrir do que elas efetivamente são e não do que não são, mas que disseram acerca delas como mecanismo de controle social”.

Nessa perspectiva, introduzir nas aulas o protagonismo de pessoas negras é urgente, para que as crianças possam se reconhecer e identificar com histórias e personalidades potentes, visto que o processo de colonização tenta reduzir estas pessoas ao local de subalternidade. Segundo Kabengele Munanga (2020, p. 18), “a busca da identidade negra não é, no meu entender, uma divisão de luta dos oprimidos”. É o que Ângela Davis (2016) já reforçava sobre a unificação de vários grupos para superar e construir uma nova sociedade, em que todas/os/es possam ter oportunidades iguais.

Diante de uma sociedade alicerçada pelos preceitos eurocêntricos e o fenotípico branco de beleza, colocou/coloca as pessoas negras num local indesejável e de negação de sua cor a partir das opressões sofridas numa sociedade escravagista e, posteriormente capitalista que criminaliza, sexualiza e marginaliza estes sujeitos. Alessandra Devulsky (2021), em sua obra

“Colorismo”, publicada na coleção Feminismos Plurais, nos chama atenção para a seguinte problemática:

No Brasil, durante muito tempo a estratégia de sobrevivência apreendida nas ruas, nas escolas e nos becos era a de “existir com discrição”. Seja para chamar atenção da polícia, ou simplesmente para nos visibilizar como grupo, atraindo as associações racistas, as piadas e, obviamente, a exclusão. **Geralmente, crianças mais claras buscavam se desassociar das mais escuras nos pátios das escolas para evitar a associação de grupo, que poder ter resultados trágicos de bullying para elas. Crianças negras aprendem rapidamente a se dispersar, a não atrair os holofotes para si de modo isolado** (Devulsky, 2021, p. 77) (grifos nosso).

O diálogo anterior instiga a pensar como o racismo estrutural opera nesses corpos a desvinculação com sua ancestralidade e identidade não acontece de maneira aleatória, mas sim por meio de mecanismos que condicionam as pessoas negras a um lugar de subalternidade. O embranquecimento se dá em virtude das violências que crianças, adolescentes, mulheres, homens e pessoas trans negras/os/es sofrem diariamente, por meio de um Estado que desqualifica sua condição humana.

Para Benite e Camargo (2020, p. 19), “o racismo antinegro é o fenômeno sócio-histórico e estruturante expressado por ideologias e/ou práticas que interditam, total ou parcialmente, o acesso das populações negras aos direitos socialmente estabelecidos”. Nessa perspectiva, se compreende que o racismo contra a população negra se dá em todos os meios que constituem a sociedade, sendo ele uma construção estrutural (Almeida, 2021) que nega a esses sujeitos a ocuparem determinados espaços na sociedade, bem como tenta desqualificar suas produções.

Benite e Camargo (2020, p. 20) acrescentam que “o racismo se entretetece por diversas formas nas diferentes instituições, alocando negros e negras e suas produções culturais em posições subalternizadas [...]”. O racismo como uma construção perversa do capitalismo tem como um de seus objetivos o epistemicídio e a pilhagem das produções científicas e tecnológicas produzidas pelos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Carolina Maria de Jesus também teve suas produções colocadas sob o aspecto da subalternização, como também questionamentos sobre sua capacidade intelectual para escrita por não se utilizar da norma culta da língua portuguesa.

Carolina Maria de Jesus, na obra literária “Casa de alvenaria, volume 1: Osasco” (2021), relata que “alguns críticos dizem que sou pernóstica quando escrevo – os filhos abluíram-se – sera que o preconceito existe até na literatura? O negro não tem o direito de pronunciar o clássico?” (Jesus, 2021, p. 69). No intuito de romper com ideologias racistas que visam desqualificar determinados grupos sociais, bem como as produções desenvolvidas por estes

sujeitos é que se busca dialogar sobre um ensino de ciências que transcenda perspectivas colonialistas, ou seja, tendo como alicerce um currículo decolonial e antirracista.

Para Simas e Rufino (2018, p. 27), “os conceitos emergentes de uma epistemologia subalterna visam ao deslocamento da primazia do modelo de racionalidade fundado e gerido por uma política racista/colonial”. O conceito de Modernidade difundido pelo Ocidente executou uma política de morte não só do corpo mais de todas as construções e saberes daquelas/es que foram reduzidos as demarcações de animalização, bestialização e selvageria. Na premissa de (des)vincular ideologias racistas sobre determinados povos é que se evidencia a urgência de discutir ruptura de um currículo elitista que se utiliza dos padrões eurocêntricos para perpetuar uma desordem social, cultural, política e histórica.

O discurso hegemônico se utilizou de argumentos e práticas para desqualificar saberes científicos e tecnológicos produzidos pelos povos compreendidos pelo sistema colonialista como sendo o Outro (Dussel, 1993). Na busca pela superação epistemológica eurocêntrica é que se entende a necessidade de tecer um ensino antirracista, em que educadoras/es e educandas/os possam refletir sobre como o racismo opera dentro do nosso currículo. Trevisano e Rodrigues (2021, p. 62) acreditam “em um ensino de ciências capaz de respeitar valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do aluno, construído de modo a contribuir com a escola na desconstrução e enfraquecimentos de consensos”.

Para Rosa, Silva e Torres (2021, p. 98), “as narrativas eurocêntricas sobre o período colonial têm negado o legado intelectual da população negra e indígena na formação do Brasil”. A população negra e indígena tem suas histórias reduzidas a estigmas de incompetência e subserviência nos espaços educacionais a partir de um currículo e formação alinhados as ideias eurocêntricas que negam a participação destes povos na construção do nosso país. Rosa, Silva e Torres (2021) ainda acrescentam que:

Apesar da forte influência na construção cultural da população brasileira, a cultura negra africana por muito tempo foi desvalorizada e omitida dos nossos currículos escolares. Falar de pessoas negras, para nossos livros didáticos, significava falar de escravidão; logo, a pessoa negra traficada para Brasil colonial era/é adjetivada como escrava. Ora, se dentro da escola esse adjetivo enraizou-se a partir dos discursos disseminados por meio de livros didáticos, associar a pessoa negra com uma condição inferior e subjugada na sociedade também se tornou corriqueiro. Desse modo, vê-se a necessidade de adotar uma nova perspectiva de ensino a fim de valorizar as contribuições dos povos africanos à nossa sociedade e mudar esse estigma histórico (Rosa; Silva; Torres, 2021, p. 99).

É nesse sentido que se faz pertinente questionar o modelo hegemônico ao qual o currículo de Ciências da Natureza foi/é submetido que nega as/os educandas/os marginalizados a sua verdadeira história. Ou seja, uma história que não os reduza a estigmas de inferioridade e

subserviência que por meio dos livros didáticos e práticas pedagógicas reforçam ideologias que condicionam as pessoas negras a condição de escravos e improdutivos no campo da intelectualidade.

Na tentativa de mitigar tais ideologias é que surge a Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos espaços escolares, sendo um marco quando se pensa políticas educacionais que visam (des)construir ideologias racistas. A Lei nº 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – passou a vigorar sobre os artigos 26-A, 79-A e 79-B na inclusão da “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da Educação Básica nas escolas públicas e privadas de todo o país.

A lei surge como uma reparação histórica de séculos de falta e/ou inexistência de políticas públicas educacionais após o período escravagista. A inserção da História e Cultura Africana no currículo educacional é sem dúvida um marco importante para os coletivos de luta e, sabendo disso, que nos dispomos a refletir sobre a construção de currículo contra hegemônico e uma formação de educadoras/es e educandas/os antirracistas. É sabido que os livros didáticos e as práticas didáticas reforçavam/reforçam os estereótipos de superioridade da população branca sobre os não-brancos.

Para Santos (2018, p. 25), “a escola, de maneira geral, a pública, excluía esses sujeitos, criando e recriando hierarquias, diferenciando alunos pobres daqueles que não eram”, mas não apenas isso, ao contar a história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas sob ótica do colonizador reforçamos estereótipos que colocam as/os educandas/os providos dessas sociedades em condição de negação da sua identidade.

A história do povo africano e afro-brasileiro quando retratados nas aulas é colocado no local de subserviência e passividade sobre todo o processo de escravidão que sofreu, porém, é primordial relatar que lutas seculares foram travadas entre os povos africanos e os colonizadores e, destas inúmeras foram vencidas pela população africana (Cunha Júnior, 2023). Nos livros didáticos e nas aulas ministradas por nós educadoras/es, o ensino do processo de colonização se restringe as/os mulheres e homens negras/os como sujeitos vindos de outro continente em navios negreiros – também conhecidos como tumbeiros¹² – acorrentados em situação desumana para trabalhar nas fazendas, nos engenhos e na construção civil, por exemplo, sendo expostos

¹² Navios negreiros e/ou tumbeiros era a nomenclatura utilizada para se referir ao transporte devido as condições desumanas que as pessoas negras sequestradas de seus países no continente africano eram expostas. As pessoas negras vinham nos porões dos navios acorrentados, sem iluminação, amontoados, tendo que realizar suas necessidades fisiológicas no meio de todos e sem alimentação adequada diante dessas condições muitos acabavam morrendo e tendo seus corpos jogados no mar.

em praça pública e/ou feiras livres para serem vendidos como animais, tendo seus dentes vistoriados igualmente um cavalo.

A humanidade das/os negras/os sequestradas/os e escravizadas/os pelo homem branco foi retirado se transformando elas/es em um produto/mercadoria lucrativa. Sendo estas/es um produto a ser comercializado houve o epistemicídio que se dá a partir da “destruição das formas autônomas de produção de conhecimento de um povo” (Pinheiro, 2021, p. 54) e a pilhagem epistêmica que usurpou das sociedades colonizadas os seus conhecimentos se apropriando deles como fossem seus (Pinheiro, 2021).

Pensar num ensino antirracista a partir da lógica da descolonização do currículo é inserir a história do outro que sempre foi negada e rejeitada pela idealização de um currículo para a elite. Para isso são necessários estudos voltados para o continente africano na construção de uma linha do tempo que possibilite analisar que os avanços e (des)cobertas que são datas anterior as descobertas da Grécia e de seus filósofos. Pinheiro (2021) descreve sobre o mito da modernidade e como o Ocidente se apropriou do conhecimento, história, tecnologias e artefatos produzidos por aquelas/es ditos não civilizados, afirmando que:

No campo da epistemologia das ciências assimilamos um mito de primazia intelectual grega (O Milagre Grego) em todas as áreas do conhecimento. Aprendemos nos espaços de formação pedagógica e acadêmica que a filosofia surge na Grécia com o Thales de Mileto (624-546 a. C.), que a matemática surge na Grécia com o já citado Thales, bem como Pitágoras (570-495 a. C.) e Euclides (300 a. C.), que a literatura e as artes surgem na Grécia com as tragédias gregas vinculadas às obras de Hesídeo (750-650 a. C.) e Homero (850 a. C.), que a história surge na Grécia com Heródoto (485-425 a. C.), que a medicina surge na Grécia com Hipócrates (460-370 a. C.), que a geografia surge na Grécia com Eratóstenes de Cirene (276-194 a. C.), que a biologia surge na Grécia com a classificação de seres vivos proposta por Aristóteles (384-322 a. C.), que o direito surge na Grécia com a República de Platão (428-348 a. C.), que a química surge na Grécia com a tensão entre os continuistas Heráclito (540-270 a. C.), Anaximandro (610-546 a. C.), Anaxímenes (588-524 a. C.), Empédocles (490-430 a. C.), dentre outros, em contraposição a perspectiva dos descontinuistas defensores da hipótese atômica Leucipo (-370 a. C.), Demócrito (460-370 a. C.) e Epicuro (341-270 a. C.). **O importante dessa exaustiva exposição é problematizarmos porque em um planeta tão grande e diverso, com várias civilizações anteriores a Grécia tudo ficou tão estático, apático e sem vida esperando a Grécia surgir e trazer “luz” ao mundo?** (Pinheiro, 2021, p. 53) (grifos nossos).

A partir do pensamento, é preciso que nós educadoras/es possamos questionar a centralidade expostas pelo continente Europeu como sendo o precursor do conhecimento e da civilidade humana. Na intenção de desmistificar o mito da modernidade é que pesquisas alinhadas à descolonização do currículo e a formação de educadoras/es antirracistas se torna primordial para construção de uma sociedade igualitária. É preciso que nossas/os educandas/os sejam inseridas/os em ensino e aprendizagem que permita conhecer a história como um todo, em que as produções científicas e tecnológicas providas dessas pessoas e de suas sociedades

possam fazer parte do currículo, assim (des)vinculando ideias que norteiam o campo do eurocentrismo. Pinheiro (2021) relata sobre pesquisas que apresentam uma ciência e tecnologia anterior a Grécia, reforçando que:

Theofile Obenga (1990) apresenta a filosofia e a geometria do Egito muito anterior aos gregos, Martin Bernal (1993) no livro ‘A Atena negra: as raízes afro-asiáticas da civilização clássica’ apresenta a criação da Grécia como uma invenção ideológica da renascença europeia e que a denominada civilização grega é resultado do intercâmbio cultural de muitos povos, principalmente os africanos (Pinheiro, 2021, p. 53).

Na compreensão de que o “mundo” não se inicia pelos preceitos greco-romanos e que outros povos já existiam e produziam ciência e tecnologia é que se reivindica um ensino que transcenda ótica eurocêntrica. A abordagem de temas para uma educação antirracista é importante para formação de educandas/os e educadoras/es compromissadas/os com a democratização dos saberes que seja disseminado entre todas/os/es que ocupam o ambiente escolar. Faustino *et al.* (2020) trazem o seguinte contexto:

Entendemos que a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais não se deve limitar à população negra, ao contrário, é uma pauta a ser discutida com todas as pessoas, uma vez que o seu ensino se baseia na construção de uma pluridiversidade, compreendendo a importância dos diferentes povos e possibilitando o conhecimento para uma nação democraticamente plural (Faustino *et al.*, 2020, p. 218).

Segundo Bispo e Massena (2023), é de suma importância a formação de educadoras/es que ressignifiquem sua prática docente a partir da construção de uma sociedade democrática que insira as questões raciais em seus documentos oficiais, assim, modificando o currículo estabelecido sobre os preceitos eurocêntricos e hegemônicos. Bispo e Massena (2023) ainda dialogam sobre a mudança que está ocorrendo em nossa sociedade e, principalmente entre as/os educadoras/es para a inserção de questões raciais, assim descrevem que:

É de interesse mútuo tanto da comunidade docente, quanto dos indivíduos que almejam uma sociedade aberta às diferenças, que a implementação de um tema que promova a decolonização curricular, para uma educação antirracista, não hegemônica e democrática em seus diversos níveis e atributos sociais, seja amplamente divulgada e apreciada de forma que o papel social da educação, se torne fundamental para a formação científica e cidadã (Bispo; Massena, 2023, p. 3).

Currículo esse que sempre reforçou estereótipos de superioridades para os brancos e de inferioridade para as pessoas não-brancas. Quando trazemos à baila nossas memórias de infância e adolescência na escola é possível mapear o papel de cada pessoa a partir das histórias que nos eram contadas por nossas/os educadoras/es, bem como pelos livros didáticos. Nos livros era possível identificar personagens brancos em situações de prestígio e os não-brancos

quando apareciam nos livros eram em lugares de subalternização. Nesse sentido, Paz e Silva (2022) complementam que:

Los niños, adolescentes, jóvenes y adultos blancos, especialmente los hombres blancos, al abrir un libro de Ciencias Naturales, encontrarán fácilmente personajes con los que se pueden identificar. En cambio, no se puede decir lo mismo cuando se trata de personas cuyos rasgos fenotípicos se acercan a los de las personas racializadas, como es el caso de las personas cuyos cuerpos no ocultan que son descendientes de los pueblos originarios de América, africanos o afrodiaspóricos¹³ (Paz; Silva, 2022, p. 335).

A/o autora/or apresentam uma reflexão sobre a identificação de determinadas pessoas a partir do livro didático, em que, os personagens que aparecem nos livros de Ciências Naturais fazem referência ao modelo eurocêntrico de sujeito desejável. Assim, impondo a idealização do padrão de perfeição e intelectualidade, que não era os traços fenotípicos daquelas/es que são marginalizados e subalternizados pelo processo colonial.

Nesse sentido, nos debruçamos a pensar um Ensino de Ciências da Natureza Antirracista, em que, haja diálogos sobre a construção de práticas educacionais que proporcionem uma educação igualitária e não hegemônica. Pinheiro (2023) traz à tona a necessidade intelectualizar pessoas negras e apresentar referências de intelectuais negras/os para a construção de uma educação antirracista, em que as/os educandas/os negras/os possam se identificar de maneira positiva com sua ancestralidade e, não apenas com uma história de servidão.

O Ensino de Ciências como as demais disciplinas incorporadas ao currículo tem sua construção a partir da ótica do colonizador, ou seja, sua estrutura atende aos anseios da elite. Pinheiro (2021, p. 55) discorre sobre a importância de “pensarmos como sujeitos em movimento rumo a uma emancipação que nos projete em um lugar de conforto existencial no qual as diferentes formas de pensar e existir sejam respeitadas”.

É a partir do entendimento de diversas formas de pensar e existir que se evidencia a urgência de questionar o currículo tal como é posto, para a sua descolonização e respeito as diversas histórias e culturas. Silva (2022, p. 102) coloca que “um currículo crítico inspirado nas

¹³ Crianças, adolescentes, jovens e adultos brancos, especialmente homens brancos, ao abrirem um livro de Ciências Naturais, encontrarão facilmente personagens com os quais se identificarão. Por outro lado, o mesmo não se pode dizer quando se trata de pessoas cujos traços fenotípicos são próximos aos de pessoas racializadas, como é o caso de pessoas cujos corpos não escondem que são descendentes de povos originários da América, africanos ou Afro-diaspórico (Paz; Silva, 2022, p. 335). Tradução nossa.

teorias sociais que questionam a construção social da raça e da etnia também evitaria tratar a questão do racismo de forma simplista”.

Ou seja, o debate sobre questões de raça, gênero e classe no currículo não pode ser abordado de maneira displicente, pois sua abordagem crítica permite que a metodologia busque questionar e problematizar situações como o racismo a fim de promover um ensino igualitário. Silva (2022) reforça que:

O racismo não pode ser concebido simplesmente como uma questão de preconceito individual. O racismo é parte de uma matriz mais ampla de estruturas institucionais e discursivas que não podem simplesmente ser reduzidas a atitudes individuais. Tratar o racismo como questão individual leva a uma pedagogia e a um currículo centrados numa simples “terapêutica” de atitudes individuais consideradas erradas (Silva, 2022, p. 102-103).

Quando se coloca a questão do racismo no campo individual o Estado tira de si toda a responsabilidade sobre as consequências advindas de séculos de sucateamento e violências sofridas pela população afro-brasileira. E sendo assim, não é possível o racismo ser uma questão individual, pois a estrutura que fundamenta a sociedade é racista, ou seja, determinados grupos foram/são racializados e marginalizados tendo seus direitos e sua humanidade retirados. Nessa perspectiva, Silvio de Almeida (2021) nos chama a refletir que:

Ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (Almeida, 2021, p. 47).

Na transcendência da concepção do racismo como uma ação individual para uma questão estrutural é que se propõe, nesta pesquisa pensar o currículo de Ciências da Natureza numa proposta antirracista. Permitir a descolonização do currículo de ciências é viabilizar propostas de ensino que incluam temáticas que são inviabilizadas e/ou não atendam aos sujeitos que estão à margem da sociedade, para que, todas/os possam ser incluídos de maneira igualitária.

Nesse sentido, Faustino *et al.* (2020, p. 217) discorrem sobre como o currículo oficial opera, afirmando que “o currículo oficial em consonância com a cultura europeia, masculina, heterossexual, branca, de classe média e cisgênera, excluindo todo e qualquer elemento das outras culturas que não apresentam essas características para narrar a construção da sociedade brasileira”. Na dimensão dos estudos que percorrem a compreensão do currículo, numa

perspectiva pós-colonialista, Silva (2022) apresenta argumentos sobre como o Ocidente se constituiu e promoveu a ideologia do outro:

Mais do que um interessante simplesmente científico ou epistemológico, o que move essa narrativa é a curiosidade e fascinação pelo Outro, visto como estranho e exótico, e o impulso para fixá-lo e dominá-lo como objeto de saber e de poder. O Outro é, pois, menos um dado objetivo e mais uma criatura imaginária do poder (Silva, 2022, p. 127).

Nessa visão, “o conhecimento do Outro e da terra era, pois, central aos objetivos de conquista dos poderes coloniais” (Silva, 2022, p. 128) e, tendo consciência da potencialidade do outro que o europeu a partir de constante violência se utilizou de estratégias para dominar corpos e saberes. A cosmovisão projetada pelo Ocidente foi de internalizar pelo mundo as ideias de subalternização e marginalização de determinados povos sobre outros e isso não se deu apenas no campo das ideias, mas também, nas práticas incorporadas na política, na cultura, na história, na ciência, na tecnologia e no currículo. Arroyo (2013) discorre sobre as premissas de um currículo quando, afirmam que:

Estamos em um jogo político, econômico em que o conhecimento, a ciência e a tecnologia hegemônicos foram apropriados e colocados a serviço da acumulação e da manutenção das relações de dominação/subordinação. A essa relação política é submetida a produção, acumulação e apropriação, transmissão e aprendizado desse conhecimento (Arroyo, 2013, p. 49).

Diante de um sistema capitalista que incorporou em suas bases políticas e educacionais um ensino baseado na transmissão e recepção de conteúdos à luz de uma educação “bancária” (Freire, 2019). Para (des)construir esse modelo educacional hegemônico se faz necessário discutir a construção de um currículo que permita todas/os/es se reconhecerem como pertencentes a sociedade mediante uma formação que inclua os saberes e fazeres daquelas/es que outrora por um sistema excludente os colocou em um parâmetro de subalternidade e falta de intelectualidade.

Arroyo (2013) nos chama atenção também para o fato do ambiente escolar, dos livros e das práticas de aprendizagem perpetuarem a invisibilidade daquelas/es que fazem parte deste contexto o que o autor denomina como “genéricos” ao ser referenciado como apenas professor e aluno, assim excluindo todas/os/es os demais agentes que incorporam a produção de conhecimento e aprendizagens.

Essa ausência dos sujeitos, seja como ponto de partida ou de chegada dos conhecimentos curriculares, condiciona radicalmente o formato deste ou daquele desenho curricular, do material didático, do preparo e formato da aula e até das

didáticas e metodologias. Empobrece os currículos de formação, nas licenciaturas e na pedagogia (Arroyo, 2013, p. 55).

Quando se nega a existência e ancestralidade de determinados corpos nos espaços educacionais se está reforçando estigmas de inferioridade e, assim negligenciando uma formação crítica que entenda a importância de pesquisar e problematizar questões como a ausência/inexistência de autoras/os negras/os compondo a base curricular. O currículo e a formação docente antirracista são pressupostos para a superação de um modelo educacional elitista que fragmenta e exclui saberes oriundos da população negra. O ensino de ciências decolonial deve buscar a valorização da identidade e ancestralidade das/os educandas/os para estas/es possam se reconhecer com protagonistas no campo da ciência e tecnologia. Silva (2013) descreve que:

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (Silva, 2013, p. 150).

Na compreensão que o currículo é um lugar de disputa de narrativas, se faz necessário a inclusão de debates que fogem da lógica capitalista e eurocêntrica, assim trazendo problemáticas que emergem das/os sujeitas/os marginalizados. Para Simas e Rufino (2018, p. 78), “a escola ocidental, fundamentada no ensino seriado e na fragmentação de conteúdos, é normativa sempre e padroniza comportamentos mesmo quando adota linhas alternativas”.

A escola e os cursos de formação tentam controlar os corpos e comportamentos das/os educandas/os a fim de destitui-las da sua condição humana a partir de ações contínuas mediadas pelos livros e pelas práticas didáticas que subjuguem a importância das pessoas negras na formação de nossa sociedade. Tendo consciência disso, Kabengele Munanga (2020) descreve que:

O negro foi reduzido, humilhado e desumanizado desde o início, em todos os cantos em que houve confronto de culturas, numa relação de forças (escravidão x colonização), no continente africano e nas Américas, nos campos e nas cidades, nas plantações e nas metrópoles. Essa redução visava a sua alienação, a fim de dominá-lo e explorá-lo com maior eficácia. No entanto, nem todas as populações negras foram totalmente alienadas. Uma categoria de africanos teve, ao menos no começo, uma reação de reserva diante de inovações introduzidas pelo colonizador. Trata-se da maioria das populações vivendo ainda nos territórios étnicos e das massas espalhadas em todas as cidades de origem colonial. Isso não significa que esses anônimos não tivessem contato bruto com o estrangeiro. Tiveram sim, como todos. Mas felizmente continuaram a praticar uma espécie de resistência passiva, funcionando como um bastião, no qual o patrimônio cultural legado dos ancestrais continuou a ser

transmitido de geração a geração. O povo guardou sua língua e sua arte, maquis que o protegiam das tentações alienantes (Munanga, 2020, p. 41-42).

Munanga (2020) nos chama a refletir sobre como o sistema escravagista tentou desqualificar e desumanizar o povo africano a partir de mecanismos de violência sob a égide da Modernidade. Urge a necessidade de (des)construir ideologias escravagistas que perpetuam até os dias atuais através do currículo e da formação de educadoras/es que reproduzem as percepções eurocêntricas como sendo a base central do universo. Na intenção de romper com esses paradigmas se busca mediante a descolonização do currículo de Ciências da Natureza e a formação de educadoras/es um ensino antirracista. Para isso, é necessário não apenas a inclusão de produções científico-tecnológicas de pessoas negras, mas também a compreensão de que a humanidade não é uma construção Ocidental, mas sim desenvolvida em outras civilizações anteriores ao continente europeu.

Nessa perspectiva, se busca nas obras literárias de Carolina Maria de Jesus um caminho a se pensar a descolonização do currículo, bem como a formação de educadoras/es comprometidos com um ensino antirracista. Diante disso, é pertinente refletir trechos das obras de Carolina Maria de Jesus com abordagens no campo da Ciência da Natureza focalizando em problemas, investigações e questões norteadoras do mundo das/os educandas/os, para que assim elas/es possam de fato se sentirem incluídos na ciência como protagonistas.

Os diálogos seguintes dão conta de construir análises sobre abordagens do campo de Ciências da Natureza com trechos retirados dos diários publicados pela escritora Carolina Maria de Jesus. A discussão está em refletir sobre as potencialidades dos escritos de Carolina, como também da sua visão diante das dificuldades postas as pessoas que vivem à margem da sociedade tendo seus direitos básicos negados por uma política neocolonial e capitalista que opera para aumento das desigualdades sociais.

Na quarta seção, o diálogo apresenta os percursos metodológicos da pesquisa de campo a partir da aplicação de uma sequência didática e análise dos resultados obtidos, com a finalidade de compreender as potencialidades da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus para um Ensino de Ciências da Natureza Antirracista, ou seja, um ensino que tenha como base o princípio da igualdade entre todas/os aquelas/es que fazem parte do ambiente escolar.

4 EXPLORANDO O QUARTO DE DESPEJO COM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Na atual era do capitalismo global, a resistência ao racismo só pode ser eficaz se estiver ancorada em comunidades globais de luta.
(Davis, A. 2022, p. 66)

A luta contra o racismo só é possível com a unificação de todas/os/es que compreendem a urgência de romper com sistemas neocoloniais e capitalistas que disseminam a desigualdade e violência contra as pessoas à margem da sociedade. Nessa perspectiva, esta seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa de campo realizada junto a um grupo de crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Os próximos dizeres descrevem e analisam a aplicação de uma sequência didática na qual foi abordada a obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”.

4.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM CAMPO

A metodologia proposta para este estudo é de abordagem qualitativa, considerando que não se pretende medir ou tabular dados, mas sim investigar uma proposta de ensino relacionado a um ensino de ciências a partir de uma concepção antirracista. Sob esse viés, Minayo (2009, p. 21) entende que a pesquisa qualitativa

responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa valoriza as questões sociais que envolvem os sujeitos de pesquisa. É pertinente pensar nas vertentes que se aplicam nos pressupostos metodológicos qualitativos, no intuito de explicar com maior ênfase como será desenvolvida determinada investigação. Minayo (2023) ainda acrescenta que

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes (Minayo, 2023, p. 20).

Tendo a consciência de que a pesquisa qualitativa decorrente das questões sociais possibilita a compreensão das vivências e experiências obtidas por aquelas/es sujeitas/os que estão imersos dentro das atividades desenvolvidas, o que permite refletir a atuação de cada pessoa a partir das interferências sociais que ocorrem no percurso da pesquisa. “A pesquisa social trabalha com gente e com suas realizações, compreendendo as pessoas ou grupos como atores sociais em relação e em perspectivas” (Minayo, 2023, p. 57). Flick (2013) reforça que

o conhecimento sobre a pesquisa social ajuda de duas maneiras. Ela pode proporcionar o ponto de partida e a base para você realizar seu próprio estudo empírico, como no contexto de uma tese ou de um trabalho profissional posterior em sociologia, educação, assistência social, ect; sendo também necessário para entender e avaliar a pesquisa existente e talvez para que você seja capaz de criar um argumento acerca desta pesquisa (Flick, 2013, p. 26-27).

Sendo assim, se buscou a partir da pesquisa-ação refletir sobre como “resolver problemas do cotidiano e imediatos e melhorar práticas concretas” (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 514). A pesquisa-ação é um caminho a ser adotado por pesquisadoras/es que se fazem presentes nos espaços que ocorreram a pesquisa, diante disso se objetivou os estudos pela percepção da ótica da pesquisa-ação para aplicação da proposta de sequência didática, visto que todas/os sujeitas/os da pesquisa se encontram no mesmo cotidiano. Para isso, Mertens (2003 *apud* Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 515) diz que:

O desenho de pesquisa-ação participativo deve desenvolver os membros do grupo ou comunidade em todo o processo do estudo (desde a formulação do problema até a elaboração do relatório) e implementação de ações, produto da indagação. Esse tipo de pesquisa combina a expertise do pesquisador ou pesquisadora com os conhecimentos práticos, vivências e habilidades dos participantes.

Ainda para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 519), “os desenhos de pesquisa-ação também representam uma forma de intervenção e alguns autores os consideram desenhos mistos, porque geralmente coletam dados quantitativos e qualitativos, e caminham de maneira simultânea entre o esquema indutivo e o dedutivo”. Diante da flexibilidade e potencialidade da aplicação da pesquisa-ação, optamos por exercê-la nesta pesquisa na medida em que a pesquisadora se faz presente no local de ação junto com os participantes.

O *locus* da pesquisa foi em uma escola pública no interior do município de Palmeira dos Índios/AL, com uma turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do turno matutino, com o quantitativo de 20 educandas/os, cuja a idade é de seis (06) à sete (07) anos de idade. A escola contém três (03) salas de aulas, mas apenas duas funcionam no horário matutino,

uma biblioteca, um almoxarifado, uma cozinha, um banheiro feminino e um masculino. Nas salas só têm as carteiras, quadro, um ventilador, um armário e uma mesa para o professor. Na frente da escola tem uma área com areia e um brinquedo que geralmente as crianças ficam brincando até o horário de entrar na escola.

O horário da aula inicia às 7h30, com intervalo às 10h00, e saída da escola às 11h30. As/os educandas/os são residentes do povoado onde fica localizada a escola e dos sítios próximos a localidade, para o deslocamento das/os educandas/os que não moram no povoado é disponibilizado transporte para fazer o trajeto. Diante da pesquisa ser realizada com seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>). Foi disponibilizado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para as crianças, visto que elas/es têm entre 6 e 7 anos de idade e ainda estão em processo de alfabetização. Optou-se por aplicar o TALE com as crianças visando preservar a dignidade e os direitos das crianças durante a aplicação da proposta da sequência didática e a coleta dos dados.

Além disso, também foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os pais e/ou responsáveis legais pelos possíveis participantes desta pesquisa. A proposta da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas. O parecer consubstanciado está disponível no apêndice A, bem como os TALE e TCLE.

A proposta de sequência didática foi aplicada entre os dias 02 a 06 de junho de 2025, pois a escola trabalhou com projetos alinhados a semana de conscientização ao meio ambiente. Em virtude disso, se percebeu que seria o momento oportuno para aplicação da sequência didática “Semana de Conscientização da Educação Ambiental” a partir de trechos retirados da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020) de Carolina Maria de Jesus. Uma mulher potente que através do trabalho como catadora de materiais recicláveis conseguiu pensar sobre às mazelas que eram acometidas as pessoas mais pobres.

Carolina Maria de Jesus escrevia em seus cadernos/diários tudo o que acontecia na favela e na rua com uma percepção crítica a partir de suas vivências e experiências, diante dos infortúnios de uma sociedade capitalista, machista e racista. Nessa perspectiva, será apresentado na próxima subseção a proposta desenvolvida e aplicada com uma turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental composta por vinte (20) alunas/os a escola de aplicação da pesquisa fica localizado na zona rural do município de Palmeira dos Índios, no agreste alagoano com a distância de 136km da capital Maceió – AL.

4.2 PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DA OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” DE CAROLINA MARIA DE JESUS E O ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTA

A proposta da sequência didática foi pensada e aplicada com uma turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tendo como base desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de acordo com os objetivos de conhecimento e habilidades que devem ser aprendidas segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017). A sequência didática ainda tem como parâmetro pensar os objetivos e habilidades próprios para as crianças numa perspectiva antirracista, ou seja, incluindo no currículo estudos descolonizadores que possibilitem as/os educandas/os refletirem sobre sua identidade e ancestralidade a partir de uma educação étnico-racial.

A inserção da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, nas aulas de ciências poderá possibilitar uma formação de educandas/os antirracistas. Nesse sentido, tendo como base a obra já referenciada e a Lei 10.639/03 que prevê o ensino obrigatório sobre a História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, buscamos nos trechos do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e na Base Nacional Comum Curricular (2017) caminhos para pensar sobre propostas de sequências didáticas no campo de Ciências da Natureza que esteja alinhada a um currículo descolonizador e problematizador.

Dessa forma, surgiu a construção da proposta de sequência didática sob a temática “Semana da Consciência Ambiental” para ser desenvolvida e trabalhada com as crianças a partir de cenas retiradas da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, que podem ser mobilizadores para um ensino de ciências antirracista. Carolina narra inúmeras situações que envolvia o seu dia a dia com questões que abordavam a ausência e/ou inexistência de saneamento básico, falta de coleta de lixo, poluição do rio, o processo de catar materiais recicláveis para subsistência etc.

Diante das situações vivenciadas pela escritora Carolina Maria de Jesus, numa favela e em seu trabalho como catadora de materiais recicláveis, nos dispusemos a refletir sobre a importância de discutir temas como conscientização ambiental e o que os maus cuidados com o planeta podem provocar no bem estar, principalmente daquelas/es que vivem nos países considerados subdesenvolvidos. As discussões sobre as mudanças climáticas é um tema debatido constantemente por ativistas e pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o

objetivo de conscientizar os líderes políticos os riscos de uma exploração desregulada dos recursos naturais. Nessa perspectiva, Rodríguez, Sarria e Espinosa (2019) afirmam que:

Esta crisis ambiental se expresa en un sin número de problemáticas como crecimiento poblacional, pobreza, cambio climático, pérdida de la biodiversidad, (por citar algunos) y conflictos ambientales por agua, suelo, minerales e hidrocarburos, los cuales generan disputas por ls territorios (2019, p. 273).¹⁴

A relação da crise ambiental pode ser relacionada com o conceito de modernidade e colonização desenvolvida pelas ideias dos europeus, com a finalidade de explorar as riquezas do Outro para detrimento de poder, pois os resquícios destas ideologias perduram até os dias atuais. O que presenciamos com os desastres ditos como naturais, por exemplo das enchentes, furações, tornados, escassez de chuva com secas extremas e queimadas são, em alguma medida, processos orquestrados por nós seres humanos.

Um aspecto clave, es entender que la crisis ambiental requiere ante todo un cambio político y no solamente una reflexión-acción ecológica o um cambio tecnológico. Una pregunta relevante para entender este punto es por ejemplo, ¿ por qué persiste ele hambre si existen condiciones materiales para su superación? En na actualidad se producen alimentos suficientes para alimentar más de 9.000 millones de seres humanos, sin embargo, alrededor de 795 millones de personas em el mundo no tienen suficientes alimentos para llevar una vida saludable y activa ¹⁵(Programa mundial de alimentos, 2014) (Rodríguez; Sarria; Espinosa, 2019, p. 274).

No sentido que a crise ambiental, por vezes é direcionada o campo individualista como a culpa seria exclusivamente da população pobre, invisibilizando e negligenciando a responsabilidade daqueles/as que detêm o poder, as multinacionais, por exemplo. A questão da fome e da insegurança alimentar perpetua até os dias atuais e fazendo o paralelo com a obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020), a escritora Carolina Maria de Jesus já denunciava a negligência dos governantes com a fome que assola as camadas mais vulneráveis da população brasileira e do mundo, além de dar visibilidade sobre o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Jesus (2020, p. 35) denuncia que “[...] o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo,

¹⁴ Esta crise ambiental se expressa em uma série de problemas como crescimento populacional, pobreza, mudanças climáticas, perda de biodiversidade (para citar alguns) e conflitos ambientais por água, solo, minerais e hidrocarbonetos, que geram disputas por territórios (p. 273) (tradução nossa).

¹⁵ Um aspecto fundamental é entender que a crise ambiental exige, antes de tudo, uma mudança política e não apenas uma reflexão-ação ecológica ou uma mudança tecnológica. Uma questão relevante para entender esse ponto é, por exemplo, por que a fome persiste se há condições materiais para superá-la? Hoje, produz-se comida suficiente para alimentar mais de 9 bilhões de pessoas, mas cerca de 795 milhões de pessoas no mundo não têm comida suficiente para levar uma vida saudável e ativa. (Programa mundial de alimentos, 2014) (Rodríguez; Sarria; Espinosa, 2019, p. 274) (tradução nossa).

e nas crianças”. A fala da escritora nos chama a refletir sobre a questão ambiental e a fome, pois se compreende que ambas não podem ser dialogadas de maneira dissociadas, visto que há de fato uma relação entre as duas, o que direcionou a proposta da sequência didática que esteja alinhada a percepção das questões que envolvem a relevância de pensar uma Educação Ambiental já nos anos iniciais de formação dos indivíduos.

Diante disso, se entende que a obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020) pode ser potencializadora para discutir a questão da relevância de Temas Transversais como a Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para que, as crianças consigam construir uma aprendizagem que compreenda a relevância de preservar o meio ambiente e passar estes conhecimentos para as demais pessoas. Vale salientar mais uma vez que Carolina viveu boa parte de sua vida e criação dos seus filhos entre cortiços, a rua e a extinta favela do Canindé, localizada na cidade de São Paulo às margens do rio Tietê, este que era de suma importância para as/os moradoras/os daquele local, visto que se utilizavam dele para lavar roupas, pratos, banhos e demais necessidades básicas.

Carolina relata inúmeras passagens de atividades individuais e coletivas que realizam no rio Tietê, bem como denunciava a poluição do rio provida por aqueles/as que vinham do centro de São Paulo e descartavam irregularmente materiais inapropriados no local, assim levando a sua poluição. Ailton Krenak (2022, p. 11) denuncia que “em São Paulo, o Tietê, infelizmente, na parte urbana que percorre, foi convertido em esgoto. Não sei como uma cidade pode fazer isso, o corpo de um rio é insubstituível”.

Os rios, os mares, os riachos, os lagos, as florestas, o cerrado, o pantanal, a caatinga e os seres vivos que habitam estes espaços são os responsáveis pelo equilíbrio e harmonia da nossa existência terrena com maior qualidade. O que já é dito milenarmente pelos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros sobre a relevância de utilizar esses recursos com sabedoria, para que não se acabe e, conseqüentemente, diminuir as crises climáticas no mundo.

Para uma compreensão mais ampla sobre essa relação da crise climática indico o documentário Rotten disponibilizado na plataforma Netflix com duas (02) temporadas e seis (06) episódios em cada (<https://www.netflix.com/watch/80990443?trackId=268410292>). O documentário apresenta uma perspectiva ampla e esclarecedora sobre como as grandes multinacionais e seus gestores ampliam as desigualdades sociais, por meio da exploração da mão de obra a partir da escravidão moderna e da exploração desregulada dos recursos naturais, assim levando as crises climáticas e humanitárias no mundo inteiro, principalmente nos países que sofrem com subalternização e desumanização do seu povo.

Nesse sentido, se faz pertinente buscar no conceito de racismo ambiental entender como movimentos negros, pesquisadores ecológicos e ativistas se unificaram para luta contra as injustiças sociais e territoriais que envolve as questões ambientais. A biopolítica e a racialidade estão ligadas ao processo de racismo ambiental que coloca determinadas pessoas a condição de periculosidade e desassistência social. Para compreender o processo histórico do debate sobre o racismo ambiental, Filgueira (2021) relata que:

O ativismo negro na luta por direitos civis e ambientais, acrescido da militância por justiça sócio-ambiental, pautados no questionamento da poluição industrial em territórios ocupados pelos descendentes da africana, deram a tônica do debate público sobre o assunto. Esse questionamento embasou a reivindicação por justiça social, direitos civis, equidade e a contestação às discriminações institucionais (sociais e ambientais, sobretudo as de domínios raciais) praticadas pela sociedade e pelo Estado (Filgueira, 2021, p. 188).

Na percepção de que o racismo ambiental atinge principalmente as populações étnicas ribeirinhas, indígenas e quilombolas, além das empresas nacionais, internacionais e multinacionais que através de suas políticas desenvolvimentistas condicionam e empurram as pessoas da classe trabalhadora a ocuparem espaços como as favelas. Assim, como aconteceu com Carolina Maria de Jesus, que diante de uma sociedade capitalista e racista foi empurrada para extinta favela do Canindé, residindo em um barracão – construído com pedaços de madeira – sem água encanada, luz e saneamento básico. Tal realidade ainda é percebida nos dias atuais, com pessoas vivendo em barracões e/ou lonas (plásticos) e em condições de rua, sem nenhum tipo de assistência e direitos.

No racismo ambiental estão inseridas carências de saneamento básico, que afetam a saúde e a qualidade de vida das populações marginalizadas e tradicionais. Essas condições ambientais nocivas incluem a falta de água, a ausência de instalações sanitárias, esgoto a céu aberto, moradias em encostas sujeitas a deslizamentos e enchentes, lixões, poluição dos recursos hídricos, dentre outros (Rodrigues, 2024, p. 157).

Tais condições são impostas pela necropolítica, políticas públicas de morte definidas pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), que se configura em ações contra a vida dos não-brancos e ampliadas para todo o contexto social (Figueiredo, 2021). Ou seja, o Estado desenvolve ações que vão contra a existência das pessoas negras, indígenas e da classe trabalhadora lhes colocando em condições de negligência sem respeitar sua dignidade.

O Brasil como uma sociedade capitalista sofre com as políticas de morte (Mbembe, 2018), principalmente os povos que residem nas regiões norte e nordeste. Os povos indígenas que desde o processo de colonização e colonialidade foram/são expostos a inúmeras violações

de seus corpos, saberes, identidades e ancestralidade (re)vivem todas estas rupturas perante a falta de políticas públicas e da violação de seus direitos por uma política extremista que os deixaram morrer. No governo atual, temos uma mulher negra e ribeirinha da região norte do país a frente do Ministério do Meio Ambiente que nos períodos que compareceu à Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados foi violentada e atacada pelos/as deputados/as alinhados aos partidos de extrema-direita.

Urge a necessidade de denunciar atos racistas e sexistas que disfarçados de concepções meritocratas vão se colocando em posições de poder para determinar ações de política de morte (Mbembe, 2018) contra a população negra e pobre. Pensar na Educação Ambiental está em respeitar os saberes e ancestralidade que constituí aos povos originários e quilombolas que conhecem a terra e tecnologias de reflorestamento, agricultura e sistemas de irrigação. Saberes estes que são (in)visibilizados dentro de um currículo hegemônico subserviente aos interesses do colonizador e da colonialidade, que se utiliza de estereótipos para desqualificar e marginalizar as pessoas negras.

Nessa perspectiva, Cirne e Sousa (2024) afirmam que:

A descolonização do pensamento é fundamental para enfrentar essas injustiças históricas e promover uma política ambiental mais justa e equitativa. Isso requer o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos e perspectivas das comunidades marginalizadas, bem como a promoção de um diálogo intercultural que reconheça a diversidade de saberes e experiências (Cirne; Sousa, 2024, p. 62).

Na ideia de uma descolonização do currículo de Ciências da Natureza numa concepção antirracista é que esta pesquisa foi pensada articulando os diálogos de mulheres e homens negros/os para construção de uma proposta de sequência didática alinhada a problematizar a questão ambiental. Discutir a questão ambiental é de extrema importância para formação de educadoras/es e educandas/os, ainda mais, quando se tem a literatura de uma mulher negra como campo de estudo.

Ainda vale salientar que, antes da aplicação da proposta da sequência didática intitulada “Semana da Conscientização Ambiental”, as crianças já tiveram contato com obras literárias infantis que contam a história da escritora Carolina Maria de Jesus e com as obras da própria escritora através das aulas de Leitura e Produção de texto segundo o que prevê o Referencial Curricular do município. Seguindo o horário das aulas disponibilizado pela escola, todas as quartas-feiras se têm uma aula (01) dedicada à Leitura e Produção de texto, na qual foram utilizados os seguintes livros: Carolina Maria de Jesus (2022), de Adriana de Almeida Navarro;

Da minha janela (2019) e Procura-se Carolina (2024), ambos do escritor Otávio Júnior, por um período de quatro (04) semanas. Como representado nas imagens 1 e 2 a seguir:

Figura 1: Livros utilizados para a contação de história sobre a escritora Carolina Maria de Jesus.



Fonte: A autora (2025).

Figura 2: Roda de contação de história sobre a escritora Carolina Maria de Jesus.



Fonte: A autora (2025).

A utilização dessas obras ajudou na assimilação dos conhecimentos referentes à escritora Carolina Maria de Jesus pelas crianças, visto que as obras são direcionadas ao público infantil e pelas ilustrações facilitou o interesse das/os educandas/os pela vida e obra da escritora já citada. O exercício contínuo de introduzir literaturas escritas por escritores antirracistas é um processo necessário que possibilita trabalhar problemáticas em outras áreas do conhecimento, como o ensino de ciências, por exemplo.

Tendo consciência de que a obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020) não é direcionada ao campo de ciências, mas que as cenas narradas pela escritora poderão ser mobilizadoras de problemáticas para um ensino de ciências antirracista, se optou por desenvolver e aplicar uma proposta de sequência didática a partir da questão ambiental, visto que é um dos temas abordados no livro. A escritora passou parte de sua vida dedicada ao trabalho de catar materiais recicláveis para seu sustento e de sua família e, atualmente mais de 800 mil pessoas realizam esse trabalho no Brasil como geração de renda a partir do potencial da reciclagem (Ferreira; Oliveira, 2024).¹⁶

¹⁶ Dados retirados da Agência Gov. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/o-potencial-da-reciclagem-no-brasil-de-geracao-de-trabalho-e-renda>. Acessado em: 13 maio 2025.

No dia 05 de junho é comemorado nas escolas o “Dia Mundial do Meio Ambiente”, no qual as atividades estão voltadas para temática a fim de proporcionar para as/os educandas/os uma aprendizagem crítica e reflexiva sobre a importância de preservar o meio ambiente. Sendo assim, oportunizamos um ensino antirracista.

Para Zabala (1998), as sequências didáticas são um conjunto de atividades estruturadas, ordenadas e articuladas que têm objetivos educacionais definidos tanto do seu início como do seu término. Por isso, se optou pela aplicação de uma sequência didática com as crianças com o intuito de promover um ensino antirracista, na medida em que as/os educandas/os vão participando das atividades e construindo suas hipóteses a partir do que é trabalhado em sala com a orientação da educadora. Nesse sentido, o quadro 1 apresenta uma proposta de sequência didática para educandas/os do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir de trechos retirados do diário “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020), com abordagens temáticas possíveis de serem problematizadas no campo de Ciências da Natureza, especificamente para a conscientização sobre o meio ambiente e, assim ser possível a construção de um ensino antirracista.

As/os participantes da pesquisa são crianças com a idade entre seis (06) e sete (07) anos de idade, matriculados no 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que estão em processo de alfabetização¹⁷, assim se faz necessário explicar que as atividades foram pensadas e desenvolvidas a partir dos conhecimentos e habilidades a serem aprendidas pelas/os educandas/os nesta etapa.

¹⁷ Segundo Soares (2023, p. 27), “alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é da natureza essencialmente diferente, entretanto, as ciências que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A Alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escrita”.

Quadro 1: Proposta de sequência didática “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”.

Dia da semana/ Horário	Trechos do diário “Quarto de despejo: diário de uma favelada”	Conteúdo a ser trabalhado	Desenvolvimento das atividades
Segunda-feira 7h30 às 11h30	Tema: Carolinar-se para romper com os estereótipos racistas 16 de julho Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comessem carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para os dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma máquina de moer carne. E uma máquina de costura (Jesus, 2020, p. 19-20)	Unidade temática: Matéria e energia Objetivos de conhecimento: Características dos materiais Habilidades: (EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente. RECURSOS - Tablet; - Caixa de som; - Livro didático; - Cartolina; - Pincel Marcador - Lápis; - Cola; - Borracha	1º momento: Organizar as/os educandas/os em semicírculos na sala e realizar acolhida de todas/os. 2º momento: Explicar as/os educandas/os que durante a semana será trabalhado o tema da Educação Ambiental a partir das cenas narradas pela escritora Carolina Maria de Jesus no seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020). 3º momento: A educadora/pesquisadora da turma irá realizar a leitura da cena da página 19-20 do livro já citado para as/os educandas/os. Relembrar a história da escritora e de como foi sua vida na favela. 4º momento: Apresentar o vídeo de uma entrevista com Carolina Maria de Jesus disponível na plataforma YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=c0zqmaOY8IM&t=145s) com 10 min de duração e, um segundo vídeo de uma reportagem do canal Jornalismo TV cultura: “Carolina Maria de Jesus inspira oficina sobre realidade de catadoras de lixo” disponível também na plataforma YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=elffMmLLKyo) 5º momento: Iniciar o assunto sobre coleta seletiva e reciclagem utilizando como recurso o livro didático Buriti mais ciências 1º Ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Editora Moderna de 2021, organizado por Ana Carolina de Almeida. O capítulo 3 aborda a temática “Cuidados com o ambiente” e atividades direcionadas sobre a problemática nas páginas 56-59 para o processo de aprendizagem das crianças. No capítulo 3 “Cuidados com o ambiente” apresenta conceitos como: Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar e Reciclar, na intencionalidade de buscar indagar junto as crianças a importância da construção de uma sociedade mais consciente sobre o descarte de lixo e o seu reaproveitamento. Além de, evidenciar o papel dos catadores de materiais recicláveis em nossa sociedade e como as cooperativas ajudam na garantia de uma vida mais digna para estas/es trabalhadoras/es. 6º momento: Será solicitado que as/os educandas/os guardem as garrafas pets e tampinhas dos refrigerantes e sucos que levam para escola (em locais adequados e separados de acordo com o processo seletivo), pois serão reutilizados a partir do processo de reciclagem que irá acontecer nas aulas durante a oficina de confecção de brinquedos e jogos.

Terça-feira 7h30 às 11h30	Tema: Reciclar e cuidar: uma prática contínua com Carolina 17 de julho Sai a noite, e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo. Todas brancas, só uma preta. E o preto começou a me insultar-me: - Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco, minha tia. Eu estava indisposta. Com vontade de deitar. Mas, prossegui. Encontrei várias pessoas amigas e parava para falar. Quando eu subia a Avenida Tiradentes encontrei umas senhoras. Uma perguntou-me: - Sarou as pernas? Depois que operei, fiquei boa, graças a Deus. E até pude dançar no Carnaval, com minha fantasia de penas. Quem operou-me foi o Dr. José Torres Netto. Bom médico. E falamos de políticos. Quando uma senhora perguntou-me o que eu achava do Carlos Lacerda, respondi concientemente: - Muito inteligente. Mas não tem iducação. É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador (Jesus, 2020, p. 21)	Unidade temática: Matéria e energia Objetivos de conhecimento: Características dos materiais Habilidades: (EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente. RECURSOS - Luva; -Máscara para proteção facial; - Touca para cabelo; -Sacos plásticos para lixo;	1º momento: Organizar as/os educandas/os em semicírculos na sala e realizar acolhida de todas/os. 2º momento: Realizar a leitura para as crianças da cena selecionada e retirada do livro. 3º momento: Organizar as/os educandas/os em grupos para a atividade em campo que será realizada nas ruas centrais do povoado, em que se encontra a escola da pesquisa, com o intuito de observar os terrenos envolta da escola e das ruas circunvizinhas para o recolhimento de lixo. Cada grupo ficará responsável pelo recolhimento de um material, como por exemplo: papel, plástico e madeira– com a exceção do vidro por ser um objeto mais perigoso. Vale ressaltar que a educadora/pesquisadora irá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para as/os participantes da pesquisa, bem como os sacos de lixo. 4º momento: Ao retornar para escola as/os educandas/os serão orientadas/os a organizar os materiais recolhidos na rua de acordo com o descarte seletivo adequado. Os objetos recolhidos como garrafas pets, tampinhas, palitos de picolé e/ou de churrasco, caixas de papelão dentre outros serão separados, limpos e organizados para as oficinas de reciclagem.
--	--	---	--

Quarta-feira 7h30 às 11h30	Tema: Oficina: recriando o imaginário a partir da vivência de Carolina Maria de Jesus 15 de julho de 1955 Aniversário da minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (Jesus, 2020, p. 19). (grifos nossos)	Unidade temática: Matéria e energia Objetivos de conhecimento: Características dos materiais Habilidades: (EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente. RECURSOS -Tinta guache (várias cores); -Cola; -Pincel; -Barbante; -Tesoura sem ponta; -Régua; -Fita adesiva colorida; -Garrafas pets; -Papelão -Palito de picolé.	1º momento: Organizar as crianças e fazer a leitura da cena selecionada do livro. 2º momento: Questionar as crianças quais materiais podem ser (re)utilizados e/ou reciclados a partir dos objetos que foram coletados por elas/es. 3º momento: Oficina de confecção de brinquedos e jogos a partir dos objetos coletados. - As/os alunas/os serão organizadas/os em grupo; - Cada grupo receberá os materiais necessários para confecção de e jogos (cola, tesoura, tinta guache, pincel, fita adesiva, barbante); - Os grupos deverão confeccionar cinco (05) brinquedos; - Os grupos serão acompanhados pela docente/pesquisadora da sala na construção e confecção dos brinquedos e jogos pelas crianças. A definição dos brinquedos e jogos acontecerá a partir dos materiais coletados.
Quinta-feira 7h30 às 11h30	Tema: Carolina: ciência e arte pelas mãos de crianças	Unidade temática: Matéria e energia Objetivos de conhecimento: Características dos materiais Habilidades: (EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de	Apresentação e exposição na “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”, que aconteceu na Praça da Independência, no município de Palmeira dos Índios-AL. No momento as crianças apresentaram a história de Carolina Maria de Jesus, como também as obras literárias da escritora. Além dos jogos, brincadeiras e replica de uma favela construída pelas crianças. Ainda tiveram a oportunidade de relatar para as demais pessoas como foi

		forma mais consciente.	
		RECURSOS	
		- Toalhas; - Grampeador; - Corda; - Cola; - Tesoura.	
Sexta-feira 7h30 às 11h30	Tema: História e vida de Carolina Maria de Jesus	Unidade temática: Matéria e energia Objetivos de conhecimento: Características dos materiais Habilidades: (EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente. RECURSOS -Caixa de som; -Notebook -Projector - Folha A4; -Lápis; -Lápis de cor; -Lapiseira.	Culminância do projeto “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”. - Direção, coordenação, educadores, educandos e demais colaboradores serão convidados para apresentação da Semana de Educação Ambiental realizada pelas/os educandas/os do 1º ano do Ensino Fundamental. - Os pais e/ou responsáveis pelas crianças foram convidados para apresentação da I “Semana de Conscientização da Educação Ambiental” realizada pelas/os educandas/os do 1º ano do Ensino Fundamental. - Foi exposto todo material produzido pelas crianças a partir do processo de reciclagem, bem como as atividades e exposição do livro e da história da escritora Carolina Maria de Jesus. Elaboração e criação de desenhos pelas crianças participantes da pesquisa sobre suas percepções diante do que foi dialogado na proposta didática “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”.

O quadro anterior foi pensado e construído para ser aplicada com uma turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas como foi enfatizado, a mesma é proposta, de tal maneira que pode ser adaptada de acordo com o nível de escolarização e maturidade dos envolvidos na pesquisa, bem como pode ser reformulada para ser aplicada em cursos de formação docente. Pensar práticas de ensino antirracista é se apropriar de uma consciência crítica sobre a formação de nossa sociedade e refutar determinadas epistemologias racistas e sexistas que perpetuam as desigualdades sociais.

Na subseção a seguir está descrito como foi aplicada a sequência didática com as/os participantes da pesquisa. Além disso, é relevante enfatizar que em todo o processo que sucedeu esta pesquisa se buscou respeitar as ideias das/os sujeitas/os da pesquisa de acordo com sua pluralidade e manifestações culturais, pois se entende que o ato de ensino não poder ser realizado pelo autoritarismo, mas sim, pelo diálogo e respeito aos múltiplos saberes e fazeres.

4.3 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA APLICADA COM AS/OS EDUCANDAS/OS DO 1º ANO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A pesquisa foi aplicada com uma turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no qual a pesquisadora desta tese também é educadora da turma. A defesa de uma educação libertadora e antirracista, vem ocupando os discursos nas instituições acadêmicas com mais força e resistência. Nessa perspectiva, se busca a superação de narrativas eurocêntricas no processo de formação e construção da aprendizagem, assim permitindo pensar propostas didáticas que sejam antirracistas, principalmente quando dialogamos perante o Ensino de Ciências da Natureza.

A proposta de sequência didática para uma Educação Ambiental, deu-se mediante a inserção da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020), da escritora Carolina Maria de Jesus, nas aulas de ciências com a turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a finalidade de que as crianças pudessem compreender a importância de preservar o meio ambiente, bem como a relevância do trabalho de catadoras/es de materiais recicláveis na sociedade.

No dia 02/06/2025, iniciou-se a aplicação da sequência didática intitulada “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”. A aula teve início às 7h30, com a temática “Carolinar-se para romper com os estereótipos racistas”. Na sequência, ocorreu a recepção das

crianças e uma conversa sobre as atividades que foram desenvolvidas ao longo da semana. Em seguida, as crianças foram organizadas na sala para assistir aos vídeos de entrevista de Carolina Maria de Jesus (<https://www.youtube.com/watch?v=c0zqmaOY8IM&t=145s>), de Vera Lúcia e de uma reportagem que destaca atuação de uma Cooperativa que atua com o processo de reciclagem de materiais recicláveis (<https://www.youtube.com/watch?v=eIfMmLlKyo>). Além disso, foi criado um painel com imagens da escritora e do livro, como também fotos relacionadas ao trabalho de catador de materiais recicláveis, exercício que Carolina realizou durante sua vida como fonte de sustento para si e seus familiares. A imagem 3 a seguir evidencia o momento em que as crianças sentaram para assistir os vídeos e documentário.

Figura 3: Apresentação dos documentários e entrevistas.



Fonte: A autora (2025).

Nesse momento, as crianças assistiram aos documentários para compreender a história de vida da escritora em estudo, mediante os relatos de Carolina e das memórias de Vera Eunice – filha da escritora. Quando terminou o vídeo da entrevista de Carolina questionei as crianças o que elas/es acharam e o que mais tinha chamado sua atenção e a educanda Beatriz¹⁸ apresentou a seguinte fala: “-Tia...eu sei o que Carolina sofreu, foi racismo”, no momento a fala da educanda me chamou atenção o que me levou a questionar o que ela entendia como racismo e obtive a seguinte resposta: “- É preconceito por conta da cor da pele¹⁹”.

As outras crianças questionaram se Vera Eunice estaria viva, expliquei que sim, e elas/es ficaram entusiasmadas com a informação, ainda questionando o que a filha de Carolina fazia

¹⁸ Os nomes apresentados são fictícios para preservar a identidade dos participantes.

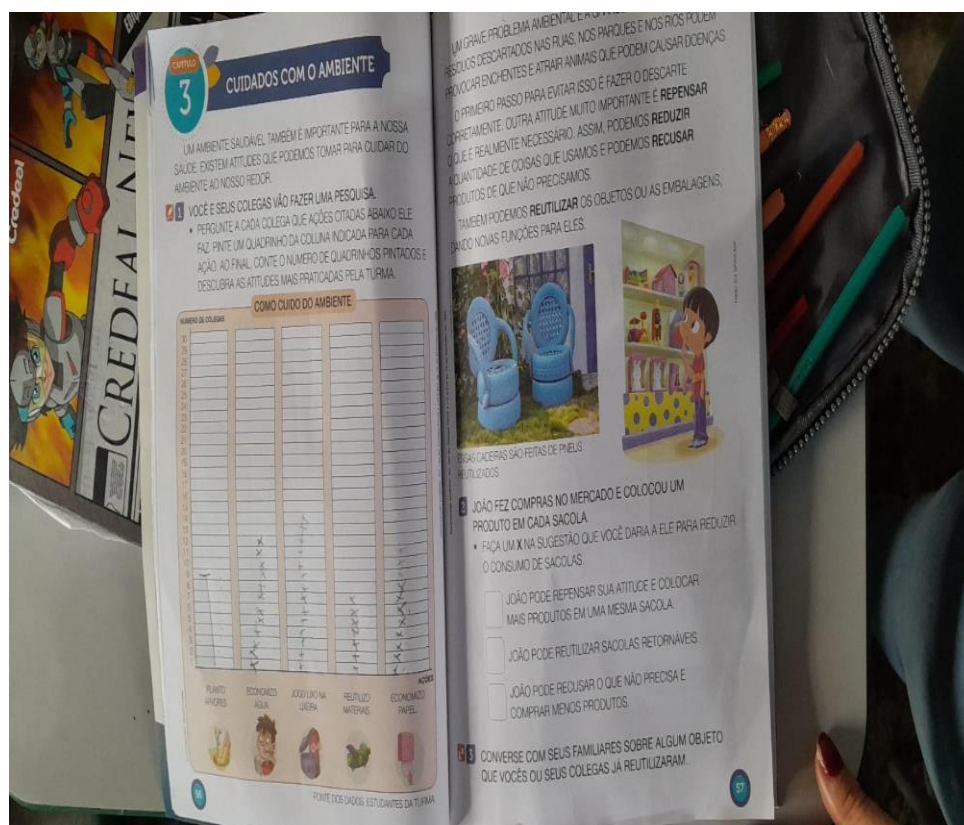
¹⁹ A fala citada foi coletada a partir da transcrição do diário de bordo.

atualmente, onde morava, além de indagarem como era a favela que apareceu na entrevista de Carolina. O que possibilitou problematizar se as crianças conhecem a favela, como é o aspecto geográfico e urbano e quais as semelhanças e diferenças da favela para as comunidades que eles residem – para isso, as crianças tiveram acesso às imagens de diferentes favelas antigas e atuais – tendo como retorno colocações importantes, pois as/os educandas/os destacaram a questão da falta de saneamento básico, o chão de barro e falta de água em algumas comunidades. O que se distanciava de sua realidade a partir das suas descrições orais estaria no aspecto da moradia, sendo suas residências de alvenaria – feitas com tijolos e cimento, coberta com telhas de barro e madeira.

Nesse sentido, se faz pertinente definir o conceito de favela a partir da perspectiva de Mike Davis (2006), em seu livro “Planeta Favela”, que de acordo com sua concepção a terminologia favela se engloba aos locais como cortiços, loteamentos irregulares e moradias ilegais que fazem parte de assentamentos urbanos que são destituídos de água potável, saneamento básico, asfalto e moradias adequadas e sua estrutura a partir dos efeitos do neoliberalismo. O que se pode compreender que os espaços ocupados pelas crianças desta pesquisa poderão ser considerados como favelas, visto que as condições dos locais que residem são similares as descritas.

Na sequência, as/os educandas/os assistirem a reportagem sobre a Cooperativa de materiais recicláveis, assim possibilitando dialogar sobre os seguintes conceitos: **Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar e Reciclar**. Para isso, foi realizada a leitura coletiva com as crianças das palavras **Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar e Reciclar** e o que cada uma significava, sendo utilizado o livro didático de Ciências da Natureza, do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para ajudar as/os educandas/os acompanharem o assunto e viabilizar o processo de aprendizagem. As figuras a seguir demonstram as atividades realizadas pelas/os educandas/os utilizando o livro didático.

Figura 4: Atividade de ciências sobre meio ambiente.



Fonte: A autora (2025).

A primeira atividade permitia a construção de um gráfico com as crianças a partir da sua participação realizando uma atividade (pesquisa) direcionada ao cuidado do meio ambiente. Nessa atividade, as/os educandas/os teriam que responder se em algum momento de sua vida teriam realizado alguma das atividades demonstrada no livro, caso sim, levantariam a mão e se realiza a contagem e em seguida fazia o registro no livro pintando cada espaço de acordo com a quantidade e atividade realizada.

Uma das questões era se já tinham plantado uma árvore, e a partir da resposta dos alunos se contavam a quantidade de pessoas que levantaram a mão e realizava o registro marcando a quantidade no local adequada, e na sequência indagavam sobre não desperdiçar água, não jogar lixo no chão, reutilizar objetos e não desperdiçar papel. A cada resposta das crianças se contava o número de adeptos e marcava no gráfico.

Na figura 5, temos o registro de outra atividade realizada pelas/os participantes da pesquisa a partir dos seguintes comandos: pintar os objetos que podem ser reciclados e cercar com uma linha os objetos que já foram reutilizados. A seleção dessa imagem aconteceu devido a/o participante da pesquisa marcar com um x todos os objetos sem fazer distinção entre os que podiam ser reciclados e os que já foram reutilizados.

O que possibilitou levantar alguns questionamentos, dentre eles: Será se a criança compreendeu o comando da questão? Se teria entendido o que era um objeto que poderia ser reciclado e aquele que já foi reutilizado? Tais problemáticas são importantes na construção de uma pesquisa, ainda mais, quando as/os sujeitas/os dela são crianças que estão em seu processo de desenvolvimento.

A partir do questionamento sobre a criança ter marcado com um X todos os objetos da questão, obtive como resposta que era cansativo ficar pintando e/ou circulando as imagens, por isso fez um x em todas. Algumas crianças também apresentaram dificuldade no comando “cercar com uma linha” algumas fazem analogia ao fazer um x e/ou cruz, mas algumas já compreendem que é fazer uma circunferência em torno da imagem.

Figura 5: Atividade de ciências sobre o meio ambiente.

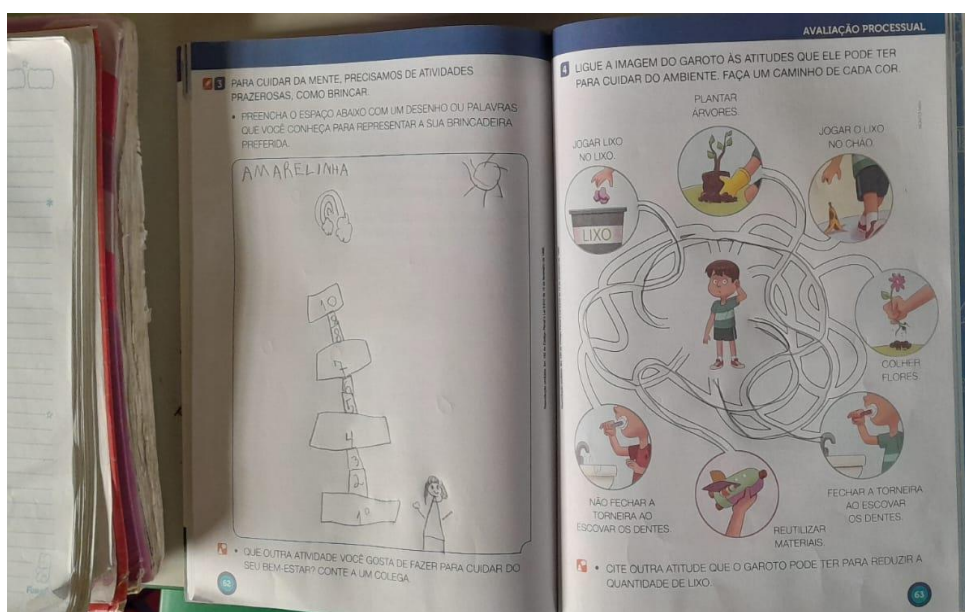


Fonte: A autora (2025).

As figuras 6 e 7, 8 e 9 apresentam as atividades propostas no livro didático. Na imagem 6, a questão expressa no livro pede que as crianças usem a imaginação para escrever e/ou desenhar a brincadeira que mais gostam. Já na outra página do livro didático, a questão é um labirinto, em que as crianças devem levar o menino da imagem do livro até ações e/ou atitudes que estavam de acordo com a preservação ao meio ambiente. As figuras 7, 8 e 9 apresentam outras atividades realizadas pelas/os demais participantes da pesquisa.

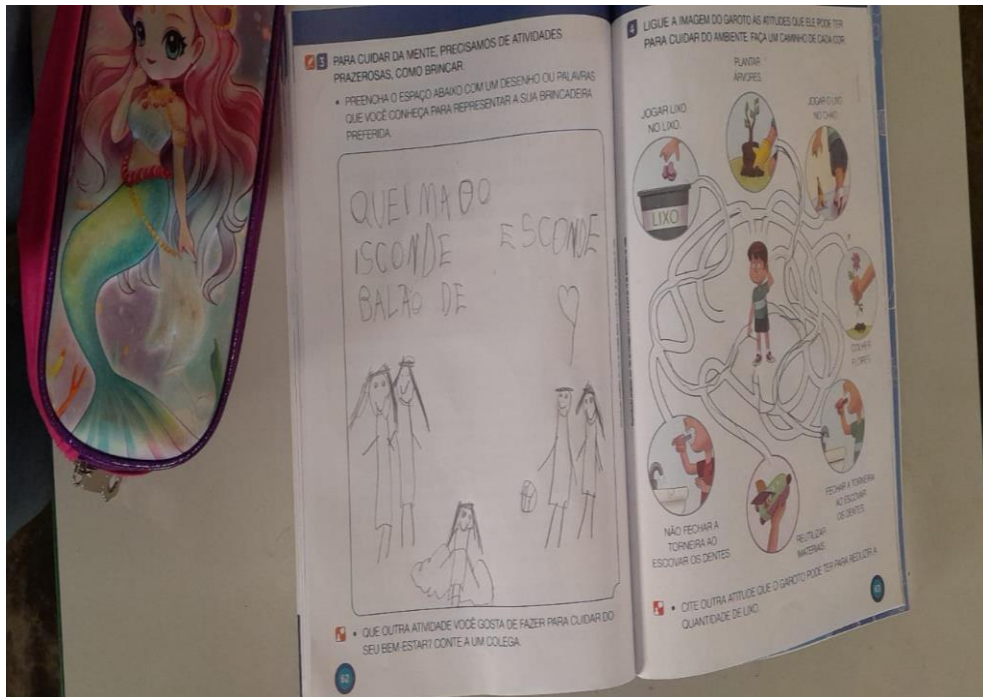
É perceptível a variação de respostas que foram construídas pelas crianças, principalmente no que se refere as brincadeiras e/ou jogos como: amarelinha, esconde-esconde, queimado. O brincar é algo presente na vida dessas crianças com mais ênfase naquelas que são realizadas em coletivo, ou seja, precisa-se de mais de um indivíduo para realizá-la, e para construir seus desenhos utilizam-se de sua imaginação para exemplificar a sua ótica sobre as características próprias de cada brincadeira.

Figura 6: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.



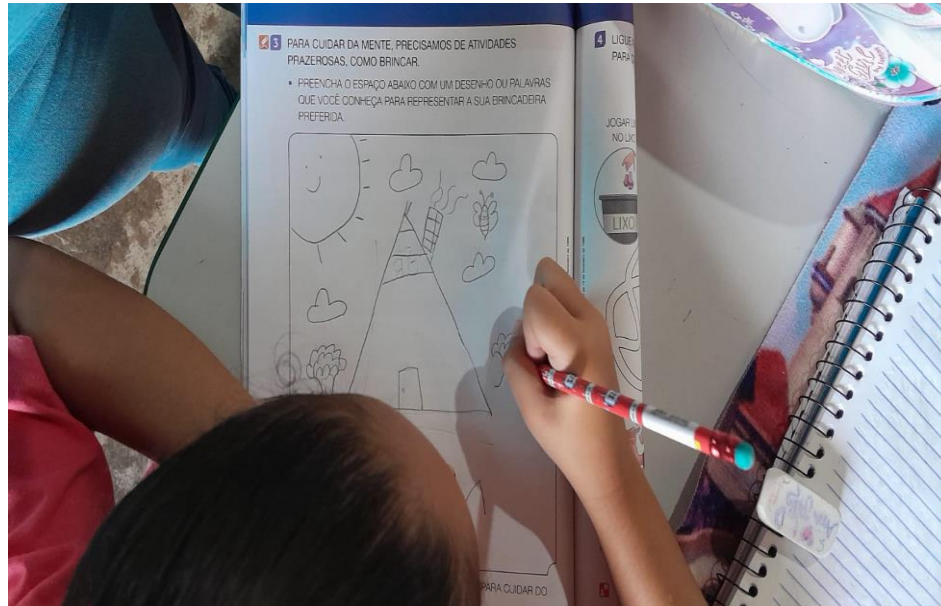
Fonte: A autora (2025).

Figura 7: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.



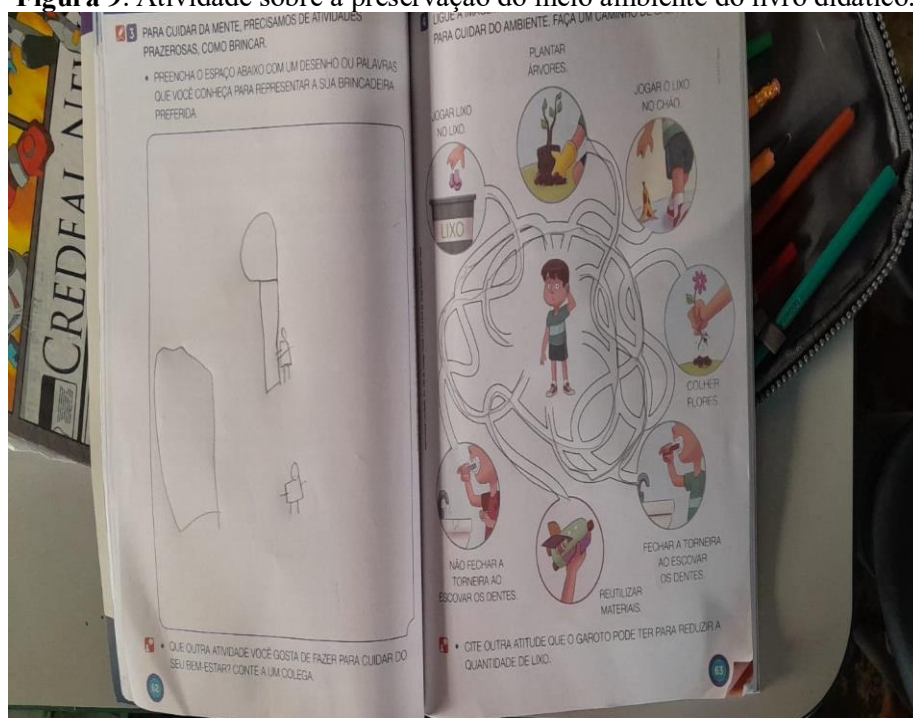
Fonte: A autora (2025).

Figura 8: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.



Fonte: A autora (2025).

Figura 9: Atividade sobre a preservação do meio ambiente do livro didático.



Fonte: A autora (2025).

As figuras selecionadas e expostas anteriormente representam as atividades realizadas pelas crianças, na intencionalidade de provocar a imaginação e identificar se elas conseguiram compreender o assunto referente à conscientização sobre o meio ambiente a partir da literatura de Carolina Maria de Jesus e o livro didático de Ciências do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No terceiro momento, foi discutido com as crianças a importância das lixeiras seletivas e apresentada a imagem delas. Isso possibilitou às/aos educandas/os identificarem que estas lixeiras existem na escola. Assim, seguimos para o espaço em que elas ficam no prédio e, oportunizamos a identificação a partir das cores das lixeiras, quais os materiais que podem ser descartados de maneira correta para ajudar no processo de preservação do Meio Ambiente.

Nesse sentido, se fez necessário dialogar com as crianças a importância de não jogar lixo na rua, pois ocasiona desastre na natureza como a poluição de rios, riachos e nascentes, enchentes, deslizamentos, mortalidade de peixes e outras espécies de animais. Na figura seguinte, consta a ida com as crianças até o local onde fica as lixeiras de coleta seletiva na escola.

Figura 10: Conhecendo as lixeiras de coleta seletiva e suas funcionalidades.

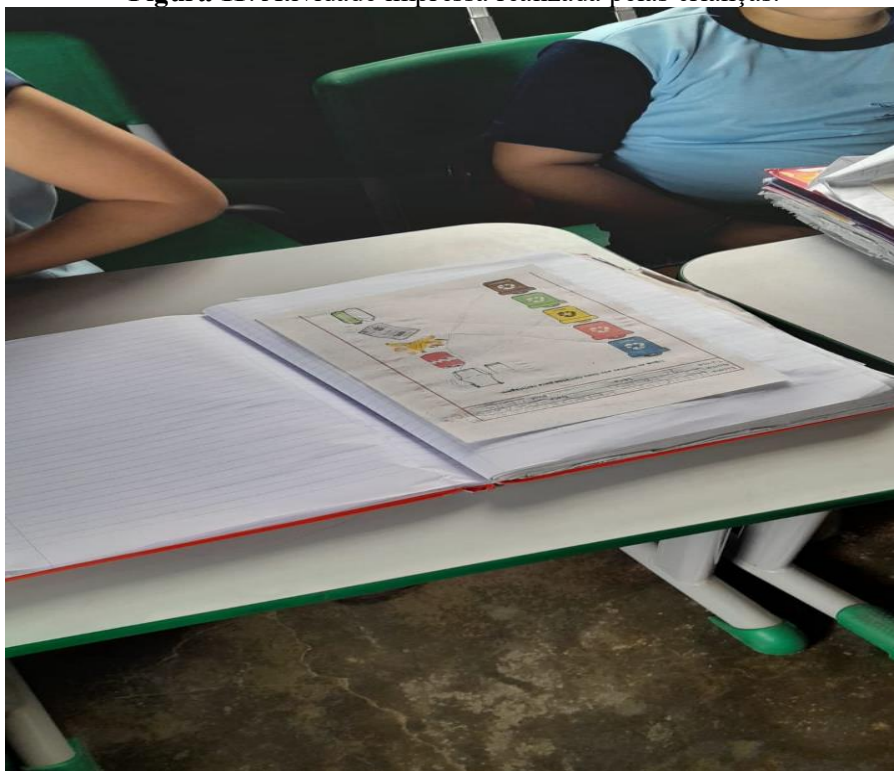


Fonte: A autora (2025)

As lixeiras de coleta seletiva possuem cores diferentes e nomenclaturas, para que cada material seja descartado de maneira correta, tendo a seguinte funcionalidade: azul (papel e papelão), vermelho (plástico), verde (vidro), amarelo (metal) e marrom (resíduos orgânicos – restos de alimentos, cascas de frutas etc.). Na escola da pesquisa só existem três (03) lixeiras que são a azul (papel e papelão), marrom (resíduos orgânicos) e a vermelha (plástico). A partir das explicações, foi solicitado que as crianças no horário do intervalo descartassem as embalagens do lanche nas lixeiras corretas, bem como as cascas de banana no local correto – foi escolhido a casca de banana porque é a fruta que naquele dia foi trazida por alguns/mas educandas/os.

No quarto momento, as/os educandas/os realizarão uma atividade impressa com o objetivo de observar se conseguiriam associar as lixeiras de coleta seletiva com os respectivos materiais a serem descartados de maneira correta. Nesse sentido, a figura 11 apresenta atividade impressa sendo realizada pelas crianças.

Figura 11: Atividade impressa realizada pelas crianças.



Fonte: A autora (2025).

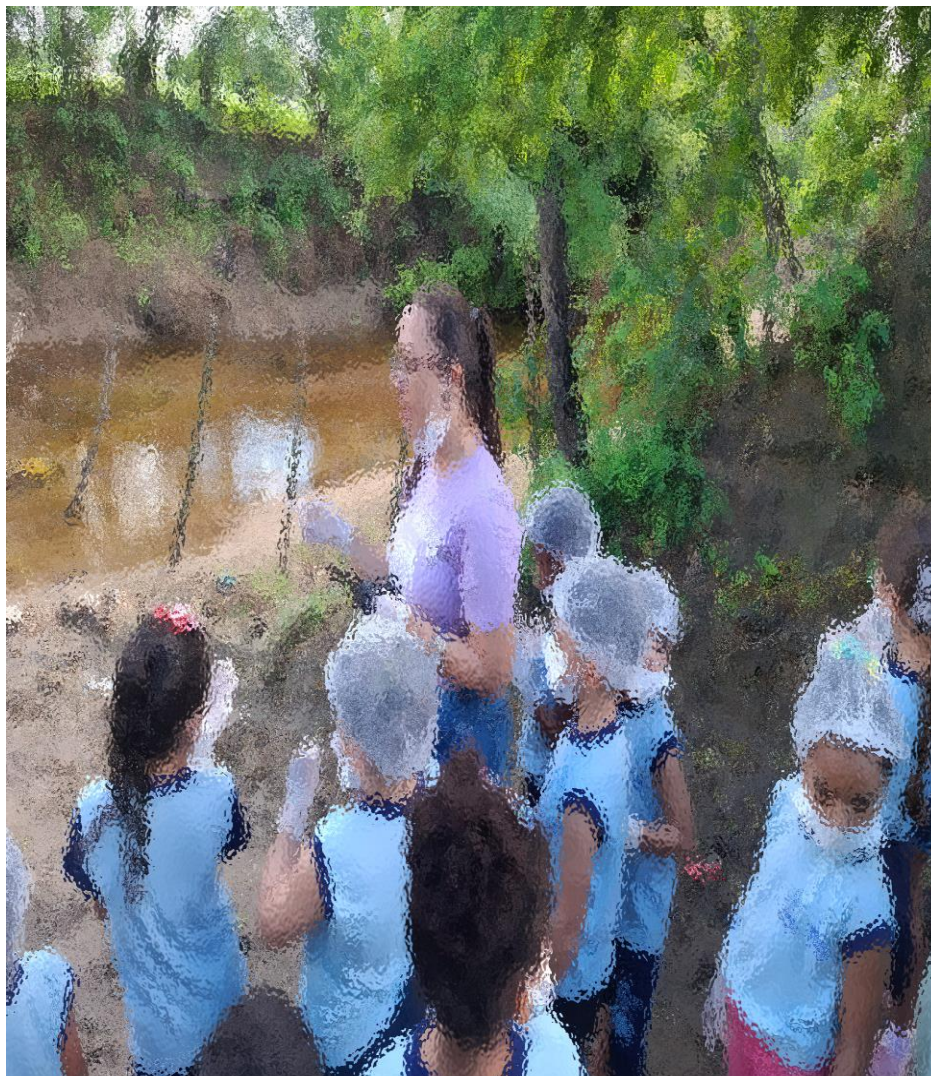
O primeiro dia de aplicação da sequência didática foi concluído com a atividade impressa realizada pelas crianças e, com as devolutivas das mesmas diante do que foi exposto na aula, com a finalidade de identificar quais as aprendizagens adquiridas pelas/os educandas/os. Ao longo da semana, e nos dias que antecederam, foi perceptível que as crianças adquiriam comportamentos positivos quanto à questão de jogar o lixo no local correto na escola. Já na rotina de casa e com demais familiares, os pais e/ou responsáveis pontuaram, no dia da culminância do projeto, que suas/seus filhas/os reprimiam quanto jogar lixo na rua, enfatizando que o local correto é a lixeira.

No segundo dia (03/06/2025), a aula iniciou às 07h40 com a acolhida das crianças e organização delas em sala, na sequência foi explicado as atividades que seriam realizadas, bem como as orientações e cuidados necessários para aula de campo. A aula teve a temática “Reciclar e cuidar: uma prática contínua com Carolina”, com a intencionalidade de explicar a importância do trabalho realizado pelas/os catadoras/es de materiais recicláveis, com a finalidade de promover uma conscientização sobre a preservação do meio ambiente.

A figura 7 representa o momento da leitura da página do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020), já as figuras 12, 13, 14, 15 e 16 apresentam as atividades realizadas em campo nas ruas próximas a escola, na qual as crianças foram organizadas em grupos para recolher os lixos encontrados e separar de acordo com sua composição referente à coleta

seletiva.

Figura 12: Aula de campo com as crianças.



Fonte: A autora (2025).

Figura 13: Aula de campo com as crianças.



Fonte: A autora (2025).

Figura 14: Aula de campo com as crianças.



Fonte: A autora (2025).

Figura 15: Aula de campo com as crianças.



Fonte: A autora (2025).

No terceiro dia (04/06/2025) da aplicação da sequência didática, a aula iniciou às 07h40 com acolhida as/os educandas/os tendo como temática da aula “Oficina: recriando o imaginário a partir da vivência de Carolina Maria de Jesus”. As/os educandas/os foram organizadas/os em grupo, com o intuito de produzirem uma maquete representando o conceito de favela, jogos e brinquedos com materiais recicláveis. As figuras 17, 18 e 19 são registros do que foi produzido pelas crianças a partir da supervisão da pesquisadora/educadora e da auxiliar de sala.

Figura 16: Oficina com materiais recicláveis para construção de jogos e brinquedos.



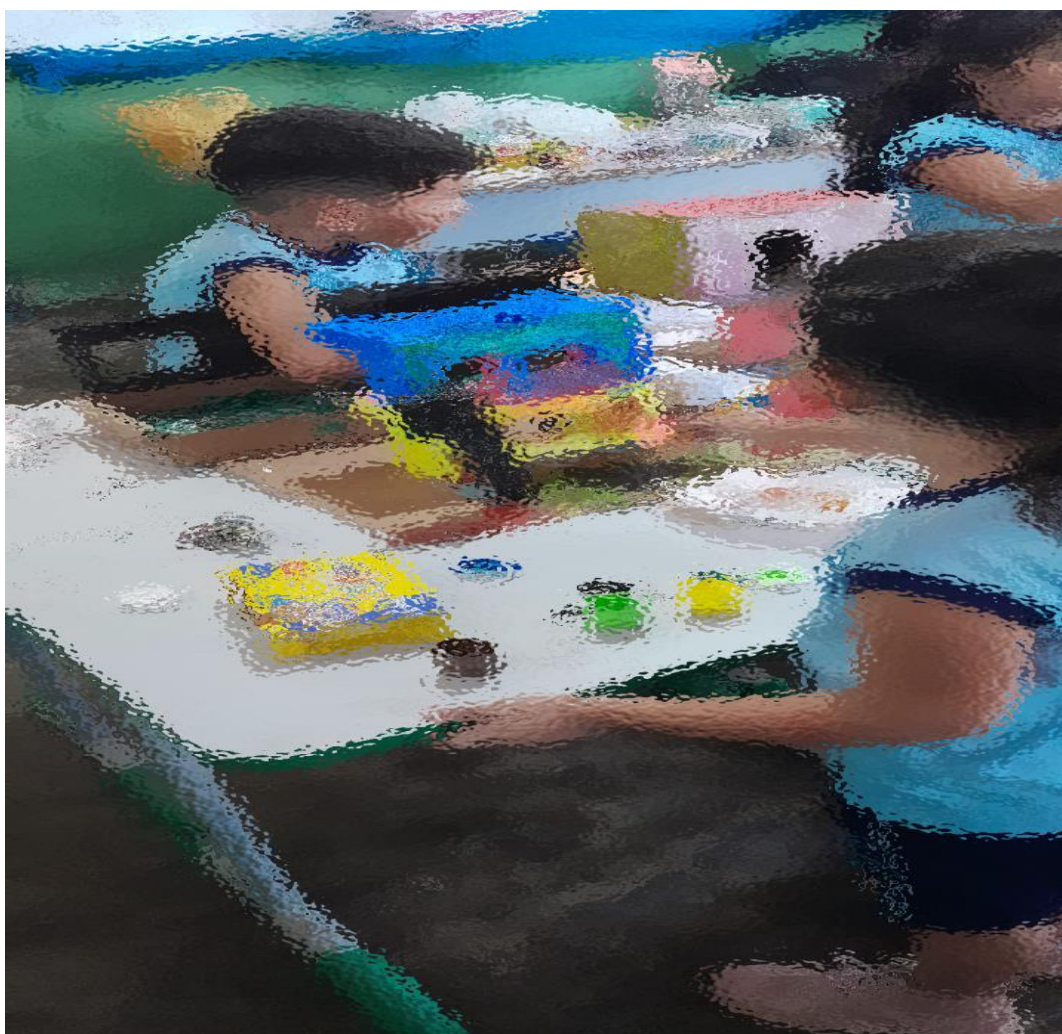
Fonte: A autora (2025).

Figura 17: Oficina com materiais para confecção de jogos e brinquedos.



Fonte: A autora (2025).

Figura 18: Oficina para confecção da maquete representativa de uma favela.



Fonte: A autora (2025).

Nesse contexto, buscou-se potencializar a autonomia das crianças com o intuito de que elas/es pudessem se expressar a partir da construção e confecção dos materiais sugeridos, sendo assim, cada grupo foi organizado e supervisionado ao longo de todo processo, para que conseguissem desenvolver suas habilidades e imaginação quanto às atividades em foco. As crianças reproduziram jogos como o jogo da velha – utilizando palitos de picolé –, foguetes, binóculos, pega-pega e a representação de uma favela por meio de uma maquete.

No quarto dia (05/06/2025) da aplicação da proposta didática, as crianças foram convidadas pela escola para participarem da Semana de Educação Ambiental realizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal de Educação do município de Palmeira dos Índios/AL, para se apresentarem e mostrar as produções desenvolvidas durante a semana de comemoração ao meio ambiente. Nesse sentido, a partir da autorização dos pais e/ou responsáveis algumas crianças tiveram a oportunidade de apresentarem no estande suas produções e dos colegas, bem como, dialogar sobre a escritora Carolina Maria de Jesus e sua

obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

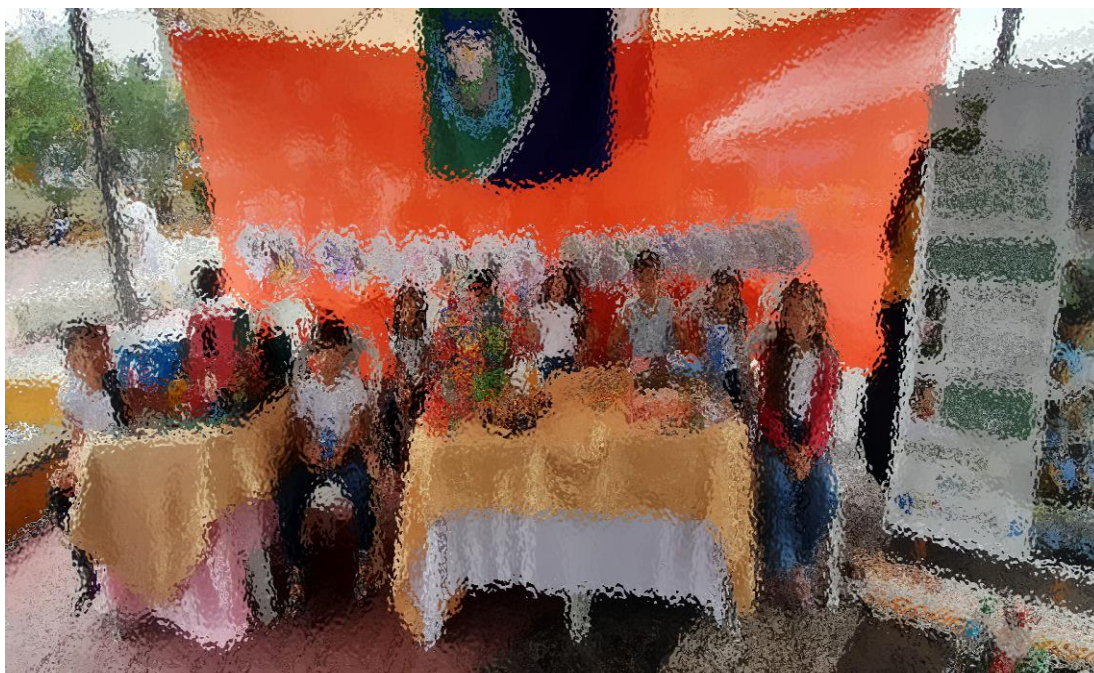
Na Semana de Educação Ambiental, as/os educandas/os, educadoras/es de outras escolas e a sociedade tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos produzidos, como também atividades culturais que aconteceram na praça da Independência. Assim, oportunizou socializar e compartilhar as experiências e saberes que foram construídos ao longo da aplicação da sequência didática voltada para conscientização sobre a Educação Ambiental. As figuras 19, 20 e 21 mostram a participação das crianças na “Semana de Conscientização da Educação Ambiental” realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente do município de Palmeira dos Índios/AL.

Figura 19: Participação na Semana de Educação Ambiental da SEMED.



Fonte: A autora (2025).

Figura 20: Participação na Semana da Educação Ambiental da SEMED.



Fonte: A autora (2025).

Figura 21: Participação na Semana de Educação Ambiental da SEMED.



Fonte: A autora (2025).

As figuras 20 e 21 são da apresentação das produções desenvolvidas pelas crianças ao longo da aplicação da sequência didática, em que tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências e saberes com outras crianças das demais escolas que estavam visitando os estandes. O momento foi oportuno para troca de experiências entre educandas/os, educadoras/es, coordenadoras/es, diretoras/es e toda comunidade em geral, sobre a importância de desenvolver problemáticas a partir da temática da Educação Ambiental, como também conhecer a história e a literatura de Carolina Maria de Jesus.

No quinto dia (06/06/2025) de aplicação da sequência didática, aconteceu a Culminância do projeto como o tema “Carolina: ciência e arte pelas mãos de crianças”, com a participação dos pais e/ou responsáveis, no momento as crianças puderam apresentar as atividades realizadas em sala e em campo, como também relatar as experiências e vivências ao longo das atividades consolidadas. Além disso, houve um momento de socialização com a pesquisadora/educadora da turma e um lanche, com a intencionalidade de ser um momento acolhedor e reflexivo. Com efeito, poucos pais e/ou responsáveis se fizeram presentes neste encontro. As figuras 22 e 23 a seguir apresentam o momento da culminância da sequência didática:

Figura 22: Culminância das produções desenvolvidas pelas crianças.



Fonte: A autora (2025).

Figura 23: Culminância das produções desenvolvidas pelas crianças.



Fonte: A autora (2025).

Na Culminância, os pais e/ou responsáveis tiveram a oportunidade de observar as produções construídas pelas crianças, bem como a escuta atenta sobre os conhecimentos adquiridos ao longo da aplicação da sequência didática. Os pais e/ou responsáveis também compartilharam suas percepções quanto às atividades realizadas durante a aplicação da sequência didática e suas vivências em casa com suas/seus filhas/os, apresentando relatos sobre novos hábitos adquiridos pelas crianças, em relação a não jogar lixo no chão, por exemplo.

Uma pauta relevante que foi se construindo ao longo da aplicação da sequência didática se deu quando as crianças começaram a verbalizar sobre as problemáticas que envolve o descarte irregular do lixo na rua. Na perspectiva de que as/os participantes iniciaram um processo de conscientização sobre o local adequado de realizar o descarte do lixo – nas lixeiras –, como também o malefício ocasionado por uma postura contrária para o meio ambiente.

Os relatos dos pais e/ou responsáveis foram de suma importância, visto que permitem problematizar a existência de uma possível aprendizagem relacionada ao meio ambiente. Na sequência será apresentada as produções desenvolvidas pelas/os participantes da pesquisa, bem como o uso da informação imagética para conseguir categorizar os elementos contidos nos desenhos, para que assim fosse possível realizar a interpretação dos dados e construir as categorias de análise.

4.4 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO IMAGÉTICA

O método da pesquisa para análise dos dados está pautado na análise da informação imagética. A escolha por esse método se deu a partir de pesquisa e dá compreensão de sua relevância quando os dados da pesquisa são a partir de análise de desenhos. Nesse caso, vale salientar que as/os sujeitas/os participantes desta pesquisa são crianças de seis (06) e sete (07) anos de idade, matriculados numa turma de 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assim se encontram no processo de alfabetização.

Ambas as análises escolhidas permitem que dados sejam analisados, categorizados e interpretados, perante o conceito de inclusão e exclusão que vão sendo construídos a partir de pesquisas e investigações rigorosas pela pesquisadora. Suarez e Franczak (2023) dialogam que “sabemos que somos imagéticos, características que nos permite a partir de imagens, construirmos leituras com significados de diversas maneiras e intensidades” (2023, p. 97). A imagem, o desenho e as técnicas de escrita possibilitam identificar padrões e significados atribuídos pelas/os sujeitas/os de ação. Sobre informação imagética, Suarez e Franczak (2023, p. 97) ainda complementam que:

Destacamos a importância da imagem, da leitura de imagem no processo de ensino para a formação do fruidor [...] O educador deve ser o mediador desse processo de leitura, na orientação desse olhar para que então, a criança, o jovem e o adulto passem a construir seus próprios significados imagéticos.

A utilização da informação imagética surgiu da perspectiva de compor uma pesquisa que valorize as produções das crianças, e que esteja preocupada em fornecer uma reflexão crítica a partir das percepções atribuídas pelas crianças diante da aplicação da sequência didática “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”. Nesse contexto, ao término da aplicação da sequência didática, foi solicitado que as crianças por meio do desenho e da escrita representassem a sua percepção sobre as atividades desenvolvidas, bem como a discussão sobre a importância de preservar o meio ambiente e a relevância do trabalho realizado pelas/os catadoras/es de materiais recicláveis do nosso país, em articulação com a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020), da escritora Carolina Maria de Jesus.

Santos, Alves e Oliveira (2019, p. 54) nos ajudam a pensar sobre a relevância de incorporar nas análises de pesquisa o método da informação imagética, discorrendo que:

A informação só pode ser tratada após ser registrada, e que esses registros materiais necessitam de metodologias específicas às suas características peculiares. Abordam esse processo a partir do contexto da informação imagética em ênfase nas imagens artístico-pictóricas (pinturas).

A informação imagética possibilita a partir da sua metodologia e abordagens promover a análise de materiais que não são documentos, entrevista e aplicação de questionários, por exemplo. O método da informação imagética argumenta a necessidade de transferência entre códigos visuais que estão inseridos na imagem para uma linguagem verbal. Para Santos, Alves e Oliveira (2019, p. 54), “a análise das características das imagens permite entender, de forma mais clara, o modo como essas imagens podem ser trabalhadas para sua efetiva recuperação”.

Nesse sentido, é pertinente ressaltar que este método é constituído por abordagens metodológicas que contribuem para sistematização e conceitualização do material a ser analisado. Assim, a análise desta pesquisa se pautou na percepção de Manimi (2002), contudo, sofreu adaptações pois o objeto de estudo partirá das produções de desenhos das crianças do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e não de obras de artes – o método imagético tem sua fundamentação na análise de obras de arte –, mas nesse caso, haverá uma adaptação na elaboração da categorização.

Durante aplicação da proposta da sequência didática “Semana de Conscientização da Educação Ambiental”, vinte (20) crianças participaram das atividades, e como objeto de finalização foi solicitado que as/os participantes da pesquisa por meio do desenho e da pintura expressassem o que viveram nas aulas em sala a partir dos diálogos da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e o meio ambiente. Santos, Alves e Oliveira (2019) nos ajudam a pensar sobre a relevância de incorporar nas análises de pesquisa o método da informação imagética, discorrendo que:

A informação só pode ser tratada após ser registrada, e que esses registros materiais necessitam de metodologias específicas às suas características peculiares. Abordam esse processo a partir do contexto da informação imagética em ênfase nas imagens artístico-pictóricas (pinturas) (2019, p. 54).

A informação imagética possibilita a partir da sua metodologia e abordagens promover a análise de materiais que não são documentos, entrevista e aplicação de questionários, por exemplo. Segundo Santos, Alves e Oliveira (2019, p. 54), “a análise das características das imagens permite entender, de forma mais clara, o modo como essas imagens podem ser trabalhadas para sua efetiva recuperação”.

Na sequência, será apresentada as produções das crianças e, posteriormente, a análise da informação imagética utilizada para verificação das produções das/os participantes desta pesquisa, com o intuito de caracterizar os elementos contidos em suas produções. Além das interpretações construídas a partir dos processos de análise e observação dos dados presentes

nos desenhos, com o intuito de fortalecer o debate sobre os caminhos de uma conscientização sobre o meio ambiente.

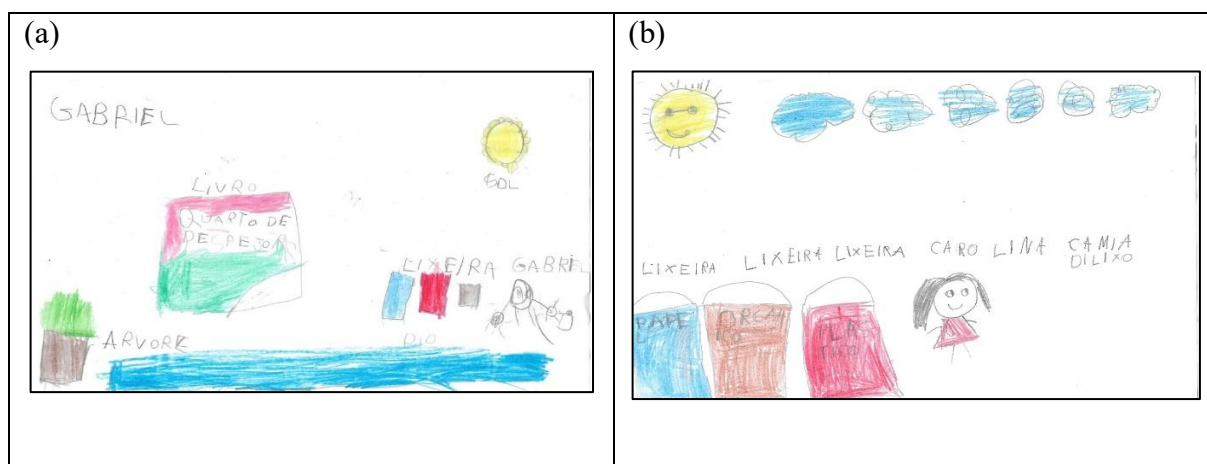
4.5 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO IMAGÉTICA ADAPTADA PARA OS DESENHOS CONSTRUÍDOS PELAS CRIANÇAS

A sequência didática, intitulada “Semana da conscientização da Educação Ambiental”, iniciou no dia 03/06/2025 e terminou no dia 06/06/2025 com a produção final das crianças. No momento das atividades, as crianças puderam expressar sua percepção quanto os diálogos referentes ao Ensino de Ciências, Educação Ambiental e uma Educação Antirracista que, amparada pelos trechos da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, busque pensar a inclusão de pesquisas e escritas de mulheres e homens negras/os para uma formação igualitária e antirracista.

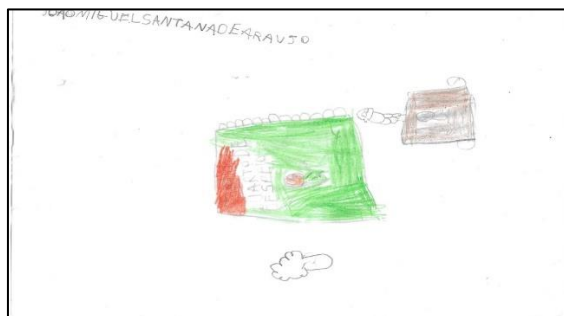
Para seriedade da pesquisa, e preservação da identidade das crianças, seus nomes serão cobertos para que não haja identificação das/os participantes da pesquisa. Vale ressaltar que a pesquisadora é a docente titular da turma desde do dia 17/03/2025, por meio de aprovação, nomeação e posse em concurso público.

A seguir serão apresentados os desenhos criados pelas/os participantes da pesquisa que terá como base a análise da informação imagética sob a ótica de Simt (1987) e Manni (2002), tendo a caracterização e descrição adaptada pela pesquisadora em questão, com a finalidade de dar rigorosidade à pesquisa, como também a interpretação dos dados. Sendo assim, será apresentando as produções das/os participantes desta pesquisa, para que, na sequência, seja exposto as categorias de análise a seguir:

Figura 24- A obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e a Educação Ambiental



(c)



(d)



(e)



(f)



(g)



(h)



(i)



(j)



(k)



(l)



(m)



(n)



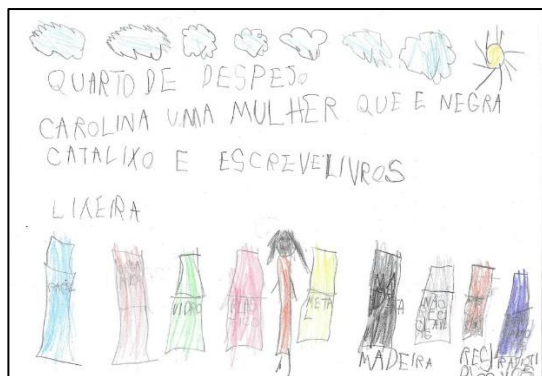
(o)



(p)

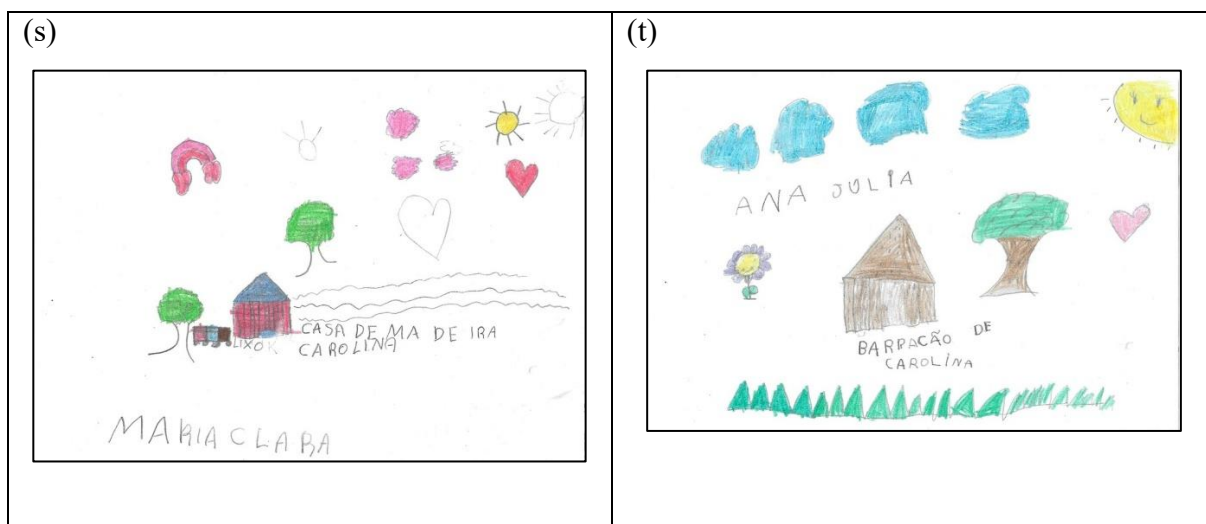


(q)



(r)





Fonte: A/os participantes da pesquisa (2025)

As Figuras, como já descrito, são as produções desenvolvidas pelas/os participantes da pesquisa. As atividades foram construídas a partir da percepção de cada sujeita/o diante de suas vivências e experiências durante o período da aplicação da sequência didática. Nesse sentido, é pertinente ter consciência que as obras das crianças partem de uma percepção única de cada indivíduo sob a realidade que lhes foi imposta.

Contudo, foi primordial pensar o desenho infantil como um processo criativo e significativo para consolidação de um produto de análise para esta pesquisa. O que se pontua é que o desenho também pode percorrer o campo da linguagem, imaginação, memória, emoção, significado e percepção, por exemplo. E diante disso, pode ser incorporada dentro de pesquisas, nas quais busque refletir de maneira crítica sobre questões urgentes como a construção de uma conscientização ambiental.

Natividade, Coutinho e Zanella (2008, p. 12) descrevem que “no processo de elaboração do desenho também está presente a imaginação, pois a criança observa a realidade e registra desta aquilo que lhe é significativo, sendo os diversos recortes dessa realidade combinados imaginativamente e objetivados por meio do desenho”. Por isso, o desenho infantil é compreendido como um meio a ser explorado quando se busca observar as perspectivas dos participantes que são crianças sobre as atividades realizadas durante a aplicação de uma pesquisa.

Sendo assim, se buscou analisar e interpretar os dados sob uma ótica crítica da Educação Ambiental Antirracista, para isso, foi criado categorias de análise que possibilitaram reflexões pertinentes quanto ao objeto de estudo desta pesquisa. A metodologia da informação imagética possibilitou criar três (3) categorias de análise, que são: A) O passado; B) O futuro; C) O

presente. Nesse sentido, as categorias foram criadas e pensadas mediante as observações sobre temáticas que estabeleciam conexão com temas relacionados ao Ensino de Ciências da Natureza, mais precisamente os que se destacavam com as questões ambientais.

4.6 CATEGORIAS DE ANÁLISE SOBRE AS PRODUÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O processo de categorização envolveu uma visão sobre o ponto de partida que cada desenho foi construído, assim estabelecendo as três (03) categorias de análise: A) O passado; B) O futuro; C) O presente. Além disso, se buscou refletir de maneira crítica quanto à possível presença do tema da Educação Ambiental Antirracista nos desenhos produzidos pelas/os participantes desta pesquisa. A seguir será apresentado as categorias de análise:

A) O passado

As figuras 24 (l), (p) e (r) foram incluídas na categoria “O passado”, pois os desenhos produzidos pelas crianças fazem uma relação ao trabalho exercido por Carolina Maria de Jesus – catar materiais recicláveis. Por meio do desenho e frases, as crianças conseguiram retratar como era a labuta de Carolina em busca de materiais recicláveis (papelão, papel, sacolas e garrafas plásticas, ferro etc.) nas ruas para serem vendidas nos armazéns e, posteriormente, comprar alimentos e produtos de limpeza.

Além disso, é possível entender que os desenhos poderão fazer referência a atividade realizada por pessoas na atualidade, assim tendo o reflexo do passado no presente. A luta pela sobrevivência sempre esteve como o centro da vida de Carolina, em que todos os dias tinha que acordar cedo, para realizar o seu trabalho e tentar conseguir o mínimo para matar a fome daquele dia. Na leitura de “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, a escritora narra diversos momentos a impossibilidade de ir trabalhar durante os períodos chuvosos que dificultava o recolhimento dos materiais recicláveis para serem vendidos. Jesus (2020) descreve que:

22 de maio

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo. Sobrou macarrão, eu vou esquentar para os meninos. Cosinhei as batatas, eles comeram. Tem uns metais e um pouco de ferro que eu vou vender no Seu Manuel. Quando o João chegou da escola eu mandei ele vender os ferros. Recebeu 13 cruzeiros. Comprou um copo de água mineral, 2 cruzeiros. Zanguei com ele. Onde já se viu favelado com estas finezas? (Jesus, 2020, p. 44).

Nesse sentido, é relevante pensar que a situação descrita por Carolina é vivenciada nos dias atuais pelas pessoas que trabalham com a coleta de materiais recicláveis de maneira ainda mais severa diante das mudanças climáticas. Os catadores de materiais recicláveis têm sua renda a partir do que conseguem catar na rua e qualquer alteração do tempo pode dificultar o seu trabalho tendo reflexo direto na sua renda e na sua saúde. Santos e Mattos (2025) dialogam sobre as consequências da crise climática na vida destas pessoas, quando relata que:

No caso dos catadores de materiais recicláveis, as mudanças climáticas afetam suas vidas diretamente, uma vez que as condições extremas do clima aumentam os desafios diários desses trabalhadores. A intensificação de fenômenos como chuvas fortes, secas prolongadas e temperaturas extremas pode prejudicar o acesso aos locais de coleta, tornando o trabalho mais difícil e perigoso. Além disso, a maior frequência de tempestades e inundações compromete os pontos de armazenamento e separação dos materiais recicláveis, muitas vezes destruindo o que foi coletado ou transformando o ambiente em insalubre. A escassez de recursos também pode afetar a demanda por recicláveis, resultando em uma redução nas oportunidades de trabalho e, consequentemente, na renda dos catadores (2025, p. 204).

Quando abordamos a temática da Educação Ambiental Antirracistas, buscamos questionar com nossas/os educandas/os problemáticas como a importância da preservação do meio ambiente e como as mudanças climáticas afetam, principalmente, a população subalternizada e marginalizada. A crítica que fazemos está relacionada a perceber as injustiças sociais que as minorias são expostas diante de uma sociedade estruturalmente racista (Almeida, 2021) que se utiliza dos recursos naturais para enriquecimento da classe dominante.

Nessa perspectiva, dialogar sobre promoção de uma educação ambiental é possibilitar que questões de raça, gênero e classe também possam ser debatidas nas aulas de ciências. Sendo assim, é pertinente enquanto educadoras/es pensar sobre práticas didáticas possíveis de serem desenvolvidas com as/os educandas/os que abordem temas caros a uma formação igualitária e antirracista.

Ainda quando abordamos os problemas relacionados as crises climáticas e o trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis, temos o discurso de Santos e Mattos (2025), complementando que:

A degradação ambiental causada pelas mudanças climáticas é outro fator que pode comprometer a saúde dos catadores de materiais recicláveis, que estão expostos a produtos tóxicos e materiais contaminados com recorrência. O aumento da poluição e o acúmulo de resíduos em áreas vulneráveis fazem esses trabalhadores ainda mais suscetíveis a doenças respiratórias, alergias e intoxicações. Sem acesso a condições adequadas de proteção ou cuidados médicos, os catadores enfrentam riscos constantes, prejudicando sua qualidade de vida. As mudanças climáticas não apenas tornam o trabalho mais penoso, mas também ampliam as disparidades socioeconômicas, intensificando a vulnerabilidade desses trabalhadores e mantendo-os marginalizados (2025, p. 204).

Nesse contexto, é que se faz urgente pensar em estratégias para reduzir as consequências da crise climática a partir de uma tomada de consciência sobre os impactos do sistema capitalista. É pertinente que os saberes dos povos indígenas, dos cientistas, dos ativistas do meio ambiente e demais agentes da sociedade sejam ouvidos e respeitados, para que ações aconteçam para a construção de sociedades mais conectadas com a natureza.

Krenak (2022) apresenta uma visão de mundo para esse diálogo, quando descreve que:

A cidade foi invadida pela indústria e pela produção e transformou a lógica de vida coletiva em vida privada. É precioso observar que os registros sobre os maias e os astecas falam de uma cultura com muita urbanidade, mas em um sentido expandido. Não evocam propriamente a cidade, mas um modo de ser e pertencer a uma dinâmica coletiva. Nesse sentido, os xinguanos, em suas cidades-jardim, também tem muita urbanidade. Quando Davi Kopenawa narra as alianças entre os humanos e os *xapiri*, os espíritos da floresta, está falando da mesma coisa. Temos que reflorestar o nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficarmos repetindo os gregos e os romanos. Vamos erguer um bosque, jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades (Krenak, 2022, p. 26).

O desenvolvimento das cidades não se deu de maneira igualitária para todos, já afirmava Carolina Maria de Jesus quando em seu livro fez analogia as favelas como sendo o quarto de despejo – local que se coloca os objetos em (des)uso. As favelas e/ou periferias foram surgindo pelo movimento de marginalização sofrido, principalmente, pela população negra durante o período Republicano. Brum, Gonçalves e Amoroso (2024) descrevem que:

Sem ter mais a escravidão como instituição legal, o Estado e as elites brasileiras manteriam a pobreza urbana, majoritariamente negra, a partir do permanente controle sobre os “vadios” e seus espaços na cidade. Tais políticas tentaram excluir o enorme contingente negro do centro da cidade, não os considerando como pessoas dignas de compartilhar essa área da cidade com a elite branca, e tal concepção permeou o surgimento das primeiras favelas (2024, p. 3).

O controle dos corpos negros pelo Estado e pelos grupos dominadores determinam os espaços e os trabalhos que estes sujeitos devem ocupar na sociedade. Nas figuras 24 (l), (p) e (r) retrata por meio do desenho o trabalho de cidadãos que possivelmente poderiam residir em localidades como favelas, periferias, cortiços e/ou em situação de rua e que são desassistidos pelas políticas públicas.

Nas sociedades democráticas, as formas de opressão se dão de maneira diferente, por meio do discurso de igualdade, que mascaram as violações que os sujeitos marginalizados são submetidos. Pensar como o conceito de democracia é utilizado pelo Estado nos ajuda a

problematizar sobre as condições desumanas impostas a classe trabalhadora regulamentando o seu comportamento perante as injustiças sociais. Achille Mbembe (2017) contextualiza que:

A violência dos corpos foi substituída pela força das formas. A regulação dos comportamentos, o governo das condutas, a prevenção da desordem e da violência são, doravante, realizados por rituais plenamente aceites. Ao imporem uma distância entre os indivíduos, formas e rituais, contribuíram para uma civilização dos costumes pelos costumes. Subitamente, as sociedades democráticas deixavam de assentar, como os regimes monárquicos ou tirânicos, no princípio da obediência a um homem forte, com o poder de outorgar sozinho à sociedade a possibilidade de se disciplinar. Em grande medida, a sua força residia na força das formas (2017, p. 32).

Nesse contexto, percebe-se que nas sociedades democráticas as violências não deixaram de existir, apenas são instauradas por novos modelos de imposição de sua força sobre os indivíduos. As violações dos direitos ainda acontecem, mas agora dentro das normas legais, ou seja, com mecanismos desenvolvidos pelo Estado para a segregação das lutas, gerando o sentido de individualidade nos grupos minoritários.

Urge a necessidade de uma formação docente que inclua desde práticas didáticas até a descolonização dos conteúdos, com a finalidade que temáticas sobre raça, gênero e classe sejam desenvolvidas com os educandos a fim de promover uma consciência antirracista. Na próxima categoria de análise, buscou-se identificar os desenhos construídos pelas/os participantes da pesquisa que poderiam ser incluídos numa realidade futuristas e otimista sobre o meio ambiente.

B) O futuro

As figuras 24 (b), (d), (e), (m), (o) e (q) apresentam uma perspectiva de um futuro utópico, ou seja, a representação de uma sociedade desejável que só poderá ser alcançada por da superação das condições de desigualdade social. Nas figuras que constituem a categoria de futuro é possível observar um mundo que convive em harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente, alinhados num conceito de coletividade.

Os desenhos se destacam por uma ótica positiva, em que existe a coleta de lixo de seletiva, uma natureza que se apresenta esperançosa ao ter em seu entorno borboletas e sol (com sorrisos), corações multicoloridos que se conectam com o espaço, um rio limpo, uma Carolina que também se encontra numa ideia otimista sobre aquela realidade.

O que vale reforça que a atividade foi desenvolvida por crianças que residem no interior da região do agreste alagoano, em que a coleta seletiva, saneamento básico e água encanada não é uma realidade vivenciada pelos moradores daquela comunidade. As crianças participantes

da pesquisa têm uma realidade próxima a descrita por Carolina em suas obras literárias quanto à questão da falta e/ou inexistência de saneamento básico.

Jesus (2020) descrevia que na favela os excrementos ficavam expostos na rua, a inexistência de água encanada e a falta de coleta dos lixos dentro da favela. Na Constituição Federal (1988), em seu artigo 3º, no parágrafo III, tem como objetivo fundamental “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (p. 9). Já no art. 200º sobre o sistema único de saúde e, em seu parágrafo IV estabelece nos termos da lei a “IV-participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico” (Brasil, 1988, p. 111).

Nessa perspectiva, a Constituição Federal (1988) que discorre sobre os direitos essenciais de todo o povo brasileiro e dentre eles temos na temática da saúde pública a questão do saneamento básico, como uma maneira de garantir a dignidade das pessoas. Urge a necessidade de tratar temas como saneamento básico, coleta seletiva e água potável, por exemplo, dentro dos espaços de formação, para que, haja problematizações sobre a realidade vivenciada pelos educandos.

Para construção de uma sociedade igualitária, é preciso que as leis estabelecidas nos documentos oficiais sejam de fato colocadas em prática, na premissa que a qualidade de vida e a humanidade das pessoas estejam no centro das políticas públicas. Promover o acesso à dignidade e as condições de oportunidade numa perspectiva de equidade é entender sobre quais estruturas o nosso país foi alicerçado e, assim possibilitar que reparações históricas possam ser implementadas, visando aquelas/es que mais sofreram/sofrem com o processo de colonialidade.

Achille Mbembe (2018) alerta sobre como o Estado opera em detrimento dos seus interesses e como os direitos humanos são violados em relação a uma política de morte, que nega os direitos das/os sujeitas/os lhes colocando em situações de vulnerabilidade. Neste sentido, Rodrigues (2024) acrescenta que:

Existe uma desigualdade socioambiental e uma discriminação evidente na forma de vivenciar a degradação ambiental por determinadas populações, como por exemplo, na falta de acesso a recursos naturais e serviços ambientais de qualidade, a instalação de indústrias tóxicas, na perda de territórios ancestrais, bem como na exposição desproporcional a riscos e desastres naturais (Rodrigues, 2024, p. 151).

Quando observamos as figuras (b), (d), (e), (m), (o) e (q), percebe-se que as crianças conseguiram produzir em seus desenhos uma sociedade, na qual não há a existência de desigualdade socioambiental, temos uma sociedade que está estruturada no bem-estar coletivo. Assim, se desvinculando da ideia de individualidade e não mais um ambiente explorado pelo

capitalismo, mas sim um lugar viável de se conviver em harmonia. Nas figuras (b), (o) e (q), as crianças apresentam desenhos de lixeiras de coleta seletiva, caminhão de lixo, pessoas colocando lixo dentro das lixeiras, corações multicoloridos, borboletas e a representação de uma Carolina futurista.

Nas figuras 24 (b) e (q), é perceptível o desenho de uma Carolina “feliz” entre as lixeiras de coleta seletiva, não mais aquela mulher que residia na extinta favela do Canindé em São Paulo e que para sobreviver realizava o trabalho de catadora de materiais recicláveis. Na figura (m), a criança traz elementos como árvores frutíferas, flores (com rosto), montanhas, corações, sol (com rosto), animais (borboleta e boi), arames (usado para demarcar um terreno) e um saco de lixo com um rosto feliz, um céu cheio de nuvens, no qual todos estes elementos se encontram compartilhando um mesmo espaço.

Nas figuras 24 (e), (k), (s) e (t), os desenhos produzidos pelas crianças apresentam uma certa similaridade entre si, pois projetam Carolina sobre uma realidade futurista, em que a escritora vive em lugar desejável. Nessas figuras 24 (e), (k), (s) e (t) existe a coleta seletiva, rios limpos, ar puro e uma Carolina que convive em harmonia com a natureza, o que Ailton Krenak (2020) discute sobre como deveria ser a relação entre os seres humanos e a terra, como um ser único; a natureza.

A separação construída sobre ótica capitalista que busca desvincular os humanos da natureza transformou os sujeitos nos principais destruidores da humanidade no planeta terra. A busca constante em se apropriar dos recursos naturais e devastar microrganismos existentes na natureza sobre um discurso civilizatório coloca em risco a vida das pessoas, principalmente, dos mais pobres. Ailton Krenak (2020, p. 7) faz uma reflexão sobre esta perspectiva, quando discorre que “esse pacote chamado humanidade vai sendo deslocado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo uma abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos”.

O imaginário de uma sociedade utópica presente nos desenhos permite refletir como as crianças conseguem vislumbrar uma realidade positiva, em que as pessoas possam ter sua dignidade respeitada. A visão otimista das/os educandas/os é um reflexo da capacidade que elas/es têm de poder dialogar sobre temas relacionados a uma Educação Ambiental Antirracista. Sendo assim, a próxima categoria elencada é “o presente”, na qual foi selecionada as figuras que projetam uma compreensão do presente retratada pelas crianças em seus desenhos.

C) O presente

Nas figuras 24 (a), (g) e (n), os desenhos apresentam o presente, ou seja, o que as crianças vivenciaram e presenciaram na atividade de campo se colocando como protagonista nas atividades e representando o que observaram durante a tarefa. Nas figuras 24 (a) e (b), as crianças reproduziram o processo de recolher os lixos encontrados entorno do rio e das ruas próximas a escola, bem como a separação de cada objeto para sua lixeira adequada, na qual foi uma atividade que realizam durante a aplicação da sequência didática.

Na figura 24 (g), a criança apresenta em seu desenho os objetos encontrados durante a aula de campo, como também os elementos referentes à natureza recriando representações de gato, borboleta, mariposa, espinhos, flores e matos. Dentro dessa realidade projeta a criança consegue evidenciar o descarte irregular de objetos em (des)uso como o sofá e bola. Em sua construção também faz referência ao livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e a representação de Carolina, ou seja, transmite elementos que se encontram em seu presente.

A visão descrita nos desenhos produzidos pelas crianças manifesta a ideia do presente por meio do contexto relatado o que possibilita problematizar a criticidade que envolveu o seu processo criativo. Pensar uma Educação Ambiental Antirracista é promover uma formação crítica sobre questões que são relevantes para a construção de uma sociedade mais justa e com uma população consciente sobre seus direitos e deveres.

Antunes, Lehner e Ribeiro (2025) reforçam que:

A educação ambiental crítica pode ser um instrumento crucial para a cobrança da efetividade das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade. Através da análise crítica e da mobilização social, os alunos podem contribuir para a implementação de políticas públicas mais justas e ambientalmente responsáveis. A educação básica visa formar cidadãos críticos, capazes de questionar práticas insustentáveis e defender seus direitos em relação ao meio ambiente. Essa perspectiva se conecta com os princípios da justiça ambiental, que busca garantir a igualdade de acesso aos recursos naturais e a proteção dos grupos mais vulneráveis aos impactos ambientais, como comunidades tradicionais e minorias étnicas. A educação ambiental crítica pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, ao promover a conscientização sobre as desigualdades socioambientais e a importância da participação cidadã (2025, p. 6).

Nessa perspectiva, é primordial desde o Ensino Infantil perpassando sobre as demais etapas da Educação Básica as crianças sejam envolvidas em projetos e diálogos que abordem o tema sobre Educação Ambiental, para que compreendam as injustiças sociais que determinados sujeitos são impostos, por meio de uma estrutura capitalista. Ângela Davis (2022, p. 83) discorre sobre a possibilidade da construção de um novo, quando afirma que “outro mundo é possível, e, apesar da hegemonia de forças que promovem a desigualdade, a hierarquia, o

individualismo possessivo e o desprezo pela humanidade, acredito que podemos trabalhar em conjunto para promover uma transformação social radical”.

O trabalho coletivo desenvolvido em sala com as crianças a partir de narrativas como a Educação Ambiental poderá ser uma forma de transformação, na medida em que, seja possível a construção de uma consciência crítica sobre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de atividades sustentáveis sem suas comunidades. Vale ressaltar que durante as aulas foi abordado que a atividade de catar materiais recicláveis se enquadra em uma profissão, ou seja, é um trabalho realizado por um grupo de pessoas que retiram das ruas objetos que podem ser vendidos para cooperativas e/ou empresas destinadas a esse tipo de atividade.

Por certo, que o trabalho como catadores de materiais recicláveis não se delimita em quanto o seu gênero e raça, mas sim, diante de uma concepção de classe social que se ocupa dentro da sociedade. No entendimento que não é apenas a questão da raça ou do gênero que determina as opressões, mas a classe que essa pessoa ocupa na sociedade capitalista também vai delimitar quais empregos e espaços deve ocupar.

Delgado e Stefancic (2021), em sua obra “Teoria crítica da raça: uma introdução”, apresentam uma perspectiva cara para nossa discussão quanto à questão binária que envolve o sujeito branco e a classificação de raça também desenvolvida pelo colonizador. A construção binária de raça pode mascarar em algum nível o projeto dos grupos dominantes em individualizar e desqualificar lutas que poderiam ser de interesse comum para as minorias, enfatizando que:

O pensamento binário, que se concentra em apenas dois grupos, geralmente o branco e algum outro, pode ocultar o complexo de tabuleiro do progresso e retrocesso radical e esconder a forma como a sociedade dominante muitas vezes lança grupos minoritários uns contra outros, em detrimento de cada um deles (Delgado e Stefancic, 2021, p. 97).

É pertinente pensar sobre o exercício de catar materiais recicláveis por Carolina Maria de Jesus durante os anos de 1948 e 1958, em paralelo aos dias atuais, em que essa atividade ainda é realizada por pessoas que vivem à margem da sociedade. Sendo que décadas se passaram entre o período em que Carolina viveu e a atualidade e, mesmo assim, este trabalho ainda é desenvolvido pela população que mais é desassistida pelas políticas públicas.

O que se buscou durante o período de aplicação da sequência didática foi problematizar com as crianças que esta realidade não é apenas de mulheres e homens não brancos, mas de todas/os aquelas/es que pertencem a camada subalternizada. Na

intencionalidade de reforçar a importância de construir mecanismos fortalecedores entre estas pessoas, para que, se possa lutar pela garantia de direitos primordiais como, a dignidade.

Nas figuras 24 (c), (f), (h) e (j), foram incluídas também na categoria presente, pois as crianças através do desenho reproduziram a capa do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, na qual foi um recurso utilizado durante as aulas e se fazia presente na realidade delas naquele momento. No desenho das crianças, elementos da natureza e lixeiras de coleta seletiva se interligam com a capa do livro, o que permite problematizar sobre a relação entre a construção de uma consciência crítica sobre a Educação Ambiental por meio dos trechos selecionados da obra de estudo da pesquisa.

A questão ambiental deve ser um debate sério que inclua a ótica crítica sobre como cuidar da terra e todos os bens que a natureza propõe a humanidade, no entendimento de que nenhum recurso é inesgotável, e sendo assim, “talvez revisitando conhecimentos não-europeus possamos nos tornar capazes de definir uma realidade que não privilegie a separação entre a natureza e a humanidade, que tem provado ser tão negativa para milhões de pessoas do planeta” (Cordeiro, 2021, p. 68).

Nesse sentido, o diálogo por uma Educação Ambiental é construído nesta pesquisa pela crítica ao sistema capitalista, como também na denúncia de como este modelo opera dentro das camadas sociais marginalizadas. Por isso, percebe-se que discutir essa temática na Educação Básica poderá ajudar a desenvolver uma reflexão-crítica a partir da sua práxis na construção de uma aprendizagem significativa e igualitária.

Sendo assim, foi possível perceber que as crianças participantes da pesquisa conseguiram manifestar durante e após aplicação da sequência didática uma visão crítica sobre as problemáticas dialogadas em grupo. A conscientização quanto à importância do trabalho realizado pelas/os catadoras/es de materiais recicláveis dentro da sociedade, além de pensar sobre as condições desumanas que essa atividade impõe aos seus trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de doutoramento teve como tese apresentar as potencialidades da inserção da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020) no currículo para o Ensino de Ciências da Natureza Antirracista. Nesse sentido, se fez necessário entender os preceitos que envolvem a descolonização do currículo, visto que o mesmo é um reflexo das visões eurocêntricas sobre educação no Brasil.

No decorrer do processo da pesquisa, evidenciou-se a urgência de trazer o debate sobre questões que envolve a descolonização do currículo e a inclusão de diálogos que permeiam a concepção de um ensino antirracista. Carolina Maria de Jesus a partir dos excertos de seu livro é um recurso didático para temas mobilizadores para o Ensino de Ciências da Natureza.

Urge a necessidade de compreender e inserir pesquisas e obras de mulheres e homens negras/os no currículo, com a finalidade de promover de fato uma educação para todas/os que se fazem presentes nestes espaços. O ensino deve ser alicerçado no entendimento de que as sociedades africanas, afro-brasileiras e indígenas são promovedoras de saberes e conhecimentos, assim desmistificando a ideologia de que a intelectualidade é privilégio do Ocidente. Romper com esses estereótipos é oportunizar a identidade e ancestralidade pertencente as/os sujeitas/os que ao longo do processo histórico-cultural da formação social tiveram/tem suas contribuições (des)qualificadas pelo processo de colonialidade.

Nesse caso, a construção de um currículo descolonizador, principalmente no Ensino de Ciências da Natureza, é viabilizar narrativas que diante da ótica eurocêntrica seriam inviáveis de se fazerem presentes no currículo e nas práticas didáticas de educadoras/es antirracistas. A luta é constante por um ensino que seja inclusivo e participativo dentro de debates que são pertinentes para classe trabalhadora.

A branquitude se utiliza de seus privilégios para disseminar ideologias que (des)qualifica o Outro. Dialogar sobre as estruturas epistemológicas da colonização e colonialidade é primordial para compreensão das narrativas amparadas por concepções como a meritocracia que justifica as injustiças sociais pelo esforço individual das/os sujeitas/os. Quando se procura por meio da pesquisa e de práticas didáticas antirracistas um ensino que transcenda às amarras impostas por uma educação elitista se contribui para o fortalecimento de uma aprendizagem para as massas.

Ser uma/um educadora/or antirracista é ressignificar sua compreensão sobre a formação da sociedade e das estruturas racistas que somos submetidos pelos ideários eurocêntricos e capitalista que usufruíram/usufruem da intelectualidade e tecnologia desenvolvida pelos povos

africanos e afro-brasileiros. Vale pontuar que a reivindicação está pautada em uma educação para todas/os. Diante disso, se defende que os conteúdos de ensino estejam alicerçados numa perspectiva descolonizadora do currículo que pesquise a história, os saberes e as tecnologias produzidas pelos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

A inserção de práticas didáticas antirracistas na metodologia da/o educadora/or poderá formar sujeitas/os com uma consciência igualitária e antirracista. Para que isso aconteça é necessário processos formativos que compreendam, principalmente, que o Ensino de Ciências da Natureza um fazer que estejam alinhados a uma concepção descolonizadora do currículo e da prática docente. O Ensino de Ciências da Natureza ao longo de sua concepção histórica privilegiou a visão do eurocentrismo disseminando estereótipos racistas e sexistas quanto às pessoas africanas, afro-brasileiras e indígenas, pois reforçavam a ideologia de inferioridade e marginalização destes dentro do campo científico, social, cultural e histórico.

Urge a necessidade de pesquisas que busque dialogar sobre uma formação crítica-reflexiva sobre como o Ensino de Ciências foi/é instituído no currículo entre os conteúdos e habilidades a serem aprendidos pelas/os educandas/os das escolas públicas. Na certeza de uma mudança séria e legítima é que pesquisadoras/es e intelectuais negras/os vêm abordando a urgência de uma análise sobre as concepções heteronormativas e racistas que dominam os espaços normativos de aprendizagem.

A luta para superação de tais ideias se dá mediante há um ato contínuo de fazeres e saberes articulados a formações e abordagens dentro de espaços formais como as universidades, institutos e as escolas, visto que a interação entre eles, é imprescindível para o campo investigativo, que esteja preocupado de fato com o respeito ao outro e as suas visões de mundo. Nesse sentido, se defende a perspectiva de que as lutas não devem ser fragmentadas, mas, unificadas, em que a união entre as camadas marginalizadas possa se estruturar para se defender contra as imposições daqueles/as que detêm o poder.

Ser uma/um educadora/or antirracista é tomar partido diante das injustiças sociais que determinados grupos sociais sofreram/sofrem e compreender a estrutura da sociedade, e como os privilégios brancos se ocuparam de posições de referência nas instituições. Nesse caso, o papel de uma/um educadora/or está em ter um olhar crítico sob sua prática docente, ou seja, entendo que é necessário construir métodos em sala de aula para inserção de saberes que não esteja centralizado no contexto histórico eurocêntrico.

Para isso, um caminho a ser seguido é analisar a estrutura curricular e inserir conteúdos que desmistifiquem o conceito de centralidade do saber, como por exemplo, ao estudar sobre os diversos tipos de moradia nas disciplinas de geografia e ciências dos anos iniciais do Ensino

Fundamental incluir as contribuições dos povos africanos com seus saberes arquitetônicos para construção de igrejas, casarões e prédios no país e/ou a tecnologia desenvolvida pelos povos originários na construção de suas moradias e ainda os saberes químicos e matemáticos difundidos pelos povos egípcios.

Ter essa consciência para a construção de práticas didáticas que sejam descolonizadoras poderá oportunizar uma formação antirracistas, na qual se entenda a importância de respeitar os saberes providos pelos povos africanos e afro-brasileiros e indígenas. Nesse sentido, quando se pensou em dialogar sobre um Ensino de Ciências da Natureza Antirracista a partir da obra literária de Carolina Maria de Jesus se teve como finalidade contribuir para a superação de uma visão eurocêntrica que invisibiliza as pessoas negras e suas obras.

Ao longo da escrita desta tese os desafios foram surgindo devido as dificuldades existentes na construção de diálogos que rompem com estereótipos racistas. Abordar temas como gênero, raça e classe no ambiente educacional, por vezes são compreendidos como (des)necessários e irrelevantes para o processo de aprendizagem. Assim, quando optamos por uma postura que vai de encontro a narrativas que desqualificam pesquisas como estas se faz primordial para evidenciar as potencialidades dos saberes dos povos afro-brasileiros.

Os desenhos produzidos pelas crianças foram objetos de estudo para a coleta de dados, que se utilizou da informação imagética para construir as categorias de análises. A partir dos dados obtidos, é possível observar o campo da aprendizagem das crianças sobre as temáticas dialogadas em sala. O intuito da pesquisa foi alcançado, bem como os objetivos delimitados, visto que as/os participantes da pesquisa conseguiram construir uma visão sobre as questões norteadoras que envolveu a percepção de uma Educação Ambiental Antirracista à luz da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

Diante disso, foi possível observar que as potencialidades da literatura de Carolina Maria de Jesus para problemáticas sob temas mobilizadores do campo do Ensino de Ciências da Natureza, bem como compreender como os diálogos por um Ensino Antirracista é urgente na formação das/os educadoras/es e educandas/os. Assim, se vislumbra para pesquisas futuras ampliar o debate sobre literaturas de mulheres/homens negras/os para construção de diálogos no campo da educação antirracista que contemple o Ensino de Ciências da Natureza.

Fortalecer pesquisas no campo do Ensino de Ciências da Natureza por uma perspectiva Antirracista é urgente dentre as produções acadêmicas que possibilite refletir sobre as amarras sistêmicas do colonialismo na formação de nossa sociedade. Trazer tais debates para os espaços de formação nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* como o da Rede Nordeste de Ensino é ressignificar um ensino que não se limite a reproduzir pesquisas alinhadas a concepções racistas

e elitistas, mas difundir pesquisas que desconstruam ideologias hegemônicas e eurocêntricas.

Nesse sentido, se buscou ao longo do percurso teórico-metodológico evidenciar que a ciência não é um privilégio eurocêntrico, mas que os saberes também foram/são produzidos pelos povos africanos e afro-brasileiros, como também pelos povos indígenas, assim desmistificando a ideia de que o conhecimento e a intelectualidade estavam atrelados a branquitude. Por isso, se reivindica por produções descolonizadoras de um currículo eurocêntrico na intencionalidade de debates que ampliem a visão de um ensino igualitário e antirracista, assim dar continuidade a estas problemáticas é um compromisso enquanto educadora/pesquisadora que busca pensar práticas didáticas antirracistas com educandas/os do Ensino Fundamental I.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2021.

ALENCAR, F. F. **Resiliência**: um exercício de reflexão teórica a partir da biografia da escritora Carolina Maria de Jesus. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALVINO, A. C. B. *et al.* Educação antirracista no ensino de química: sobre representatividade e osmose. **Revista Electrónica na Enseñanza de las Ciencias**. v. 21, n. 3, 2022, p. 598-618. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen21/REEC_21_3_9_ex1969_756.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

ANTUNES, C. A.; LEHNER, H. L.; RIBEIRO, L. G. G. Educação ambiental crítica e formação para sustentabilidade na educação básica. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**. v. 10, n. 2, p. 01-20, jan/jul, 2025. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/10926>. Acesso em: 04 fev. 2026.

ARAYA, J. B.; FONSECA, A. B. Propostas para uma educação intercultural em uma zona de sacrifício: o caso da “caleta loncura” no Chile. *In*: MONTEITO, B. A. P. *et al.* (orgs.). **Decolonialidades na educação em ciências**. São Paulo: Editora Livraria em Física, 2019.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER N. **O feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ASSIS, P. C. S. Cabelo, identidade e empoderamento: quebrando com padrões de beleza na escola. *In*: PINHEIRO, B. C. S.; ROSA, K. **Descolonizando saberes**: a lei nº 10.639/2003 no ensino de ciências. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, C. S.; MASSENA, E. P. Diálogos em foco: reconfiguração curricular e educação étnico-racial na formação docente em química. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 1, p. 1-23, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022.

BRUM, M.; GONÇALVES, R. S.; AMOROSO, M. Histórias e favelas cariocas: um encontro tardio. **Topoi**. v. 25, Rio de Janeiro, p. 1-23, e20220077, 2024 <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02505520>.

CAMARGO, M. J. R., BENITE, A. M. C. Cartografias do racismo e resistência: um breve levantamento histórico. *In*: BENITE, A. M. C., CAMARGO, M. J. R., AMAURO, N. Q.

(Orgs.). **Trajetórias de descolonização da escola: o enfrentamento do racismo no ensino de ciências e tecnologias.** Belo Horizonte: Nandyala, 2020.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a negritude.** 3 v. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CIRNE, M. B.; SOUSA, M. S. O. Racismo ambiental no Brasil: um olhar sobre o acesso desigual ao saneamento básico através dos dados do censo de 2022. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 10, n. 1, p. 56-77, jan./jul., 2024.

COSTA, R. N; CAMARGO; D. R.; SÁNCHEZ, C. Cinema ambiental freiriano: diálogos, imagens e conhecimentos populares. *In*: MONTEITO, B. A. P. *et al.* (orgs.). **Decolonialidades na educação em ciências.** São Paulo: Editora Livraria em Física, 2019.

CORDEIRO, P. R. O. Natureza no cosmo sentir bantu e a questão ambiental. **Kwanissa**, São Luís, n. 10, Dossiê: Pensamentos Geográficos Africanos e Indígenas, p. 63-75, 2021 63 ISSN 2595-1033

CUNHA JÚNIOR, H. Bairros negros e cidades negras: conceitos necessários para inclusão das populações negras nas histórias das cidades brasileiras. **Revista Campo da História**, v. 8, n.1, p. 273-286, 2023. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/100>. Acesso em: 20 jun. 2025.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **O sentido da liberdade: e outros diálogos difíceis.** São Paulo: Boitempo, 2022.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, R.; STEFANCIC, J. **Teoria crítica da raça: uma introdução.** 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

DEVELSKY, A. **Colorismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

DUSSEL, E. **1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.** Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUTRA, D. S. A.; CASTRO, D. J. F. A.; MONTEIRO, B. A. P. Educação em ciências e decolonialidade: em busca de caminhos outros. *In*: MONTEITO, B. A. P. *et al.* (orgs.). **Decolonialidades na educação em ciências.** São Paulo: Editora Livraria em Física, 2019.

FAUSTINO, G. A. A. *et al.* O papel do currículo sob a ótica cinematográfica de sarafina: uma experiência com a lei 10.639/2003 no ensino de química. *In*: BENITE, A. M. C., CAMARGO, M. J. R., AMAURO, N. Q. (Orgs.). **Trajetórias de descolonização da escola: o enfrentamento do racismo no ensino de ciências e tecnologias.** Belo Horizonte: Nandyala, 2020.

FARIAS, R. M.; SILVA, I. P. Propostas de ensino de ciências e de matemática a partir de invenções científico-tecnológicas de mulheres negras. **ACTIO: Docência em Ciências**. v. 8, n. 2, p.1-21, maio-ago. 2023.

FILGUEIRA, A. L. S. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 2, p.186-201, ago. 2021.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOUCAULT, M. **Os normais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Rio de Janeiro: **RBE**, 2002.

JESUS, C. M. **Casa de alvenaria, volume 1**: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, C. M. **Casa de alvenaria, volume 2**: Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. Sacramento: Berrolucci, 2007.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOSURDO, D. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (org.) **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MAIMONE, G. D., TÁLAMO, M. F. M. Metodologias de representação da informação imagética. **Transformações**, Campinas, v.21, n. 3, p. 181-196, set./dez., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/6CYp5vX9vCxFqQwNQTSXxL/?lang=pt> . Acesso em: 08 ago. 2025.

MENESES, M. P. Os desafios do sul: traduções interculturais e interpolíticas entre saberes multi-locais para amplificar a descolonização da educação. In: MONTEITO, B. A. P. *et al.* (orgs.). **Decolonialidades na educação em ciências**. São Paulo: Editora Livraria em Física, 2019.

MENEZES, A. K. *et al.* Educação ambiental desde el sur: da ruptura com a perspectiva colonial em busca de outras relações sociedade-natureza. In: MONTEITO, B. A. P. *et al.*

(orgs.). **Decolonialidades na educação em ciências**. São Paulo: Editora Livraria em Física, 2019.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

MIGUEL, L. F. O feminismo e a política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed., 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

NATIVIDADE, M. R.; COUTINHO, M. C.; ZANELLA, A. V. Desenho na pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. **Contextos Clínicos**, v.1, n.1, p. 9-18, jan/jun, 2008. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v1n1/v1n1a02.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2026.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” no IBGE. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela. **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAZ, L. K. S., SILVA, I. P. Colonialismo, racismo y capitalismo: diálogos sobre el epistemicidio, el saqueo epistémico y la diversidad étnico-racial en la enseñanza de las ciencias naturales, las matemáticas y la tecnología en Brasil. In: Pereira da Silva, I.; Lagos Reinoso, G. G.; Avalos Florez, E. D.. (Org.). **Experiencias colaborativas de investigación científica inclusiva multidisciplinar**: Universidad Politécnica Estatal del Carchi, 2022, v. 1, p. 15-381. <https://doi.org/10.32645/9789942914996>.

PEREIRA, C. L.; PEREIRA, M. R. S.; BIANCO, G. Lei nº 10.939/2003: o uso didático-pedagógico de filmes antirracistas para descolonização no ensino de ciências e matemática. **Research, Society and Development**. v. 11, n. 6, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27965/25128>. Acesso em: 15 set. 2023.

PINHEIRO, B. C. S. **História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras**. São Paulo: Editora Livraria de Física, 2021.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINHEIRO, B. C. S.; ROSA, K.; CONCEIÇÃO, S. “Linda preta”: discutindo questões químicas, físicas, biológicas e sociais da maquiagem em pele negra. **Especial: Mulheres na ciência. Conexões: ciência e tecnologias**. v. 13, n. 5, 2019.
<https://doi.org/10.21439/conexoes.v13i5.1759>

PINHEIRO, B. C. S., ROSA, K. D. **Descolonizando saberes: a lei 10.639/2003 no ensino de ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

PINHEIRO, P. C. A desconstrução de “procurando resgatar a química nos saberes populares”. In: MONTEIRO, B. A. P. *et al.* (Orgs.). **Decolonialidades na educação em ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

PIRES, A. L. M.; SILVA, R. S.; SOUTA, V. S. Dos mitos ioruba à descolonização didática: dos direitos, identidades, proposta didática para o ensino. In: PINHEIRO, B. C. S., ROSA, K. **Descolonizando saberes: a lei 10.638/03 no ensino de ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

RESENDE, C. M.C.; CAMPOS, R. M. L. Benefícios da carne suína na saúde do consumidor. **Revista Nutri.Time**, v. 12, n. 6, nov./dez., p. 4457-4463, 2015. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgleclefindmkaj/https://nutritime.com.br/wp-content/uploads/2020/02/Artigo-349.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RODRIGUES, J. F. Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. **Revista em favor da Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 7, n. 1, p. 150-161, jan./abr., 2024.

RODRÍGUEZ, J. M. V., SARRIA, J. A. V., ESPINHOSA, G. M. F. Educación ambiental universitaria: el caso de la cátedra ambiental “Gonzalo Palomino Ortriz” de la universidad del Tolima, una apuesta decolonial. In: MONTEIRO, B. A. P. *et al.* (Orgs.). **Decolonialidades na educação em ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

ROSA, K. D., SILVA, C. S., TORRES, A. O. P. Mecânica dos onjós de farinha: descolonizando saberes. In: SANTOS, A. G. F., OLIVEIRA, R. D. V. L., QUEIROZ, G. R. P. C. **Conteúdos cordiais: física humanizada para uma escola sem mordança**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre/RS: Penso, 2013.

SANTOS, A. C. A., ALVES, E. C., OLIVEIRA, H. P. C. O conceito de informação imagética na ciência da informação: aproximações teórico-conceituais. **Em Questão**, Porto Calvo, v. 25, n. 2, p. 39-65, maio/ago. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245252.39-65>. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/332928850_O_conceito_de_informacao_imagetica_na_Ciencia_da_Informacao_aproximacoes_teorico-conceituais. Acesso em: 08 ago. 2025.

SANTOS, L. S. C.; MATTOS, U. A. O. Estudo de caso da crise climática e os desafios dos catadores de recicláveis no RS. **Revista Internacional de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 02, p. 202 - 220, mai-ago, 2025. Disponível em : <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/ric>. Acesso em: 04 fev. 2026.

SANTOS, J. C. Uma discussão sobre a história da educação da população negra da Bahia. *In*: PINHEIRO, B. C. S., ROSA, K. **Descolonizando saberes: a lei 10.638/03 no ensino de ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

SIMAS, L. A., RUFINO, L. **A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, G. R. Uma proposta didática para descolonizar o “teorema de Pitágoras” em cursos de licenciatura em matemática., *In*: PINHEIRO, B. C. S.; ROSA, K. **Descolonizando saberes: a lei nº 10.639/2003 no ensino de ciências**. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

SILVA, I. P., BASTOS FILHO, J. B., PAZ, L. K. S. Epistemicídio, ensino de ciências e a obra “quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 68, p. e24602, 2024. DOI: 10.5585/eccos.n68.24602. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/24602>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SOUSA, F. R. S. et. al. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 17, p. 1-16, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v17/1809-4309-praxeduc-17-e19366.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

SUAREZ, A. R.; FRAN CZAK, A. Arte educação e desenho infantil: podemos ensinar?. **Faculdade Sant’Ana em Revista**, v. 7, n. 1, p. 95-105, 2023. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/2368>. Acesso em: 14 nov. 2026.

TEIXEIRA, J. C. **Trabalho doméstico**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TREVISANO, R.; RODRIGUES, L. Contra-hegemonia e direitos humanos: um caminho possível na construção de uma educação emancipatória. *In*: SANTOS, A. G. F.; QUEIROZ, G. R. P. C.; OLIVEIRA, R. D. L. (org.) **Conteúdos cordiais: física humanizada para uma escola sem mordação**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

VELANGA, C. T.; BOSQUÊ JUNIOR, C. A.; MOREIRA, M. V. Diálogos (im) possíveis: quando o currículo encontra a intolerância. **Rev. e-Curriculum**, v. 20, n. 2, São Paulo, abr./jun., p. 735-758, 2022.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre/RS: Artmed, 1998.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Você está sendo convidado(a) a autorizar a/o sua/sua filha/o a participar do projeto de pesquisa “*A obra Quarto de despejo: diário de uma favelada*” e o *Ensino de Ciências da Natureza à luz de uma concepção antirracista com alunos do 1º ano dos anos iniciais do Ensino fundamental*, da pesquisadora *Leila Kely dos Santos da Paz*. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação à sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a desenvolver práticas dialógicas sobre descolonização do currículo de ciências da natureza para um ensino antirracista numa turma de 1º ano (pública), situado no povoado no município Palmeira dos Índios– AL.
2. A importância deste estudo é a de que tal investigação pode contribuir para um desenvolvimento satisfatório de uma descentralização do currículo a partir de um ensino antirracista com as crianças e a conscientização sobre uma educação ambiental.
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: habilidades mais satisfatórias quanto ao pensamento crítico-reflexivo das crianças sobre a importância de preservar o meio ambiente e a construção de um pensar antirracista.
4. A coleta de dados começará em junho de 2025 e terminará em junho do mesmo ano.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: aplicação de sequências didáticas referentes à temática de sexualidade a partir excertos dos diários publicados de Carolina Maria de Jesus; entrevistas a partir de grupos focais.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: aplicação de sequências didáticas a partir da temática da Educação Ambiental. Os responsáveis dos participantes da pesquisa poderão aqui informar como deseja participar da pesquisa assinalando com um X na opção que lhe atender:
() gravação de áudio () sem gravação de áudio. () gravação de imagens () sem gravação de imagens. () imagens/foto () sem imagens/foto.
7. Os incômodos e possíveis riscos: caso haja algum risco em relação a saúde física e mental, a/o participante deverá contar com a assistência da pesquisadora responsável, para que tal

situação possa ser minimizada entre as partes, sendo garantida caso seja necessário o acesso aos resultados individuais, assegurar a confidencialidade e a privacidade dos sujeitos, garantia que sua participação será suspensa imediatamente ao perceber algum dos riscos ou danos à saúde, garantia que serão respeitados os valores culturais, sociais e morais dos envolvidos e assegurar a inexistência de conflito de interesses entre pesquisadora e as/os participante da pesquisa. Os incômodos e possíveis riscos à saúde física e/ou mental da/o estudante poderão decorrer do fato dela/e sentir-se constrangido por estar sendo fotografados, gravados e/ou filmados. Nessa situação, buscaremos minimizar todos os possíveis constrangimentos referentes à imagem do participante, assegurando o direito de escolha de continuar ou não participando da pesquisa e retirar a autorização de imagem concedida. Contudo, caso o dano permaneça, poderá contar com assistência psicológicas pagas pela pesquisadora para sanar os possíveis danos que estas/es venham a adquirir com a participação na pesquisa.

8. Os benefícios esperados com a participação dos seus filhos no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: contribuir para que o Ensino de Ciências sob a temática de uma educação ambiental seja pensado, para além, do currículo tal como é, ou seja, na descolonização do currículo e um ensino antirracista.

9. Você poderá contar com a seguinte assistência: esclarecimento a qualquer momento sobre as atividades desenvolvidas no período de coleta sendo, por meio da pesquisadora Leila Kely dos Santos da Paz.

10. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você. Caso haja alguma despesa, o pesquisador irá ressarcir o participante, mediante comprovação das possíveis despesas que venha a ter durante a pesquisa.

14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa.

15. Sobre o Comitê de Ética em Pesquisa: caso o participante venha ter dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, poderá entrar em contato como o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pelo *e-mail*: cep@ufal.br. O CEP é um grupo de indivíduos com conhecimento científico que realizam a revisão ética inicial e contínua do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas que envolvem seres humanos. Este papel está baseado nas diretrizes éticas brasileiras (Res. CNS 466/12 e complementares).

16. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a participação do meu filho no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos e dos deles, das minhas e das responsabilidades deles, dos riscos e dos benefícios que a participação do meu filho implicam, concordo em que ele participe e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Endereço: Rua Professora Alaíde Lopes do Carmo

Complemento: Centro

Número: 37

Cidade/CEP: Maribondo – AL/57670-000

Telefone: (82) 99619-3352

Ponto de referência: Próximo ao Posto de Gasolina (Petrobrás)

Contato de urgência: Sr(a).

Endereço: Rua Professora Alaíde Lopes do Carmo

Complemento: Centro

Cidade/CEP: Maribondo – AL/57670-000

Telefone: (82) 99619-3352

Ponto de referência: Próximo ao Posto de Gasolina (Petrobrás)

ATENÇÃO: *O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:*

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitário

Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.

E-mail: cep@ufal.br

Maceió, de de 2025.

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTAMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTAMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADO A PARTICIPAR DA PESQUISA “*A OBRA QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*”, COORDENADA PELA PESQUISADORA, **LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ**, CONTATO (82) 99619-3352. SEUS PAIS PERMITIRAM QUE VOCÊ PARTICIPE. AGORA É A SUA VEZ DE DECIDIR SE QUER PARTICIPAR DA PESQUISA!

DURANTE A PESQUISA, VOCÊ VAI PARTICIPAR DE ATIVIDADES COMO OFICINAS DE JOGOS E BRIGUEDOS; PINTURA; AULA DE CAMPO.

DURANTE AS ATIVIDADES PODEM ACONTECER COISAS RUINS, COMO: CAIR, SE MACHUCAR, SE ESTRESSAR E SE SUJAR. MAS TAMBÉM COISAS BOAS PODEM ACONTECER, COMO: SE DIVERTIREM NAS ATIVIDADES, BRINCAREM, CONSTRUIR JOGOS E BRINGUEDOS, EXPLORAR SUA CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO.

A pesquisa será feita no/a Escola Municipal Pedro Rodrigues Gaia, no Povoado Coruripe de Cal no município de Palmeira dos Índios/AL, onde as crianças irão participar de oficinas de produção de brinquedos e jogos com materiais recicláveis, aprender sobre a importância da coleta seletiva e o trabalho das/os catadoras/es de matérias recicláveis para promoção de uma consciência sobre a Educação Ambiental; estudar a vida da escritora Carolina Maria de Jesus e de cenas da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2020). Para isso, será usado/a luvas, máscaras de proteção facial, touca, tinta guache, cola, lápis de cor, barbante, cola, tesoura sem pontas e materiais recicláveis como: garrafas pets; papelão, tampinhas de garrafas, rolos de papel higiênico etc., ele é considerado (a) seguro (a), mas é possível ocorrer riscos físicos e/ou mentais, caso haja a/o participante deverá contar com a assistência da pesquisadora responsável. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que tem no começo do texto. Mas há coisas boas que podem acontecer como desenvolver um processo de aprendizagem de Ciências da Natureza Antirracista.

A escola da pesquisa já oferece transporte para as crianças, o que possibilitam aos que moram distante da escola também acompanhar a pesquisa.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser

publicados no Sistema de Bibliotecas Universidade Federal de Alagoas, mas sem identificar as crianças que participaram.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____

aceito participar da pesquisa “*A obra Quarto de despejo: diário de uma favelada*”.

ENTENDI AS COISAS RUINS E AS COISAS BOAS QUE PODEM ACONTECER.

ENTENDI QUE POSSO DIZER “SIM” E PARTICIPAR, MAS QUE, A QUALQUER MOMENTO, POSSO DIZER “NÃO” E DESISTIR E QUE NINGUÉM VAI FICAR COM RAIVA DE MIM.

OS PESQUISADORES TIRARAM MINHAS DÚVIDAS E CONVERSARAM COM OS MEUS RESPONSÁVEIS.

RECEBI UMA VIA DESTE TERMO DE ASSENTIMENTO. A OUTRA VIA FICARÁ COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL **LEILA KELY DOS SANTOS DA PAZ**. LI O DOCUMENTO E CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA.

Endereço d(os,as) responsáve(lis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Endereço: Rua Professora Alaíde Lopes do Carmo

Complemento: Centro

Número: 37

Cidade/CEP: Maribondo – AL/57670-000

Telefone: (82) 99619-3352

Ponto de referência: Próximo ao Posto de Gasolina (Petrobrás)

Contato de urgência: Sr(a).

Endereço: Rua Professora Alaíde Lopes do Carmo

Complemento: Centro

Cidade/CEP: Maribondo – AL/57670-000

Telefone: (82) 99619-3352

Ponto de referência: Próximo ao Posto de Gasolina (Petrobrás)

ATENÇÃO: *O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:*

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

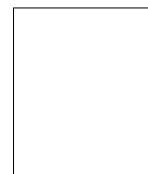
Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.

E-mail: cep@ufal.br

Local, ____/____/2025

Assinatura do menor

Assinatura do pesquisado



Impressão
datiloscópica do
participante

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” E O ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA À LUZ DE UMA CONCEPÇÃO ANTIRRACISTA

Pesquisador: LEILA KELY DOS SANTOS DA PAZ

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 92247825.9.0000.5013

Instituição Proponente: Centro de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.057.477

Apresentação do Projeto:

A pesquisa buscou indagar sobre quais as possíveis contribuições da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus para um Ensino de Ciência da Natureza antirracista? O objetivo geral é: investigar as possíveis contribuições da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus para um Ensino de Ciência da Natureza antirracista. Os objetivos específicos deram conta de: I - identificar os conceitos de Ensino de Ciências Naturais a partir de cenas da obra literária Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus para um ensino antirracista; II- analisar possíveis temas mobilizadores de Ciências Naturais a partir da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus para construção de propostas didáticas a serem utilizadas por educadoras/es; III- Construir e aplicar uma proposta de sequência didática a partir de cenas retiradas da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada para promoção de um ensino de ciências antirracista. O percurso metodológico buscou analisar a potencialidade da obra literária Quarto de despejo: diário de uma favelada (2021) de Carolina Maria de Jesus, a partir de uma abordagem qualitativa e aplicação de uma proposta de sequência didática com educandas/os do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para um ensino de ciências antirracista. Para isso, buscou-se inicialmente a realização de uma pesquisa biográfica sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, em paralelo com a pesquisa bibliográfica com a seleção das/os autoras/es que compuseram o arcabouço teórica desta pesquisa.

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº 1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 8.057.477

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as possíveis contribuições da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus para um Ensino de Ciência da Natureza antirracista.

Objetivo Secundário:

- Identificar os conceitos de Ensino de Ciências Naturais a partir de cenas da obra literária Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus para um ensino antirracista;
- Analisar possíveis temas mobilizadores de Ciências Naturais a partir da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus para construção de propostas didáticas a serem utilizadas por educadoras/es;
- Construir e aplicar uma proposta de sequência didática a partir de cenas retiradas da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada para promoção de um ensino de ciências antirracista.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Caso haja algum risco em relação a saúde física e mental, a/o participante deverá contar com a assistência da pesquisadora responsável, para que tal situação possa ser minimizada entre as partes, sendo garantida caso seja necessário o acesso aos resultados individuais, assegurar a confidencialidade e a privacidade dos sujeitos, garantia que sua participação será suspensa imediatamente ao perceber algum dos riscos ou danos à saúde, garantia que serão respeitados os valores culturais, sociais e morais dos envolvidos e assegurar a inexistência de conflito de interesses entre pesquisadora e as/os participante da pesquisa. Os incômodos e possíveis riscos à saúde física e/ou mental da/o estudante poderão decorrer do fato dela/e sentir-se constrangido por estar sendo fotografados, gravados e/ou filmados. Nessa situação, buscaremos minimizar todos os possíveis constrangimentos referentes a imagem do participante, assegurando o direito de escolha de continuar ou não participando da pesquisa e retirar a autorização de imagem concedida. Contudo, caso o dano permaneça, poderá contar com assistência psicológicas pagas pela pesquisadora para sanar os possíveis danos que estas/es venham a adquirir com a participação na pesquisa.

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº 1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 8.057.477

Benefícios:

Os benefícios esperados com a participação das/os educandas/os no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: contribuir para que o Ensino de Ciências sob a temática da sexualidade seja pensado, para além, do currículo tal como é, ou seja, na descolonização do ensino. Na perspectiva de contribuir para a formação de educandas/os comprometidos com um ensino igualitário, em que, os diversos saberes sejam preservados, principalmente os providos dos sujeitos das pessoas que foram marginalizados pelo sistema capitalista. Além de possibilitar sujeitos preocupados em construir uma sociedade antirracista, que busque valorizar e dá visibilidade de autoras negras como Carolina Maria de Jesus, bem como, a inclusão de seus escritos no currículo de Ensino Superior e da Educação Básica.

Na concepção de construir uma sociedade antissexista e antifascista que busque incluir as pessoas marginalizadas no currículo dos cursos direcionados ao ensino Superior e na Educação Básica. E na formação de sujeitas/os antirracista que incluam em suas práticas didáticas atividades direcionadas a descolonização dos saberes através da inserção.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa será aplicada com crianças no 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental num povoado do interior de Palmeira dos Índios/AL a partir de uma sequência didática "Semana da Educação Ambiental" a partir da obra literária "Quarto de despejo: diário de uma favelada" de Carolina Maria de Jesus.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos apresentados foram:

- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2570584.pdf
- cartaresposta.docx
- FOLHADEROSTO4.pdf
- PARECER.pdf
- INFRAESTRUTURA.pdf
- TALE.docx
- TCLE.docx
- CRONOGRAMA.docx
- Projeto.docx
- ORCAMENTO.docx

Recomendações:

Vide conclusões e/ou pendências.

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 8.057.477

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Título da Pesquisa: A OBRA QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA E O ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA À LUZ DE UMA CONCEPÇÃO ANTIRRACISTA

Pesquisador Responsável: LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ

Versão: 2

CAAE: 92247825.9.0000.5013

As pendências apresentadas no parecer nº 7.954.368 foram atendidas.

Projeto APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.Sª. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL**



Continuação do Parecer: 8.057.477

Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2570584.pdf	01/12/2025 20:54:12		Aceito
Outros	cartaresposta.docx	01/12/2025 20:53:45	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	01/12/2025 20:53:18	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	01/12/2025 20:52:37	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	01/12/2025 20:52:16	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	01/12/2025 20:51:48	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO4.pdf	23/09/2025 17:02:21	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
Parecer Anterior	PARECER.pdf	28/08/2025 20:04:18	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	INFRAESTRUTURA.pdf	28/08/2025 20:01:07	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	28/08/2025 19:06:35	LEILA KELLY DOS SANTOS DA PAZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº 1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 E-mail: cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 8.057.477

MACEIO, 15 de Dezembro de 2025

Assinado por:
Thaysa Barbosa Cavalcante Brandão
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº 1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC) entre o
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** cep@ufal.br

ANEXO B – ARTIGOS APROVADOS E PUBLICADOS



ENSINO &
MULTIDISCIPLINARIDADE

<https://doi.org/10.18764/2447-5777v10n1.2024.1>

O ensino de hábitos alimentares saudáveis no contexto brasileiro à luz de Carolina Maria de Jesus

Teaching healthy eating habits in the Brazilian context in the light of Carolina Maria de Jesus

Leila Kely dos Santos da Paz^{1,*}, Sthefany Dionizio Silva², Davyd Eduardo Roberto da Silva²

Ivander Pereira da Silva³

1.Universidade Federal de Alagoas – Rede Nordeste de Ensino - Maceió (AL), Brasil.

2.Universidade Federal de Alagoas – Curso de Pedagogia - Campus Arapiraca (AL), Brasil.

3.Universidade Federal de Alagoas – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Rede Nordeste de Ensino - Campus Arapiraca (AL), Brasil.

*Autora correspondente: leilakely@outlook.com

Editores de Seção: David Antonio da Costa e Maria Consuelo Alves Lima

Recebido: 12 Jul. 2023 | Aprovado: 11 Dez. 2023

Como citar: PAZ, Leila Kely dos Santos da; SILVA, Sthefany Dionizio; SILVA, Davyd Eduardo Roberto da; SILVA, Ivander Pereira da. O ensino de hábitos alimentares saudáveis no contexto brasileiro à luz de Carolina Maria de Jesus. *Ensino & Multidisciplinaridade*, São Luís, v. 10, n. 1, e0124, 2024. <https://doi.org/10.18764/2447-5777v10n1.2024.1>.

RESUMO

Este estudo investigou possibilidades didáticas que fluem a partir da abordagem da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, para a mobilização do tema “hábitos alimentares saudáveis” no contexto do quarto e do quinto ano do Ensino Fundamental. De modo específico, visa problematizar hábitos alimentares saudáveis a partir da trajetória de vida de Carolina Maria de Jesus; analisar as potencialidades de abordagens do tema com os campos das ciências da natureza, humanas e saúde, a partir da obra “Quarto de despejo”; destacar as contribuições de uma sequência didática, gerada a partir desta obra, para o ensino do tema proposto. Trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, a partir do qual foi gerada uma sequência didática, a qual oferece alternativas teóricas para que os sujeitos possam questionar as desigualdades existentes desde o mais básico até o direito à comida. Diferente de uma escola que visa formar sujeitos para aceitarem a realidade, nosso intuito é contribuir para o desenvolvimento de propostas didáticas que favoreçam sujeitos, desde as mais tenras idades, a se incomodarem com a realidade desigual e que, organizados, busquem transformá-la.

Palavras-chave: Ensino de ciências. Hábitos alimentares saudáveis. Carolina Maria de Jesus.

ABSTRACT

This study investigated didactic possibilities that flow from the approach of the work “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, by Carolina Maria de Jesus, to mobilize the theme “healthy eating habits” in the context of the fourth and fifth year of teaching. Fundamental. Specifically, it aims to problematize healthy eating habits based on the life trajectory of Carolina Maria de Jesus; analyze the potential of approaches to the topic with the fields of natural sciences, humanities and health, based on the work “Quarto de Despejo”; highlight the contributions of a didactic



8 EPISTEMICÍDIO, ENSINO DE CIÊNCIAS E A OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Ivanderson Pereira da Silva

Doutor em Educação
Universidade Federal de Alagoas – Ufal.
Arapiraca, Alagoas – Brasil.
ivanderson.silva@arapiraca.ufal.br

Jenner Barretto Bastos Filho

Doutor em Física Teórica
Universidade Federal de Alagoas – Ufal.
Maceió, Alagoas – Brasil.
jenner@fis.ufal.br

Leila Kely dos Santos da Paz

Mestra em Ensino de Ciências e Matemática
Universidade Federal de Alagoas – Ufal.
Maceió, Alagoas – Brasil.
leilakelyp@gmail.com

A
R
T
I
G
O

Resumo: Este estudo aponta potencialidades didáticas para um Ensino de Ciências da Natureza antirracista, antissexista e anticapitalista, a partir da narrativa e Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”. Trata-se de um ensaio que busca suscitar a possibilidade do desenvolvimento de projetos de Ensino de Ciências Naturais. A ausência de autores e principalmente de autoras negras evocadas no campo do Ensino de Ciências é sintomático de uma sociedade racista, assassina e suicidária. Ao que parece não foi o bastante produzir e continuar produzindo o genocídio dos povos racializados, sobretudo os povos negros e os povos originários das Américas. Aos interesses colonialistas dos países imperialistas, quando não é possível ocidentalizar, é necessário produzir, sistematicamente, o assassinato dos saberes desses povos. Aniquilar os corpos e o espírito dos povos racializados é uma estratégia do necropoder daqueles que são soberanos na sociedade capitalista. O que observamos é que o racismo e o sexismo não são patologias sociais ou desvios de comportamento individuais. São ideologias estruturantes e estruturadas, a partir da modernidade, no contexto ocidental, no modo de produção capitalista. Deste modo, a reprodução do capitalismo necessita da reprodução do racismo e do sexismo. Não há como superar radicalmente o racismo ou o sexismo sem que se supere radicalmente o capitalismo.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; Ensino de ciências; Epistemicídio.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

SILVA, Ivanderson Pereira da; BASTOS FILHO, Jenner Barretto; PAZ, Leila Kely dos Santos da. Epistemicídio, ensino de ciências e a obra “quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 68, p. 1-19, e24602, jan./mar. 2024.



Possibilidades de abordagem de Carolina Maria de Jesus em cursos de Formação Inicial de Professores/as

Possibilities of approaching Carolina Maria de Jesus in Initial Teacher Training Courses

Posibilidades de aproximación a Carolina Maria de Jesus en Cursos de Formación Inicial del Docente

Lella Kelly dos Santos da Paz 
Maceió, AL, Brasil
 Universidade Federal de Alagoas

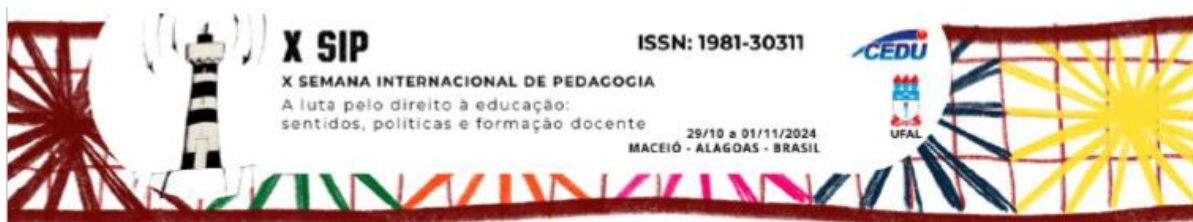
Charlaine Vládia Silva de Melo 
Fortaleza, CE, Brasil
 Universidade Federal do Ceará

Ivanderson Pereira da Silva 
Maceió, AL, Brasil
 Universidade Federal de Alagoas

 Doutoranda em Ensino pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e-mail: lellakelly@gmail.com.

 Doutoranda em Ensino (RENDEN-UFCE-2021), e-mail: charlainsmelo@gmail.com.

 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, e-mail: ivanderson@gmail.com.



A LUTA POR UM ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ANTIRRACISTA À LUZ DOS DIÁRIOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Leila Kely dos Santos da Paz¹

UFAL

leilakely@outlook.com

Ivanderison Pereira da Silva²

UFAL

Ivanderison.silva@arapiraca.ufal.br

1 INTRODUÇÃO

Os diálogos que se seguem foram obtidos a partir da pesquisa de doutoramento que buscou nos diários publicados de Carolina Maria de Jesus pensar práticas didáticas que possibilitem um ensino de ciências antirracista (Pinheiro, 2023). A escolha dos diários de Carolina Maria de Jesus não aconteceu de maneira aleatória, mas, sim, diante de diálogos construídos em espaços coletivos como a disciplina de Ensino e Diversidade Cultural ofertada no curso de doutorado da Rede Nordeste de Ensino pelo Universidade Federal de Alagoas no semestre letivo de 2022.1. Esta disciplina trabalhou o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” com vistas à exploração de suas potencialidades para o ensino de Ciências da Natureza.

A obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” teve sua primeira publicação em 1960, e se tornou um *best seller* publicado em várias línguas e países. Com o sucesso da primeira publicação outras obras surgiram dentre elas: “Casa de Alvenaria volume I: Osasco”; “Casa de Alvenaria volume II: Santana”; “Diário de Bitita”. Para essa pesquisa buscou-se analisar os quatro (04) diários publicados, afim de identificar trechos a partir dos quais fosse possível produzir problematizações no campo das ciências naturais para formação de educandas/os antirracistas do curso de Licenciatura em Pedagogia.

A questão norteadora do estudo foi: quais as possíveis contribuições dos diários publicados de Carolina Maria de Jesus para a formação de educadoras/es